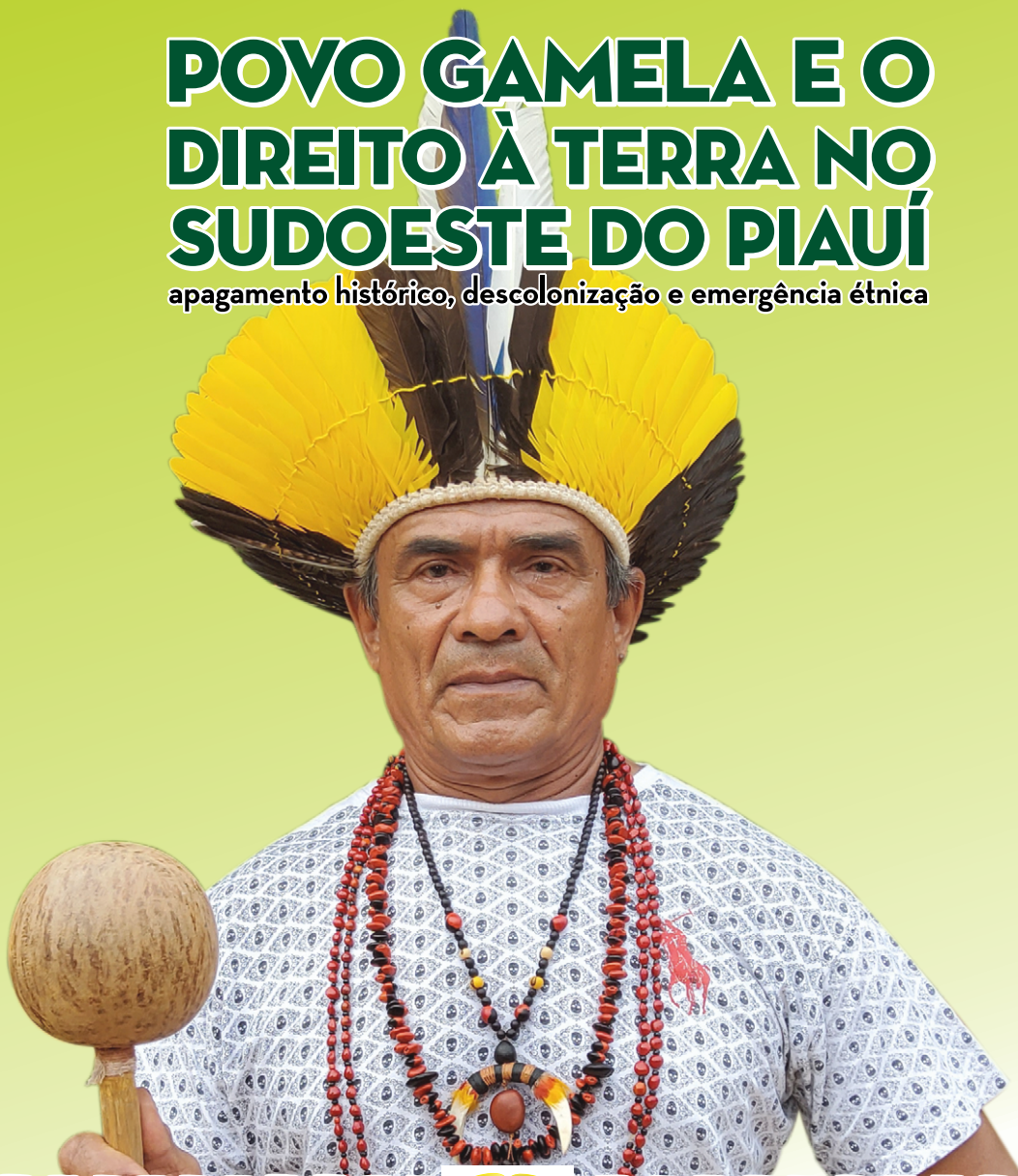


Maria do Socorro da Silva Arantes  
Organização

# POVO GAMELA E O DIREITO À TERRA NO SUDOESTE DO PIAUÍ

apagamento histórico, descolonização e emergência étnica



**POVO GAMELA E O  
DIREITO À TERRA NO  
SUDOESTE DO PIAUÍ:**  
apagamento histórico, descolonização e emergência étnica



Maria do Socorro da Silva Arantes  
*Organização*

# **POVO GAMELA E O DIREITO À TERRA NO SUDOESTE DO PIAUÍ:**

**apagamento histórico, descolonização e emergência étnica**

Financiamento:





**Reitor**

Gildásio Guedes Fernandes

**Vice-Reitor**

Viriato Campelo

**Superintendente de Comunicação Social**

Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho

**Editor**

Cleber de Deus Pereira da Silva

**Projeto de Extensão Universidade Popular****Coordenação**

Maria do Socorro da Silva Arantes

**EDUFPI - Conselho Editorial**

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho

**Comitê Editorial Ad hoc**

Ozaías Antonio Batista – UFERSA

Lucineide Barros Medeiros – UESPI

Maria do Socorro da Silva Arantes – UFPI

Adriana Lima Monteiro Cunha – UFPI

**Edição e Normalização Bibliográfica**

Maria do Socorro da Silva Arantes

**Revisão**

Maria da Conceição de Souza Santos

**Capa**

Wellington Silva

**Diagramação**

Wellington Silva

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação  
Serviço de Representação da Informação

P879 Povo Gamela e o direito à terra no sudoeste do Piauí: apagamento histórico, descolonização e emergência étnica / Maria do Socorro da Silva Arantes (Organizadora). - Teresina : EDUFPI, 2023.

E-book.

ISBN: 978-65-5904-270-8

1. Direito. 2. Povo Gamela. 3. Emergência étnica. 4. Terra. 5. Sudoeste. 6. Piauí. I. Arantes, Maria do Socorro da Silva. (org). II. Título.

CDD: 340

Bibliotecário: Hernandes Andrade Silva – CRB-3/936



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI  
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella  
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



Para fins da organização da referida coletânea foi apresentado um edital para submissão e seleção de textos relacionados a temática indígena do povo Gamela no sudoeste do Piauí. Os autores e autoras, detentores dos direitos autorais dos referidos artigos/capítulos, cederam os direitos autorais de publicação a organização do livro impresso e e-book com seguinte título: POVO GAMELA E O DIREITO À TERRA NO SUDOESTE DO PIAUÍ: apagamento histórico, descolonização e emergência étnica, organizado pela professora doutora Maria do Socorro da Silva Arantes. Declaramos que os referidos autores/autoras participaram da construção dos textos selecionados, assumindo a responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo apresentado a coletânea. O direito de uso de imagem foi autorizado durante as atividades coletivas realizada pela Associação dos Povos Gamelas.

Aos povos indígenas Gamela do sudoeste do Piauí,  
que, no bioma cerrado, na “última fronteira agrícola”,  
ensinam-nos sobre resistência e existência; sobre  
libertação, desopressão e ancestralidade.



## A QUEDA DO CÉU

Eu não aprendi a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em peles de papel. Vi-as de verdade, bebendo o sopro de vida de meus antigos com o pó de yãkoana que me deram. Foi desse modo que me transmitiram também o sopro dos espíritos que agora multiplicam minhas palavras e estendem meu pensamento em todas as direções. Não sou um ancião e ainda sei pouco. Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. Talvez assim eles afinal as entendam, e depois deles seus filhos, e mais tarde ainda, os filhos de seus filhos. Desse modo, suas ideias a nosso respeito deixarão de ser tão sombrias e distorcidas e talvez até percam a vontade de nos destruir. Se isso ocorrer, os nossos não mais morrerão em silêncio, ignorados por todos, como jabutis escondidos no chão da floresta. [...]

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



# Sumário

## APRESENTAÇÃO 11

*Anderson Jesus da Silva Arantes -  
Índigena Seribi Tukano*

## DIREITO ORIGINÁRIO À TERRA E A LUTA DO POVO GAMELA 23

*José Ledy Carvalho Santos  
Cacique Salvador Alves de Sousa Gamela*

## A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA TERRA INDÍGENA GAMELA NA “ÚLTIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA” NO PIAUÍ 47

*Lucineide Barros Medeiros  
Maria do Socorro da Silva Arantes  
Lucineide Pereira Carvalho Gamela*

## MULHERES GAMELA E O LEVANTE DO ORGULHO INDÍGENA COM A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE LARANJEIRAS - PIAUÍ 81

*Taynara Fernandes da Silva  
Jacira Chaves de Sousa Castro  
Luzinete Ferreira Brauna Gamela*

## EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA GAMELA DE LARANJEIRAS NO PIAUÍ 103

*Maria do Socorro da Silva Arantes  
Thaynan Alves dos Santos  
Maria Natividade Ferreira Brauna Gamela*

**SABERES INDÍGENAS, ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO  
POPULAR NA TERRA GAMELA 133**

*Thaynan Alves dos Santos*

*André de Almeida Rego*

*Luzinete Ferreira Brauna Gamela*

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO MATOPIBA E A  
R-EXISTÊNCIA DO POVO AKROÁ GAMELA NO TERRITÓRIO  
LARANJEIRAS (PIAUI) 163**

*Jose Wylk Brauna da Silva*

*Patrícia da Silva*

*Anderson Antônio Silva*

*Sérgio Sauer*

**SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 187**

## APRESENTAÇÃO

*Anderson Jesus da Silva Arantes - Seribi Tukano<sup>1</sup>*

**A**o assumir a ética da libertação, como indígena do povo Tukano, que, desde os olhos e os pés que assentam o trabalho intelectual e comprometido da minha companheira, professora doutora Socorro Arantes, estando eu, em terras piauienses, acompanho a luta do povo Gamela do território indígena de Laranjeiras – Currais, no Piauí. Retomo o colonialismo, desde 1500 aos dias atuais, para situar meu pensamento, ao revisitar o passado de nossos ancestrais, vejo como as ideias coloniais permanecem pulsantes nas tentativas de apagamento e silenciamento da presença indígena, no Brasil, com a votação, no Supremo Tribunal Federal (STF) do Marco Temporal<sup>2</sup>, e, na Bolívia com o Golpe Militar ao Estado Plurinacional. Essas tentativas coloniais foram derrotadas pelo poder do pensamento indianista acumulado em séculos, pelos

---

<sup>1</sup> Indígena do Povo Tukano da Terra Indígena Alto Rio Negro, em Pari Cachoeira do estado do Amazonas, graduando em Medicina pela Universidade Federal do Piauí e Diretor de Saúde da União Plurinacional dos Estudantes Indígenas do Brasil (UPEI)

<sup>2</sup> Ver mais em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/10343/5135>



processos de organização do movimento indígena na América Latina.

Procuro a Ética da Libertação, cujo objetivo de “[...] transformação começa pelo compromisso do observador na estrutura da ação: o primeiro momento é assumir a própria responsabilidade da crítica [...]” (Dussel, 2012, p. 381), mas também nas exigências com a transformação da realidade. Daí o meu lugar como indígena, que, ao me recusar a ser mero observador neutro da história, encorajo a luta ativa dos povos indígenas Gamela pelo direito à terra no sudoeste do Piauí. Testemunhei como o Estado, representado nos atos oficiais do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), tentou apagar a presença indígena Gamela no processo de regularização fundiária do assentamento, mesmo com votos contrários de mais de 22 indígenas presentes na falaciosa “consulta prévia”, de 10 de agosto de 2021. Retomo a memória dessa consulta, para introduzir o que chamo de Estado colonial e suas tentativas de apagamento histórico dos povos indígenas Gamela que habitam os baixões do cerrado, as serras e as chapadas no sudoeste do Piauí.

Inspirado no subtítulo: “apagamento histórico, descolonização e emergência étnica”, tomo emprestadas as palavras de nossas lideranças indígenas, no Brasil e na Bolívia, para atualizar as tentativas de apagamento da existência indígena, como disse Ailton Krenak a Darcy Ribeiro: “[...] como você disse que nosso povo está extinto, um fantasma veio lhe visitar. Porque, pelo seu livro, estamos mortos. Quem está extinto não dá notícia.” (Krenak, 2020, p. 116)<sup>3</sup>; como nos relata o povo Yanomami, pelas palavras de Davi Kopenawa: “Aí, os brancos dirão que somos crentes, mas nosso pensamento terá só ficado tão esquecido quanto o da gente da cidade, que não sabe nada

---

<sup>3</sup> Krenak, Ailton. Prefácio. In: MERHY, Emerson Elias; MOEBUS, Ricardo Luiz Narciso. **Re-existir na diferença**. 1. ed. Porto Alegre-RS: Editora Rede Unida, 2020. 193 p. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). E-book.

da floresta. Hoje, porém, é o contrário que ocorre. Muito poucos de nós ainda imitam *Teosi*, e os xamãs não temem os missionários como antigamente. Os *xapiri* continuam a nos fazer escutar seus cantos, que são nossa verdadeira língua.” (2015, p. 276)<sup>4</sup>; ainda, como relatam os indígenas bolivianos pelos estudos do Ayamara Roger Mayta: “Índio? Camponês? Indígena? Os denominativos que nos impuseram foram mudando de acordo com os sistemas políticos, preconceitos sociais e modas acadêmicas. Sempre o outro nos classificando, sempre o outro imaginando fantasmas e virtudes em nossos povos” (Mayta, 2022)<sup>5</sup>. Essa narrativa revela a falácia discursiva do “des-cobrimto” que “De qualquer maneira, esse Outro, não foi ‘descoberto’, mas foi en-coberto” (Dussel, 1993, p. 8); como uma produção eurocêntrica cuja lógica de emancipação em seu continente, no contexto da invasão do Brasil, foi marcada pela violência e pelo extermínio dos povos indígenas.

Assim, “Categorias, como ‘caboclos’, ‘descendentes de índios’, ‘remanescentes indígenas’ foram acionadas como instrumento para invisibilizar os povos indígenas, com vistas ao seu ‘desaparecimento’. Essas novas categorizações justificavam o confisco das terras indígenas sob o argumento de que não mais existiam índios.” (Silva; Coelho, 2017)<sup>6</sup> – esse relato descreve o apagamento da existência do povo Gamela no estado do Maranhão e no Piauí. É essa memória histórica de apagamento

---

<sup>4</sup> KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Kopenawa, Albert, Bruce, Davi. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

<sup>5</sup> Para mais informações, consultar: <https://jacobin.com.br/2022/01/o-aymara-que-levantou-o-orgulho-indigena-na-bolivia/>

<sup>6</sup> Ver mais em: “A LUTA PELO RECONHECIMENTO ÉTNICO E DIREITO À TERRA: Os Gamela”, em <http://www.joinp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/alutapeloconhecimentoeetnicoedireitoaterraosgamela.pdf>

e silenciamento que foi imposta aos indígenas no Piauí. Apesar de ser determinante para a visibilidade indígena, a criação da Lei Estadual n. 7.389, de 2020, em que o Governo do Piauí reconhece, formal e expressamente, a existência de povos indígenas nos limites territoriais do estado, seu ato celebratório, simultaneamente, nos faz lembrar que o esquecimento, a invisibilidade e a ocultação dos povos indígenas no Piauí resultam de mentalidade colonial, que persistiu no apagamento da memória ancestral dos povos originários em terras piauienses. O povo Gamela, na região sudoeste do Estado, são testemunhas desse apagamento, pois sua existência oficial para o Estado aconteceria somente a partir de 2020, com a referida lei.

Mesmo depois de 523 anos, nesses últimos quatro anos foram os indígenas que denunciaram as violações de direitos humanos e o não cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) pelo Governo Bolsonaro – o Acampamento Terra Livre é a maior mobilização dos povos indígenas, no Brasil, pelo direito à terra. Por outro lado, a memória das lutas ancestrais e a atualidade dos movimentos indígenas no Brasil inauguram nova possibilidade, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, e não apenas a estrutura estatal como política institucional, mas a alteração da lógica militar à frente da política indigenista: agora são os próprios indígenas que estarão liderando as instâncias administrativas do Governo Federal – Ministério Indígena, Sonia Guajajara; Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a ex-deputada federal Joenia Wapixana; e na Secretaria Especial de Saúde Indígena, (SESAI), Marcio Tapeba.

É nesse contexto de luta que situamos como significativa e necessária a produção acadêmica e popular da história do povo indígena Gamela de Laranjeiras – Currais (Piauí), como algo que nasce de sua própria organização pela re-existência. Os Gamela re-existem pela retomada do território, que vai além da descolonização territorial e administrativa do latifúndio que resulta

do tensionamento agrário, materializada pelo agronegócio, com a expansão da “última fronteira agrícola”. Ao mesmo tempo, os indígenas ressignificam sua prática comunitária, seus processos educativos e sua ancestralidade na relação com a sustentabilidade do bioma cerrado, mas, principalmente, reorganizam as lutas pela demarcação da terra, dando elaboração anticolonial ao pensamento Gamela.

Outro processo de apagamento e silenciamento da presença indígena se dá no contexto da implantação do território MATOPIBA – que resulta do aglomerado de empresas multinacionais da agricultura empresarial em quatro estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia – a presença indígena se apresenta como um perigo para o desenvolvimento capitalista do agronegócio e do hidronegócio, na região sudoeste do Piauí. Por isso, é fundamental manter a narrativa da inexistência indígena no MATOPIBA, principalmente no território indígena Gamela – porta de entrada da Bunge, líder global do agronegócio –, onde habitam os povos indígenas Gamela de Laranjeiras, no município de Currais.

Por isso, o tema do livro, **“POVO GAMELA E O DIREITO À TERRA NO SUDOESTE DO PIAUÍ: apagamento histórico, descolonização e emergência étnica”**, exige leitura comprometida com os que lutam pela transformação da realidade de opressão que se dá no contexto da luta de classe. Os conteúdos vividos pelo povo indígena Gamela entram nas contradições do paradigma de desenvolvimento, portanto, vai às raízes das questões sociais, econômicas que geram o en-cobrimento e a ocultação da presença indígena no Piauí – a questão agrária. E é uma questão agrária modernizada pela gênese do latifúndio, pela grilagem digital e pelas cercas cartoriais que dão forma à política de regularização fundiária em contraposição à efetivação do direito originário à terra – a realização de um projeto de reforma agrária no Brasil.

Se ampliamos nossa visão sobre a região no sudoeste do Piauí – Chapada da Mangabeiras - Território Administrativo denominado pelo Governo do Estado - encontramos, de imediato, as contradições da lógica de desenvolvimento, a exemplo, no município de Gilbués, encontramos um grande parque de energia solar que concentra enormes porções de terras, e, em contraposição, nesse mesmo município, está o maior processo de desertificação do solo. Nessa mesma direção, as serras do bioma cerrado são desmatadas para o plantio de soja, a exemplo da Serra do Quilombo, agora avançam sobre os baixões que contam com vasta produção hídrica. Como está registrado na Nota Técnica sobre as Leis de Terras no Piauí<sup>7</sup> e os direitos dos povos e comunidades tradicionais: “[...] a partir dos anos 1990 e 2000 houve significativa expansão da fronteira agrícola para essa região. No estado do Piauí a intensificação da corrida pelas terras agrícolas do Cerrado ocorreu a partir de 2008, após a crise no mercado financeiro” (AATR, 2020, p. 25). Todo esse reagendamento do capitalismo agrário se dá na ausência do Estado brasileiro, quando deixa de promover a Reforma Agrária e reconhecer o direito originário dos povos indígenas à terra.

O interesse no en-cobrimento dos indígenas Gamela é deliberado pela institucionalidade, que se insere na lógica de governos, desde 1500, e, não apenas, desde 1988, como querem nos fazer crer os defensores do marco temporal, tese que finalmente foi derrotada no STF. Assim, ao percorrer a leitura desta obra, seus autores e autoras nos convidam a conhecer a boniteza da luta do povo Gamela pelo direito de existir e re-existir no Piauí, expõe suas cosmovisões de mundo compartilhada com as contribuições de pesquisadores não indígenas comprometidos

---

<sup>7</sup> Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – AATR. Nota Técnica sobre as Leis de Terras no Piauí. Disponível em [https://www.aatr.org.br/\\_files/ugd/4ceb9\\_43650c9f988740fd84ee186bc88cf3b2.pdf](https://www.aatr.org.br/_files/ugd/4ceb9_43650c9f988740fd84ee186bc88cf3b2.pdf) . Acesso: 14.set.2023

com uma prática de educação libertadora nos fazeres da educação popular, da extensão popular e do pensamento descolonial na universidade. Assim, os capítulos são um convite para imaginar o processo de emergência étnica dos povos Gamela protagonizada em seu contexto cultural, educativo e de mobilizações de resistência pela defesa de seu território contra a expansão da fronteira agrícola, na região sudoeste do Piauí, sobre as terras indígenas.

No capítulo inicial, **“DIREITO ORIGINÁRIO À TERRA E A LUTA DO POVO GAMELA”**, José Ledy Carvalho Santos e Cacique Salvador Alves de Sousa Gamela anunciam que os indígenas Gamela estão vivos e abordam o direito originário dos povos indígenas às suas terras diante da ofensiva do agronegócio e da agricultura empresarial, que avançam com a grilagem de terras no estado. Os autores também denunciam que o direito à terra indígena foi sendo nomeada de acordo com as categorias do Estado brasileiro, em grande parte respaldadas no modismo acadêmico, como: regularização fundiária, marco temporal, reforma agrária, entre outras, com o evidente objetivo de legitimar o apagamento do conhecimento indígena e o imediato encobrimento da existência indígena, bem como, indiscutivelmente, para referendar a expropriação das terras indígenas pelo latifúndio e grandes corporações nacionais e transnacionais. Também reafirmam a luta indígena Gamela pelo direito originário à demarcação de suas terras no sudoeste do Piauí, como algo inegociável.

No segundo capítulo, intitulado **“A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA TERRA INDÍGENA GAMELA NA “ÚLTIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA” NO PIAUÍ**, Lucineide Barros Medeiros, Maria do Socorro da Silva Arantes e Lucineide Pereira Carvalho Gamela, as autoras abordam a questão agrária como problema principal enfrentado pelos indígenas Gamela

com a expansão da fronteira agrícola por meio do cultivo da monocultura de soja. O território MATOPIBA, formado por área majoritariamente de cerrado, é composto por faixas territoriais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e foi instituído por meio do Decreto Federal N.º 8.447/2015. A área passou a ser reconhecida como a nova fronteira para a exploração agrícola, em sintonia com o ideário de *fronts* de expansão (Santos, 2018), atraindo, com o apoio governamental, empresas nacionais e internacionais, como a Bunge Alimentos e a Cargill. Consta no Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Piauí - 2050), do Governo do Estado do Piauí, o registro dessas duas empresas em Currais e na região sudoeste do estado: “A chegada das empresas Bunge e Cargill à região trouxe um grande impulso ao desenvolvimento do comércio e serviços vinculados a esse mercado de grãos para exportação, atraindo novos empreendimentos” [...] (CEPRO, 2013: 26). Essas empresas passaram a operar empreendimentos com licenciamentos desburocratizados, diante da frágil fiscalização e de alto potencial destrutivo dos bens naturais e dos modos de vida local, provocando conflitos que envolvem comunidades tradicionais, cujas etnias resistem à invasão coordenada pelo agronegócio na destruição dos recursos naturais, como fontes naturais de água e plantas nativas.

No terceiro capítulo, com o tema: **MULHERES GAMELA E O LEVANTE DO ORGULHO INDÍGENA COM A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA EM LARANJEIRAS - CURRAIS - PIAUÍ**, as autoras Taynara Fernandes da Silva, Jacira Chaves de Sousa Castro e Luzinete Ferreira Brauna Gamela apresentam incidência política das mulheres Gamela no levante do orgulho indígena com a criação da associação Gamela como instrumento de organização e luta pela demarcação da terra diante do avanço do agronegócio. As mulheres indígenas Gamela são agricultoras, extrativistas, protetoras da natureza,

são educadoras, lideranças e defensoras de suas terras e do bioma cerrado. Atuam na liderança política de seu território, organizando outras mulheres e homens na luta pela demarcação de suas terras em todo sudoeste do Piauí. Elas organizam a roça, a vida comunitária, a defesa socioambiental na proteção do cerrado e da floresta nativa, as mulheres indígenas vivem a escola social do mundo indígenas em várias frentes: política, cultural, organizativa etc. As mulheres Gamela são semente de um tempo histórico, que para sobreviver as tentativas de apagamento e silenciamento imposto pelo mundo dos brancos, foram se organizando como camponesas, agriculturas, extrativistas, fazendo das roças indígenas seu campo de batalha para a hora da emergência étnica, que logo ergueria o orgulho de ser indígena no Piauí. As mulheres Gamela são as principais autoras dos processos de luta pelo reconhecimento de seu povo e das petições pela demarcação de suas terras junto ao Estado. Nas roças, nas assembleias, nas reuniões, no extrativismo do buriti, nas audiências pública, nas mobilizações estaduais, nas marchas, nas formações, as lideranças femininas indígenas tem sido uma voz que ecoa os direitos dos povos indígenas Gamela. A relação ancestral das mulheres indígenas com a terra para plantar e com a terra para viver é um direito originário vinculante a sua própria existência.

No quarto capítulo, **“EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA GAMELA DE LARANJEIRAS”**, Maria do Socorro da Silva Arantes, Thaynan Alves dos Santos e Maria Natividade Ferreira Brauna Gamela situam a contribuição da Educação Popular nas práticas de formação e auto-organização dos Gamela nos processos de resistência, nas pautas de reivindicação junto ao Estado quanto aos direitos à demarcação das terras, à saúde e à educação. As expedições pedagógicas, os estágios de vivências e as oficinas



de saberes fundamentam as metodologias participativas da educação popular, com ênfase nas expedições pedagógicas descoloniais que consideram os princípios da construção coletiva do conhecimento e do interconhecimento entre saberes populares e científicos, a partir do intercontexto entre comunidade e universidade. As epistemologias das expedições descoloniais se realizam a partir dos preceitos e fundamentos do paradigma de Ciência Própria (Fals Borda, 1985) e da prática educativa da Educação Popular (Freire, 1996). Seus processos educativos são organizados em: estágio de vivência, oficinas de saberes, sistematização da experiência e ações de auto-organização da comunidade indígena. As marcas da educação popular asseguram reflexões anticoloniais na formação e no fortalecimento do direito de ser e existir dos povos Gamela, como pensamento contra hegemônico ao capitalismo verde baseado na monocultura extrativista.

No quinto capítulo, com a temática **“SABERES INDÍGENAS, ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR NA TERRA GAMELA”**, os autores Thaynan Alves dos Santos, André de Almeida Rego e Luzinete Ferreira Brauna Gamela abordam como os saberes indígenas fundamentam as práticas socioambientais sustentáveis na defesa das terras dos povos Gamela, e, como exemplo, citam como o cultivo de roçados de toco, o descanso da terra, a rotação de culturas e a diversificação de culturas contribuem para manter a terra produtiva e de qualidade. A proteção das nascentes de água contribui para a preservação das plantas nativas, como o buriti. Essas práticas não apenas fortalecem o desenvolvimento socioambiental da comunidade, mas também promovem impacto na cultura e no processo de autoidentificação dos povos indígenas Gamela, que oferecem perspectivas inovadoras para um futuro mais

sustentável, em que a relação respeitosa com a natureza e seus ecossistemas é central.

No sexto capítulo, **“EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO MATOPIBA E A R-EXISTÊNCIA DO POVO AKROÁ GAMELA NO TERRITÓRIO LARANJEIRAS (PIAUI)”**, José Wylk Brauna Gamela, Patrícia da Silva, Anderson Antônio Silva e Sérgio Sauer discutem a retomada do território indígena (TI) de Laranjeiras, os avanços da produção da soja em larga escala e os problemas sociais e ambientais que atingem o povo Gamela no município de Currais-Pi. A retomada da terra é fundamental para proteção do povo Gamela e do meio ambiente, diante da devastação do agronegócio. Nessa perspectiva, o povo Gamela tem como objetivos resistir às perseguições, violências e ameaças para proteger seu território ancestral e garantir a demarcação de suas terras.

As temáticas discutidas na obra apresentam o povo Gamela e o território indígena de Laranjeiras, no entanto, sua realidade de opressão, silenciamento e exclusão do direito à vida repercute nos demais territórios Gamela na região sudoeste e, em outras etnias indígenas no Piauí. A questão agrária, a expansão da fronteira agrícola e a grilagem de terras exige medidas urgentes pelo Estado brasileiro e pelo governo do Piauí na garantia do direito dos povos indígenas com relação a demarcação de suas terras. O silenciamento das autoridades pode resultar em grave violações, conflitos e perdas de vidas indígenas na região sudoeste do Piauí.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Elisabeth Maria Beserra; SILVA, Rosângela Ramos. A luta pelo reconhecimento étnico e direito à terra: os Gamela. 1917-2017: um século de reforma e revolução.

JOINPP, 2017. **Anais** [...]. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/alutapeloreconhecimentoetnicoedireitoaterraosgamela.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Ed.4ª. Editora Vozes, Petrópolis – Rio de Janeiro, 2012.

DUSSEL, Enrique. 1492: **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Tradução Jaime A. Claseo. Petrópolis: Vozes, 1993.

KRENAK, Ailton. Prefácio. In: MERHY, Emerson Elias; MOEBUS, Ricardo Luiz Narciso. **Re-existir na diferença**. 1. ed. Porto Alegre-RS: Editora Rede Unida, 2020. 193 p. (Coleção Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde). E-book.

FACHIN, Edson. **TERRAS INDÍGENAS: MARCO TEMPORAL (VOTO DO RELATOR MIN. EDSON FACHIN NO RE 1.017.365/SC)**. Revista Jurídica (FURB), [S.l.], v. 25, n. 56, p. e10343, set. 2021. ISSN 1982-4858. Disponível em: <<https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/10343>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu**: Palavras de um xamã yanomami. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. Prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

# DIREITO ORIGINÁRIO À TERRA E A LUTA DO POVO GAMELA NO PIAUÍ

*José Ledy Carvalho Santos  
Cacique Salvador Alves de Sousa Gamela*

## INTRODUÇÃO

A insistência no apagamento das questões indígenas pelo Estado brasileiro fortalece não apenas a “invenção do outro” como parte da colonialidade do poder, que vai se constituindo nas narrativas conceituais de negação de direitos dos povos originários. O direito à terra indígena foi sendo nomeada de acordo com as categorias do Estado brasileiro, em grande parte respaldadas no modismo acadêmico, como: regularização fundiária, marco temporal, reforma agrária, entre outras, sempre com objetivo evidente de legitimar o apagamento e de imediato encobrimento da existência indígena, bem como para, indiscutivelmente, referendar a expropriação das terras indígenas pelo latifúndio e grandes corporações nacionais e transnacionais.

Enquanto o en-cobrimento dos povos indígenas persiste no Piauí, os Gamela saem debaixo das pedras soterradas pelos rejeitos do agronegócio no sudoeste do estado, como os olhos d`água que se movimentam nos baixões do cerrado, fazendo que sua nascente permaneça viva. Da terra e na terra, os Gamela se movimentam na luta contra a atualidade das cercas digitais e cartoriais do agronegócio. Os indígenas estão vivos e podem, por si mesmos, dizerem suas palavras, como nos ensina Davi Yanomami: “Antigamente, os brancos falavam de nós à nossa revelia e nossas verdadeiras palavras permaneciam escondidas na floresta. Ninguém além de nós podia escutá-las.”. Foi baseado nesse pensamento que, em 2021, o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) convocou uma consulta prévia com o território indígena Gamela de Laranjeiras, em Currais – Piauí, para dar prosseguimento à regularização das terras no estado do Piauí em áreas de assentamento. Os Gamela reivindicam a demarcação da terra como território indígena, contestando não apenas o tamanho inferior da área apresentada pelo INTERPI para o assentamento, em 2021, como também a necessidade de considerar os direitos dos povos indígenas de Laranjeiras.

O argumento central é de que a terra indígena é diferente em áreas de assentamento, sendo que a autoidentificação Gamela não pode ser ignorada ou invisibilizada, conforme prevê a Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante o direito à autoidentificação, e o processo SEI-Funai n. 08620.012443/2018-95, que contém a qualificação da terra indígena Gamela de Laranjeiras e a nova lei de terras do Piauí.

Essa intervenção do Estado, via INTERPI, suscita o debate sobre: direito originário ou regularização fundiária no território indígena Gamela? Duas narrativas assumem a centralidade da questão agrária no Piauí, portanto, dois campos antagônicos

no entendimento do direito à terra: os povos Gamela, que reivindicam o direito originário; e o Estado; que defende a regularização fundiária de áreas de assentamento em que há povos indígenas. Essas questões têm sido problematizadas pelo Projeto Universidade Popular, no contexto das ações educativas de extensão desenvolvidas em parcerias com os povos Gamela no território Laranjeiras.

A pesquisa participante, que fundamentou este texto, orientou as observações de campo em momentos de diálogos entre Estado e a Associação Indígena Gamela, que vem ocorrendo por meio de audiência pública, consulta prévia, reuniões da Associação com órgãos do Estado nos âmbitos estadual e federal. A organização do pensamento se guiou pelo método dialético para análise das questões suscitadas no âmbito da luta pelo direito originário à terra, impostas pelas dinâmicas das questões agrárias no território da “última fronteira agrícola”, no sudoeste do estado do Piauí.

Compreendemos que o direito à terra é originário, pre-existente, e por estar situado na origem, é anterior a qualquer tipo de ordenamento jurídico. Entendemos que a regularização fundiária proposta pelo Estado pressupõe, imediatamente, que a ocupação é irregular, que existe irregularidade na posse da terra, e que precisa ser regularizada, ou seja, a terra assume caráter de propriedade. Assim sendo, como transformar em propriedade, quando os donos já têm a posse natural, ou seja, o Estado “[...] não cria terra indígena, apenas reconhece aquelas que já são, por direito originário, de posse daquele território” (Fachin, 2021). Nesse caso, as terras resultantes da regularização fundiária, com a demarcação das terras indígenas Gamela pela FUNAI, seriam nulas ou incorporadas ao território?

Nesse sentido, o presente artigo propõe uma discussão sobre a demarcação das terras indígenas como Direito Originário, considerando o entendimento de que devemos conhecer primeiramente o processo histórico de construção territorial brasileira. O entendimento é de que existe uma construção social complexa pautada na ancestralidade, que resiste a todo processo de colonização e negação de direitos.

Pontuamos como objetivos para fomentar o debate da temática e novas interpretações: entender os diferentes discursos construídos em torno do direito legal dos processos de demarcação das terras indígenas no Piauí, e observar os impactos dessas medidas no reconhecimento do território de Laranjeiras, no sul do estado, como terra indígena Gamela. A construção dos entendimentos nos levou a três perspectivas, quais sejam: identificar as principais narrativas construídas pelo Estado e seus órgãos de regularização fundiária e demarcação; destacar as narrativas e os entendimentos dos indígenas Gamela do território na luta pelo reconhecimento do direito originário como terra indígena; analisar os desdobramentos das narrativas construídas, apontando os avanços e retrocessos em torno das discussões levantadas.

Na próxima seção do trabalho, constam a metodologia, as abordagens dos principais conceitos e reflexões, relacionando-as às ideias dos autores que adotamos como referenciais teóricos, no sentido de levantar questionamentos e entendimentos sobre o Direito Originário como Questão Agrária, na luta pela demarcação das terras indígenas Gamela em Laranjeiras, e, por fim, os resultados e as considerações finais.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Existem vários contextos e narrativas que nos fornecem dados para compreender a complexidade da distribuição, ocupação e finalidades da terra no contexto brasileiro. A posse da terra no Brasil sempre foi um elemento controverso e espinhoso a ser discutido numa perspectiva que vise a superação do latifúndio e a construção de um projeto de justiça social. A luta dos povos Gamela do sul sudoeste do Piauí se insere nesse contexto, através do território Laranjeiras, a partir da contestação de decisão judicial promovida pelo INTERPI, como representante do Estado, com demarcação inferior à área territorial reivindicada pelos indígenas Gamela.

Há quase dois séculos, o território que forma Laranjeiras é habitado e possui traços ancestrais da cultura indígena Gamela presente no modo de vida e nas tradições culturais dos sujeitos que habitam o território. Essa é uma das principais reivindicações que caracterizam a luta desses povos para o reconhecimento como território indígena, em oposição à visão antagônica construída pelo Estado, que defende a regularização fundiária. Habitam o território com uma perspectiva de preservação que coaduna com diversos aspectos defendidos por Krenak (2019), em sua luta e suas interpretações para refletir sobre os territórios indígenas e seus desafios para manter a floresta e a preservação da fauna.

Em outra via, a regulamentação da situação pela demarcação como terra indígena atua como fator de proteção do território e retomada das tradições culturais por um processo de autoidentidade e afirmação, a partir de sua ancestralidade, mas que foi negligenciada pela decisão unilateral do Estado,



via INTERPI. Sobre processos e posicionamentos errôneos do Estado, Gonzaga (2022) entende que:

O termo “terra indígena” é constantemente empregado de maneira equivocada, tornando ainda mais difícil o progresso a fim de que se obtenha uma solução para os entraves causados em torno dos procedimentos de reconhecimento e demarcação de terras. A expressão vem sendo usada de forma indistinta e sem o devido entendimento até mesmo por parte de alguns indigenistas, profissionais e militantes que tratam do tema rotineiramente.

A negação do Estado em não reconhecer a luta dos povos Gamela tem sido marcada por confrontos e tentativas de expropriação dos territórios indígenas para serem convertidos em terras para o latifúndio, daí a insistência e a (re)existência desses povos pelo Direito Originário, como condição legal, e pela garantia da demarcação de seus territórios. Sobre Direito Originário, Fachin (2021) considera que ele está expresso na Constituição de 1988, em seus artigos 231 e 232, como um “COMPLETO ESTATUTO JURÍDICO DA CAUSA INDÍGENA”, um “[...] ato declaratório de uma situação jurídica ativa pre-existente. Essa razão de a Carta Magna havê-los chamado de ‘originários’, a traduzir um direito mais antigo do que qualquer outro, de maneira a preponderar sobre pretensos direitos adquiridos [...]” (Fachin, 2021, p. 23).

O posicionamento do Estado, a partir dessa decisão, tem demonstrado certo desinteresse para reconhecer territórios tradicionais e seus sujeitos como fontes de culturas e o seu modo de produzir na terra, contrárias à lógica do agronegócio. O território Laranjeiras vem desenvolvendo um processo de resistência em oposição à lógica capitalista, que é amparada no latifúndio do agronegócio, sendo que, nesse embate, a demarcação como

território indígena reivindica uma área que engloba os limites para além da área definida como território do assentamento.

Desde que se empenhou em lutar pela demarcação de suas terras como indígenas, o território Laranjeiras tem se firmado como área onde se tem construído e estreitado laços em torno da produção de conhecimentos entre universidade e territórios. O projeto de extensão Universidade Popular vem participando de forma ativa com os indígenas, por meio de ações e realização de atividades formativas que englobam aspectos de autoidentidade, defesa dos territórios indígenas, questões de gênero, auto-organização, através da associação indígena de Laranjeiras e do extrativismo do buriti. As atividades são pensadas e planejadas tomando como pontos de partida e chegada os aspectos sociais e identitários do território com participação direta dos indígenas Gamela, desde o planejamento até os momentos práticos, com as oficinas e os cursos de formação.

Em assuntos de ordem jurídica, o projeto de extensão Universidade Popular intermediou uma consulta pública, realizada entre os indígenas do território e o INTERPI, para tratar sobre os passos decisórios que a território precisava adotar para seguir com o processo de demarcação. No diálogo com o INTERPI, prevaleceu a decisão inicial do território, de questionar a decisão do órgão governamental e dar segmento pela demarcação como terra indígena, com o entendimento de que a ocupação como território tradicional é anterior à decisão do Estado de reconhecer a necessidade da regularização fundiária, em detrimento da demarcação como terra indígena, violando o Direito Originário.

As localizações dos territórios são questões centrais nas discussões sobre a demarcação de territórios indígenas na região sudoeste do Piauí, principalmente por se encontrarem dentro

dos limites do território MATOPIBA<sup>1</sup>, limites de interesse do capital, via agronegócio, e fortemente apoiado pelo Estado. Sobre a expansão do MATOPIBA, a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR, 2020) problematiza que “[...] a invisibilização deliberada das populações rurais e dos povos tradicionais do Cerrado é parte essencial da estratégia de avanço da fronteira, sem que seus efeitos negativos se tornem objeto do debate público, seja no âmbito do próprio Estado ou da sociedade civil”.

Dessa relação, podemos compreender que os interesses pela demarcação como área de assentamento deixam em aberto a possibilidade de negociação das terras. Esse é um fator que tem sido cada vez mais evidente, desencadeado pelos interesses do agronegócio em não perder o monopólio sobre a especulação com a negociação de terras e a expansão de seus territórios.

A constituição do latifúndio foi uma das principais formas de promover o acesso à terra, primeiramente pelo sistema de capitâneas hereditárias e, em outro momento, pelo sistema de Sesmarias, promovidos por ações realizadas pela coroa portuguesa e com participação coadjuvante da Igreja Católica. Segundo uma contextualização, desse processo construída pelas análises da AATR (2020),

O legado histórico da invasão europeia sobre as terras que atualmente integram o território brasileiro é a concentração fundiária, em outras palavras, muita terra na mão de poucos e pouca terra na mão de muitos. Esse atual cenário teve origem no primeiro regime de ocupação de terras, o Regime

---

<sup>1</sup> Os espaços territoriais com áreas do bioma “cerrado” dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, foram denominados ‘MATOPIBA’ (em referência ao acrônimo dos 4 estados com áreas de chapada) (SANTOS, 2018). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329426111>. Consultado em: 03 out. 2022.

das Sesmarias (1534 - 1822), no qual a Coroa Portuguesa concedia grandes extensões de terras (sesmarias) a uma única pessoa, desde que realizassem a medição e produzissem na área.

A atual configuração territorial do Brasil é fruto de intenso processo de colonização que começa a impor modificações em suas primeiras investidas na exploração mercantil dos recursos naturais. Para Ayma (2022, p. 2), “[...] é neste contexto em que se encontram as relações entre os brancos e a maioria dos povos originários de nosso continente. Ainda não somos reconhecidos como atores pioneiros e protagonistas de nossa história”. O que a história romantizou, por muito tempo, como sendo um encontro ou choque de culturas, transformou-se em um dos processos mais sombrios e devastadores na trajetória da colonização.

Em território brasileiro, a colonização durou mais de 300 anos e deixou marcas profundas de desigualdades e negação de direitos, mesmo que, no decorrer de seu processo, tenha se constituído um estado republicano e, posteriormente, uma democracia, com a criação da tão conhecida Constituição Cidadã de 1988. Gonzaga (2022, p. 2) reflete sobre esse ponto considerando que:

A primeira coisa que deve ser levada em conta é que os povos originários indígenas, embora sejam ancestrais no Brasil, muito antes de 1500, [...], permaneceram praticamente invisíveis até meados da década de 70 do século passado. Com a Constituição de 1988, ficaram visíveis como sujeitos de direitos, muito embora esse traço preconceituoso de nominá-los “índios” tenha sido escrito também no Texto Constitucional.

Mesmo com a efetivação de diversos direitos previstos, de forma legal, na Carta Magna, os territórios indígenas convivem

sob constante ameaça de expropriação de seus territórios. Nesse sentido, Gonzaga (2022, p. 41) reforça: “[...] em que pese o vigor do Texto Constitucional, percebe-se que ele isoladamente não é hábil para garantir a efetivação dos direitos que prevê”.

Como forma de garantir a continuidade do modo de vida indígena e a preservação de suas tradições culturais, os indígenas necessitam de que a demarcação seja assumida e garantida pelo Estado como um direito fundamental originário. Nesse sentido, Gonzaga (2022, p. 42) entende que um ponto fundamental seja que “[...] o caminho da regulamentação jurídica da titularidade de terras indígenas lhes fornece um caráter especial e é acolhida, desde o período colonial, por leis e alvarás régios, tendo como ponto de partida a presença indubitável dos povos que as habitavam [...]”. Ao mesmo tempo, alerta para “[...] a inexistência de qualquer menção à posse e ao domínio das terras indígenas nos códigos civis brasileiros [...]” (Gonzaga, 2022, p. 41-42), dado que torna sempre complexa a demarcação das terras indígenas, entraves ainda muito influenciados por aspectos do padrão de modernidade europeia.

O Direito Originário, assume papel fundamental nas discussões sobre o processo de demarcação de terras indígenas. Segundo Ayma (2022, p. 20), “[...] é um mito que quando o Estado aloca muita terra aos povos originários, nossa relação com ele se transforma, tomamos apenas o que necessitamos, o que é possível e necessário em cada um de seus ciclos”. É uma compreensão que visa apontar caminhos e entendimentos para compreender os conflitos em torno da questão de reconhecimento de direitos indígenas olhando para sua ancestralidade.

Metodologicamente, as estratégias para produção dos dados se fundamentaram na pesquisa qualitativa, em Minayo (2001), pois o universo dessa modalidade aborda questões

de ordem social e humana em sua subjetividade no campo de produção do conhecimento. Foram utilizados materiais escritos, como livros, artigos científicos e decisões judiciais, além de materiais pesquisados e divulgados em meio eletrônico, que possibilitaram a construção de interpretações a partir dos fichamentos das principais ideias que tratam da temática em discussão.

Quanto ao tipo da pesquisa, utilizou-se a pesquisa participante, referenciada em Borda (1981), tendo em vista as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo projeto de extensão Universidade Popular Vale do Gurgueia (UPVG) da Universidade Federal do Piauí, com os indígenas Gamela do Território Laranjeiras, no município de Currais-PI, com participação direta nas atividades formativas. Tomamos como método de análise a dialética, segundo Kosik (2010), no sentido de problematizar os dados produzidos, referenciando-os com os acontecimentos em cada contexto, inclusive na atualidade.

A seguir, trazemos as análises sobre alguns aspectos da realidade fundiária do sul do Piauí, e os desdobramentos resultantes da relação entre o povo Gamela e o Estado, resultantes das mediações construídas a partir da consulta pública realizada no território Laranjeiras.

## **TENSÕES FUNDIÁRIAS NA RELAÇÃO ENTRE O POVO GAMELA E O ESTADO**

A região sul do Piauí é reconhecida com “a última fronteira agrícola” ou, ainda, como a grande região do desenvolvimento caracterizada como MATOPIBA área que está no centro da disputa do agronegócio, que avança sobre o bioma do cerrado, promovendo transformações socioespaciais e econômicas

nos modos de vida da população da região, sobretudo dos povos originários e das comunidades tradicionais. O Boletim Informativo 1 – Indígenas Gamela no Cerrado Piauiense (PIAUI, 2020) ressalta:

A criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, em 06/05/2015, intensificou ainda mais o processo de mudanças econômicas e sociais. Os grandes empreendimentos que se instalaram vêm produzindo impactos na vida dos povos e comunidades tradicionais, que se sentem ameaçados pela expropriação territorial e danos ambientais. Esta situação resultou na eclosão de conflitos socioambientais e na constituição de ações de mobilização social que vêm resultando na emergência étnica de núcleos familiares que habitam tradicionalmente a região e que se autodesignam de povos do Cerrado.

Nesse contexto, o agronegócio ocupa grandes extensões territoriais, em meio à intensa degradação ambiental e hídrica das nascentes, dos brejos e riachos; impõe relações de trabalho análogas à escravidão; e torna-se o principal agente de conflitos agrários e fundiários com o povo indígena Gamela e com os camponeses quanto ao direito à terra. A narrativa de desenvolvimento econômico oculta conflitos, impasses e desafios para os povos indígenas e camponeses, diante do avanço do agronegócio<sup>2</sup>, que marca a disputa pelas terras produtivas e pelos recursos hídricos. A região possui uma das maiores reservas de água doce do estado do Piauí, conhecida como Vale do Gurgueia, é uma zona estratégica de produção de água, conta com rede hídrica que abastece quase todo estado do Piauí, a partir do

---

<sup>2</sup> É toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas. No Brasil, o termo é usado quando se refere a um tipo especial de produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, “[...] em grandes extensões de terra”. (Souza; Conceição, 2009, p. 31).

município de Barreiras do Piauí, onde fica o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, principal rio do estado.

Essa realidade situa as ações de extensão do Projeto de Extensão Universidade Popular (UFPI - Campus Cinobelina Elvas), a partir dos princípios e pressupostos epistemológicos da Educação Popular, enfatizando a relação entre conhecimento científico e popular, com ênfase no debate sobre sustentabilidade ambiental, práticas de manejo florestal das plantas nativas, como buriti, proteção dos recursos hídricos, como riachos e brejos, implantação de sistema de placa solar para bombeamento da água de poços artesanais para as roças.

Nesse itinerário, a atualidade das questões vivenciadas pelos indígenas passa a exigir da Universidade novo processo de intervenção político-pedagógica no território Laranjeiras. Entre as exigências, está o processo de auto-organização do povo indígena Gamela, que está presente em mais de oito territórios. Em relatório, a FUNAI (Brasil, 2020) informa que promoveu “[...] visita a oito comunidades Gamela (Vão do Vico, Morro D’Água, Assentamento Rio Preto, Barra do Correntinho, Prata, Pirajá, Laranjeiras e Tamboril)”. A luta pela visibilidade étnica do povo Gamela tomou repercussão em razão da luta pelo direito à terra, e enfrentamento às questões agrárias que envolvem a defesa do território, segundo Peovezana *et al.* (2018, p. 232), pois:

A regularização das terras indígenas por meio da demarcação é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil. Por isso, essa tem sido a principal reivindicação dos indígenas. Sabe-se que assegurar-lhes o direito à terra significa não só assegurar sua subsistência, mas também garantir o espaço cultural necessário à atualização de suas tradições.



Os indígenas Gamela do território Laranjeiras reconhecem que a regularização fundiária é demanda étnica e que o reconhecimento da terra indígena pelo Estado, no sudoeste do Piauí, passa pelo seu processo de auto-organização e de fortalecimento da luta coletiva. Nesse contexto, no dia 28 de agosto de 2021, em assembleia, os indígenas Gamela criaram a Associação de Povos Tradicionais e Indígena Gamela da Laranjeiras como espaço estratégico de auto-organização e reconhecimento do território indígena, que encontra amparo legal na Convenção 169 da ONU sobre povos indígenas e tribais, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), a saber:

A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça.

Onze anos depois da Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e da Resolução referente à ação da OIT, a autoidentificação Gamela, e sua organização em uma associação indígena no território Laranjeiras, ganhou novo marco normativo, com a Lei Estadual 7.389/2020, publicada no Diário Oficial do dia 27 de agosto de 2020, em que reconhece formal e expressamente a existência de Povos Indígenas nos limites territoriais do estado do Piauí.

A Associação de Povos Tradicionais e Indígenas Gamela está respaldada legalmente no Art. 4º da Lei Estadual 7.389/2020, a saber: “[...] o direito à identidade étnica poderá ser reconhecido a partir da autoidentificação como comunidade indígena, comprovada por meio de ata da assembleia da comunidade auto

identificada, [...], ou por meio de registros junto à Fundação Nacional do Índio – FUNAI” (Piauí, 2020). A Associação Indígena Gamela, na atualidade das questões vivenciadas na luta pela autoidentificação e demarcação da terra indígena, enfrenta novas tensões na relação com o Estado, no processo de titularização do assentamento, e desafios nas demandas fundiária e étnica no acesso à justiça contra violações aos direitos dos povos indígenas na região sudoeste do Piauí. Essas questões agrárias e fundiárias que envolvem o território Laranjeiras vêm sendo acompanhadas pelo projeto de extensão Universidade Popular (UFPI), que passamos a descrever cronologicamente.

No dia 30 de junho de 2021, às 15h, no território de Laranjeiras, sob a mediação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Projeto de Extensão Universidade Popular, foi realizada audiência virtual entre os moradores de Laranjeiras (Currais – PI) e o Governo do Estado do Piauí, representados pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e acompanhada pelo Movimento Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) com a seguinte pauta: questão fundiária, regularização da terra e o reconhecimento da terra indígena.

Audiência foi motivada pela negativa, de alguns moradores, em responder documentos de técnicos enviados pelo INTERPI em Laranjeiras. O entendimento dos moradores é que a assinatura poderia implicar processo de regularização e titulação das terras. Os moradores informaram que não assinaram por desconfiança de que tivessem alguma relação com ações de fazendeiros na produção de falsos documentos. Os indígenas de Laranjeiras contextualizaram o processo histórico e as situações de conflitos agrários e fundiários que se arrastam há anos para regularização

das terras em Currais (PI), seja no âmbito do Governo do Estado do Piauí ou no Governo Federal.

O avanço do agronegócio na região sudoeste do estado é marcado pela expulsão dos povos originários de suas terras produtivas e expropriação dos recursos naturais, inviabilizando a permanência dos povos tradicionais no campo com impactos ambientais imensuráveis. O acesso à titularização das terras do assentamento não resolve as questões fundiárias, sobretudo quando isso é feito sem o devido reconhecimento aos direitos indígenas.

De outro modo, cabe ao Estado garantir as condições de autoidentificação, fortalecendo a organização dos indígenas, uma vez que “Os projetos de assentamentos, bem como todas as ações de reforma agrária, eram resultados de conflitos e pressões exercidas pelos movimentos organizados” (Sauer, 2010, p. 102). Nesse sentido, os indígenas Gamela de Laranjeiras avançam em seu processo de defesa do direito à terra como bem comum, sem valor comercial ou de acumulação de capitais. As narrativas denunciadas pelos indígenas Gamela constam no documento de qualificação disponibilizado pela FUNAI à UFPI por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), no qual, segundo a FUNAI (Brasil, 2020) o registro dos conflitos entre os indígenas e fazendeiros são relatados:

102. Especificando tais conflitos, Seu Salvador informou que a comunidade era, sistematicamente, alvo de investidas violentas cometidas por “grileiros” que se diziam proprietários das terras tradicionalmente ocupadas pelos(as) indígenas e que receberiam o apoio dos cartórios locais [...].

Segundo a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) –

Microrregião do Piauí, em ofício datado de 30 de agosto de 2021, enviado ao Ministério Público Federal (MPU), os povos indígenas relatam: “O povo indígena Gamela é constituído por aproximadamente 325 famílias, que residem em aldeias nos municípios de Bom Jesus (45 famílias), Baixa Grande do Ribeiro (43 famílias), Currais (143 famílias) e Uruçuí (84 famílias)”. O povo Gamela vem lutando para dar visibilidade a seus territórios e à sua existência nos limites do Piauí.

Recentemente, os dados oficiais apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) confirmam os dados da APOINME e revelam como a presença indígena cresceu no Piauí. O autorreconhecimento indígena desmitifica os discursos de que no estado não havia indígenas:

Em 2010, o Piauí ocupava a 26ª. posição em termos do quantitativo da população indígena dentre os estados do país, superando apenas o Rio Grande do Norte. Em 2022, com o incremento da autodeclaração da população indígena, o Piauí subiu uma posição na classificação geral, passando para a 25ª. posição, superando agora o Distrito Federal, com 5.813 pessoas indígenas, e Sergipe, com 4.708 pessoas indígenas. O crescimento populacional indígena no Piauí, em termos percentuais, foi o 5º. maior registrado no país, ficando atrás do Rio Grande do Norte (351,48%), Bahia (306,35%), Ceará (191,44%) e Amazonas (191%) (IBGE, 2022, p. 3).

Esse crescimento da população indígena Gamela no sudoeste do Piauí se confirmou com as lutas contra a narrativa de regularização defendida pelo INTERPI, de titularização de terras de assentamento sem o devido reconhecimento legal das especificidades dos povos Gamela e das disputas de terras impostas pelos latifundiários da monocultura. Nessa direção, os indígenas Gamela denunciam que as terras produtivas têm

sido progressivamente invadidas pelos grandes fazendeiros, terras que antes eram cultivadas pelos moradores e gerações anteriores até os dias atuais, envoltos em uma disputa pelos espaços. Na audiência, os indígenas Gamela solicitaram ao INTERPI que pudessem fornecer informações de juntada cartorial e dos processos que tramitam no órgão sobre o processo de titularização referente à área do assentamento, desde a origem, bem como disponibilizar informação apresentada pela FUNAI ao instituto sobre demanda fundiária da comunidade indígena Gamela. Apesar da insistência até o momento atual, não conseguiram nenhum retorno oficial por parte desse órgão.

Apesar dos avanços da audiência virtual, a comunidade expressava evidente insatisfação com a postura do INTERPI no processo de condução da titularização das terras do assentamento, sobretudo quanto aos limites territoriais do riacho como bem comum da comunidade e dos indígenas, parecendo uma questão não resolvida.

Em 10 de agosto de 2021, às 8h, realizou-se, no território indígena de Laranjeiras, no município de Currais-PI, sob convocatória do **INTERPI**, representado por seu diretor - Geral, Francisco Lucas Costa Veloso, e a **Gerência de Povos e Comunidades Tradicionais/INTERPI**, representada por sua gerente, Maria Rosalina dos Santos, sob seguinte convite: **“Os assentados e indígenas de Laranjeiras, localizada no município de Currais, Estado do Piauí, representado segundo suas próprias formas e indicações, para reunião a ser realizada no dia 10 de agosto de 2021, a partir das 08:00”** (Piauí, 2021), estabelecendo a data e o horário, e prevendo prazo maior para o diálogo, em que definiu também o objetivo da consulta prévia, **“[...] podendo se estender até horário conveniente, o qual acontecerá na referida comunidade de forma presencial,**

**segundo os protocolos sanitários devido à COVID-19, para tratar da titulação coletiva de seu território”** (Piauí, 2021), como consta no ofício circular de aviso de consulta prévia, datado de 4 de agosto de 2021, e, na ocasião, foram representados por consultores contratados pelo órgão.

À Universidade Popular (UFPI-CPCE), **campus de Bom Jesus**, foi solicitado o acompanhamento, pelos moradores e pelo ofício da FUNAI enviado à UFPI – Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – **Ofício número 11/2020/Sedisc-CRNE II/DITCRNE II/CRNE II/Funai, de 31 de março de 2020** (Brasil, 2020): “4. Solicitamos o **apoio** da UFPI, portanto, com o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de **ações acadêmicas** dessa natureza, na perspectiva de fortalecermos uma **atuação interinstitucional**”. Considerando os marcos legais que garantem a participação da Universidade, passamos a apresentar nossas considerações sobre a “consulta prévia” à comunidade Laranjeiras, fundamentados no **protocolo de consulta prévia estabelecido pelos marcos regulatórios da OIT, em lei no âmbito do Estado, e nos protocolos para regularização fundiária em territórios tradicionais**.

De acordo com a OIT (2011), em sua Convenção nº 169, sobre povos indígenas e tribais, as consultas prévias devem obedecer ao Art. 2º - “**2. As consultas realizadas em conformidade com o previsto na presente Convenção deverão ser conduzidas de boa-fé e de uma maneira adequada às circunstâncias**, no sentido de que um acordo ou consentimento em torno das medidas propostas possa ser alcançado.” Considerando essa convenção internacional, como pesquisadores e extensionistas que acompanham a comunidade desde 2017, destacamos que os consultores representantes do INTERPI, **apresentaram conduta incompatível com a “de boa-fé”**, uma vez que não apresentaram oficialmente o processo legal de tramitação no INTERPI sobre

os procedimentos de regularização fundiária do assentamento, se havia processo judicial, quais áreas de terras pertenciam ao Estado do Piauí, se havia áreas devolutas ou outras informações relevantes para esclarecimento da população da comunidade.

Na consulta prévia **“não houve procedimentos adequados”**, a exemplo de compartilhamento de informação sobre a regularização por parte dos consultores do INTERPI; não foram criados **“meios pelos quais esses povos possam participar livremente**. Ademais, não houve a intencionalidade de **“boa-fé”** por parte dos representantes do INTERPI em propor encaminhamentos para solucionar, de fato, as necessidades da comunidade, mas apenas de garantir a decisão do INTERPI, que chegou na comunidade sem conhecimento da situação da comunidade, dos contextos, dos territórios, das demandas e sem informações processuais das terras que envolvem a regularização fundiária (Piauí, 2021).

A informação de que o riacho não pertence às terras do assentamento provocou indignação coletiva na comunidade, pois essa é uma reivindicação tanto dos assentados, quanto dos indígenas, em que apontam a demarcação territorial realizada em 1990, pelo próprio INTERPI, que dava o direito aos camponeses e indígenas das terras do riacho, e, atualmente, esse órgão afirma que o riacho pertence a terras particulares, mas não apresenta nenhuma documentação comprobatória da titularização, a exemplo do levantamento cartorial. Essa é a narrativa do Estado, que confronta com a luta do povo indígena pela demarcação da terra como direito originário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sobre esse debate se encaminham para o entendimento de que a terra indígena é um direito originário, portanto, não estamos a falar de novo direito, ou de direitos

individuais, como os títulos de áreas assentadas, estamos falando de direitos coletivos, da vinculação inseparável, dos povos indígenas das terras e dos alimentos dela gerados, na garantia da vida no território, além das demais políticas de proteção social, que devem ser constitucionalmente cumpridas pelo Estado.

A posse como Direito Originário se configura numa perspectiva de luta e resistência no espaço-tempo, empreendidas pelos indígenas e povos originários desde os primórdios da colonização, e não cessaram, mesmo após a efetivação de uma série de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. É notória a possibilidade de tratar dentro da questão agrária a discussão da posse como direito originário, pois reconhecemos uma luta histórica, muitas vezes desprezada pela população em geral, por desconhecimento das verdadeiras narrativas. Não se trata de romancear a história, tampouco o modo de vida indígena, o qual sabemos que se constitui como uma relação social complexa e dotada de hierarquias políticas bem definidas, pois não foram criadas a partir da invasão europeia. Elas já existiam bem antes, o que denota um conhecimento filosófico da realidade para sua organização social no presente, pautado nas relações de proximidade com o mundo natural.

As séries de atrocidades cometidas por um Estado avassalador, desenvolvidas pelo processo de colonização, se manifestam na atualidade como resquícios de um processo que não se findou. Em sentido contrário, por meio de tensões e rompimentos com a lógica excludente, a maioria das populações indígenas não sucumbiram e, na atualidade, desencadeiam processos de resistência. Possuir a terra como um bem social é uma forma de construir possibilidades de uma relação que converge para o estabelecimento do bem comum, através da valoração coletiva e do aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável.



## REFERÊNCIAS

AATR. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais. **Legalizando o ilegal**: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA. Bahia: AATR, 2020.

AYMA, Juan Evo Morales. Prefácio. *In*: GONZAGA, Alvaro de Azevedo (org.). **Decolonialismo indígena**. 2. ed. São Paulo: Matrioska Editora, 2022.

BORDA, Orlando Fals. La ciência y el Pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. *In*: **La sociologia em Colombia**: balance y perspectivas. Asciación Colombiana de Sociologia. III Congresso Nacional de Sociologia, Bogotá, 1981. Disponível em: <http://upedagogica.edu.bo/wp-content/uploads/2015/12/D.-Fals-Bordala-ciencia-y-el-pueblo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Informação Técnica n. 1/2020/Segat-CR-NE-II/DIT-CR-NE-II/CR-NE-II FUNAI (SEI n°1891052)**, de 10 de março de 2020.

FACHIN, Edson. Terras Indígenas: Marco Temporal (voto do relator Min. Edson Fachin, n. RE 1.017.365/SC). **Revista Jurídica (FURB)**, [S.l.], v. 25, n. 56, p. e10343, set. 2021. ISSN 1982-4858. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/10343>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo indígena**. 2. ed. São Paulo: Matrioska Editora, 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2010

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OI**. Brasília: OIT, 2011.

PEOVEZANA, G.D., PIOVEZANA, L. BERNARTT, M.L. Territórios e territorialidades contestadas: espaços em conflitos e disputas pela terra. *In*: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J.J.; ROCHA, H. J. (ed.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó: Editora UFFS, 2018. p. 230-259.

PIAUÍ. Instituto de Terras do Piauí (INTERPI). Aviso de Consulta Prévia **aos assentados e indígenas de laranjeiras**. SEI/GOV-PI - 2044181 - INTERPI, 2021.

PIAUÍ. **Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades**: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais da Amazônia e do Cerrado / Indígenas Gamela no Cerrado piauiense. – N. 1 (jan.2020). – São Luís: UEMA edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

PIAUÍ. **APOINME**. Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME): ofício n. 01/ de 30/08/20 ao Ministério Público Federal (MPU). Bom Jesus: Piauí, 2020.

SANTOS, C. C. M.. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola? uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? uma nova reorganização produtiva dos espaços de “cerrados” dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia? **Cadernos do CEAS**, v. 245, p. 570-600, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329426111>. Acesso em: 03 out. 2022.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010: 98-126. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/321>. Acesso: 12 ago. 2021.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As ‘novas’ estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada Eletrônica** [online], v. 9, n. 1, p. 102-12, 2009.

# A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NA TERRA INDÍGENA GAMELA NA “ÚLTIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA” NO PIAUÍ

*Lucineide Barros Medeiros*

*Maria do Socorro da Silva Arantes*

*Lucineide Pereira Carvalho Gamela*

## EMERGÊNCIA ÉTNICA E QUESTÃO AGRÁRIA: notas introdutórias da pesquisa

**A**s questões ambientais e ecológicas têm sido temas recorrentes de alerta da comunidade científica sobre a necessidade de uma agenda comum, dos organismos internacionais e do Estado, que viabilize a sustentabilidade do planeta. Contraditoriamente, o Estado tem investido recursos financeiros, por meio de incentivos fiscais às corporações agrícolas transnacionais e às instituições globais, que têm como base produtiva o agronegócio, o hidronegócio, a mineração extrativista dos recursos naturais – financeirização

da natureza<sup>1</sup>. Esse paradigma provoca grandes impactos ambientais e sociais, a exemplo da invasão das terras indígenas e de comunidades tradicionais, as “ex-colônias”, se assim podemos dizer, diante da persistência das ideias colonizadoras que perseguem séculos sem fim os povos ameríndios.

Esse processo se intensificou com a pandemia do vírus da Covid-19, tendo, dentre as repercussões, o aumento da fome e da insegurança alimentar no mundo. Segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>2</sup>, a fome é um desafio global: “Em 2020, a insegurança alimentar moderada ou grave alcançou um índice de 30,4% em relação a 2014, que era de 22,6%. Quase 40% dessas pessoas – 11,9% da população global, ou seja, 928 milhões estão em insegurança alimentar grave.” (FAO, 2022, p. 1). No Brasil, de acordo com dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, realizado pela Rede PENSSAN<sup>3</sup>, no ano de 2022, 33,1 milhões de pessoas no Brasil não tinham o que comer; mais da metade da população (58,7%) convivia com a insegurança alimentar em algum grau, atingindo principalmente áreas rurais (mais de 60%) e lares de pessoas pretas ou pardas (65%), situação equivalente à de 2004<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> “Os que propõem a financeirização da natureza argumentam que, sem pagar, não é possível manter as florestas em pé, ter rios limpos, ter a cidade limpa de resíduos sólidos, possuir terra sem agrotóxico e químicos, ter o ar respirável sem reduzir gases tóxicos, enfim, afirmam não ser possível reservar e conservar o meio ambiente sem que os bens comuns (água, minério, solo, ar, biodiversidade) se tornem produtos financeiros” (MST, 2016, p. 1).

<sup>2</sup> FAO, FIDA, OMS, PAM e UNICEF. 2021. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021. Transformar os sistemas alimentares para segurança alimentar, nutrição melhorada e dietas saudáveis e acessíveis para todos. Roma, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474es>

<sup>3</sup> II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-ilhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 8 de março 2023.

O quadro requer, do ponto de vista ético-político e científico, a superação do paradigma de produção baseada no capitalismo agrário e a formação de sistemas agroalimentares sustentáveis e saudáveis em escala global. Nessa discussão, consideramos que os biomas são fontes de vida no planeta. No caso brasileiro, o bioma mais conhecido é a Amazônia. Porém, existem outros que, na invisibilidade, estão sendo ameaçados pelo avanço da monocultura do agronegócio, baseado no projeto de desenvolvimento hegemônico. Destacamos que o estado do Piauí está localizado na região Nordeste brasileira e que, em seu território, há dois biomas – o cerrado e a caatinga.

Sampaio (2012, p. 7) ressalta que “O Cerrado brasileiro, considerado atualmente a mais rica savana do mundo em biodiversidade, reúne uma grande variedade de paisagens e uma enorme quantidade de espécies de plantas e animais”. Há um movimento migratório de famílias e grupos econômicos do sul do Brasil, instalando-se no bioma, movidas pela lógica produtivista, associada à expropriação do território e à devastação ambiental, com destruição dos recursos hídricos. Esse modo produtivo vem criando insegurança alimentar, territorial e étnica para população que habita a região sudoeste do Piauí.

O Território MATOPIBA, formado por área majoritariamente de cerrado, é composto por faixas territoriais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e foi instituído através do Decreto Federal N.º 8.447/2015. A área passou a ser reconhecida como a nova fronteira para a exploração agrícola, em sintonia com o ideário de *fronts* de expansão (Santos, 2018), atraindo, com o apoio governamental, empresas nacionais e internacionais, como a Bunge Alimentos e a Cargill. Consta no Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Piauí - 2050), do Governo do Estado do Piauí, o registro dessas duas empresas em Currais e na região sudoeste do estado: “A chegada das

empresas Bunge e Cargill à região trouxe um grande impulso ao desenvolvimento do comércio e serviços vinculados a esse mercado de grãos para exportação, atraindo novos empreendimentos” [...] (Cepro, 2013, p. 26). Essas empresas passaram a operar empreendimentos com licenciamentos desburocratizados diante da frágil fiscalização e do alto potencial destrutivo dos bens naturais e modos de vida local, provocando conflitos que envolvem comunidades tradicionais e que, ao mesmo tempo, fazem emergir identidades étnicas.

A terra, até então pouco valorizada economicamente, ao incorporar novo padrão produtivo, tem seus preços elevados com suporte governamental de suprimento de infraestrutura, tecnologia e crédito. No estado do Piauí, esse processo gera um novo ciclo econômico com elevação do Produto Interno Bruto dos municípios envolvidos (Alves, 2020), em convívio com desigualdades, evidenciando concentração fundiária, acumulação predatória e desterritorialização, componentes da contradição capitalista e neoliberal, mantenedora da questão agrária (Harvey, 2005; Silva, Monteiro, 2020).

Considerando essa perspectiva, partimos da compreensão de que a autoidentificação e a auto-organização do povo indígena Gamela, na luta pelo direito à terra, à produção e à proteção dos recursos hídricos, traduzem o seu processo de resistência e enfrentamento ao agronegócio e à questão agrária e, assim, buscamos responder à pergunta que orienta esta discussão: como a questão agrária se relaciona com o processo de resistência ao agronegócio, através da autoidentificação e do autorreconhecimento da comunidade Gamela?

Com relação à metodologia da investigação, ela foi referenciada na abordagem qualitativa, mediada pela produção dos dados bibliográficos, pelos levantamentos documentais e pelas entrevistas semiestruturadas; e fundamentada na pesquisa participativa, tomando por referência a compreensão de

autores como Freire (2007) e Borda (1981), para analisarmos as questões e tensões que se estabelecem pela contradição entre dois projetos antagônicos no meio rural e na “última fronteira agrícola”, o primeiro formulado na matriz do desenvolvimento do agronegócio; e outro na matriz da sustentabilidade ecológica e ambiental do bem-viver dos povos tradicionais e originários.

Construímos o movimento epistemológico da análise na matriz do método dialético, que toma como ponto de partida a materialidade dos processos de lutas da comunidade indígena Gamela, buscando apreendê-la em sua dinamicidade interna e, ao mesmo tempo, relacionando-a diretamente com a totalidade que a constitui. Além da apropriação dos estudos já realizados, buscamos o suporte dos documentos e realizamos entrevistas durante as ações do projeto de extensão Universidade Popular<sup>5</sup>. As entrevistas foram mediadas por atividades formativas, projetos de intervenção e participação em processo de mobilização e luta dos indígenas Gamela junto ao Estado, requerendo a titulação da terra e medidas institucionais para resguardar os recursos hídricos e a produção da vida sustentável.

Nesse sentido, encontramos o movimento dialético nas construções históricas da questão agrária e da questão indígena, considerando conexões, interdependências e interações entre o que está previsto nos marcos legais e o que efetivamente ocorre a partir das ações e omissões do Poder Público, situando o lugar de existência do povo Gamela, das empresas do agronegócio e do Estado. Recorremos principalmente às categorias da contradição, da mediação e da totalidade. Salientamos que a contradição só

---

<sup>5</sup> O Projeto de Extensão Universitária - Universidade Popular: território indígena Gamela, no MATOPIBA, é mediado pela Universidade Federal do Piauí, visa desenvolver ações de formação e trabalho pedagógico com projetos de intervenção, fortalecendo a incidência política e organizativa dos indígenas Gamela, mediada pelos princípios educativos da Educação Popular.



se torna possível quando há interações entre aspectos opostos, tornando possível o movimento criador e transformador da realidade, pela incidência de sujeitos individuais e coletivos (Kosik, 2010).

Contudo essa realidade não se mostra a priori, exige aproximações sucessivas que, no caso em discussão, realizam-se com o apoio de ações empreendidas junto à comunidade por meio da extensão universitária – dimensão formativa da universidade que consiste em ações que articulam diretamente construções acadêmica e científica na relação com comunidades, externas à instituição. A prática educativa da extensão popular atua em processos de formação política e técnica, orientada para a construção da autonomia comunitária baseada em seus valores próprios, com base epistemológica na educação popular. Esse trabalho se dá com base na compreensão de que o processo de libertação das pessoas oprimidas exige o protagonismo delas. Assim, não há que falarmos em resgate, mas em autoconfirmação de sua vocação ontológica de ser mais, via processos de educação liberadora da potência individual e coletiva (Freire, 2007). A dimensão ontológica desse movimento circunscreve o ser social (Lukács, 2013) em determinada construção teórica expressa nos aportes que perpassam essa discussão, articulada a uma construção operativa, marcada pela intencionalidade ético-política da transformação social.

Nesse sentido, o processo educativo, enquanto componente da totalidade do sersocial, realiza-se como mediação, favorecendo trânsitos entre as instâncias vivas que se processam na trama histórica, conjugando dimensões das singularidades com a universalidade para, a partir daí, afirmar as particularidades que, nesse caso, evidenciam-se pela perspectiva dos valores originários, presentes nas histórias, memórias e na ancestralidade Gamela,

que emergem em relação direta com a luta pela afirmação de que, na materialidade, envolvem diferentes agentes: universidade, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Na composição da discussão aqui apresentada, consideramos, em particular, as ideias sobre a base de formação da sociedade brasileira, na qual encontramos a composição inicial da questão agrária, passando pelo modelo de desenvolvimento e de expansão de fronteiras, um terreno fértil para a instalação predatória do agronegócio no Brasil e no Piauí.

## **QUESTÃO AGRÁRIA E A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO PIAUÍ: descolonizando a invisibilidade indígena no sudoeste do Piauí**

Pelo o que consta na Constituição Federal do Brasil de 1988, a questão das terras indígenas antecede os problemas fundiários no país. De acordo com seu Art. 231, as pessoas indígenas têm direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É nesse sentido que a luta do povo Gamela para habitar o território do Cerrado, no sudoeste do Piauí, não pode ser compreendida como a produção de um novo direito, pois se trata de um direito originário.

A discussão sobre essa temática na realidade brasileira passa, necessariamente, pela compreensão sobre a invasão, a ocupação e a exploração do território, via processo de colonização, associado ao genocídio, ao etnocídio e ao epistemicídio que se estende no processo histórico como colonialidade (Silva; Macedo, 2022; Lander, 2005). No Piauí, passa também pelo “silenciamento forçado” a que os povos indígenas foram submetidos. Por um longo período, a questão indígena foi “invisibilizada pelos meios de produção historiográfica e pelos registros oficiais” (Silva;

Macedo, 2022, p. 52). Os autores explicam, ainda, que, por causa do “nomadismo”, provocado pelas condições da biodiversidade, e pela variedade geográfica, hídrica e de recursos naturais do estado, as populações precisavam migrar periodicamente em “[...] busca de alimentos, de terras férteis e de segurança, devido às perseguições e guerras travadas contra exploradores e colonizadores, como também entre tribos inimigas” (Silva; Macedo, 2022, p. 53). Desse modo,

[...] a formação histórica do Piauí foi forjada sob um brutal derramamento de sangue indígena e escravização dos que restaram, sendo que, posteriormente, foram adotadas estratégias de desindianização e integração forçada das famílias descendentes, de modo a se ter um apagamento étnico, ao ponto de a FUNAI reconhecer que não contamos com a presença de indígenas no estado (Silva; Macedo, 2022, p. 53).

Apesar das imprecisões nos dados sobre as etnias, com números desconhecidos, Baptista (*apud* Silva; Macedo, 2022, p. 53) registrou, em seus estudos, a “[...] existência de quatro etnias: Jê, Caraíba, Cariri e Tupi – divididas em sete nações: Pimenteiras (Caraíba); Tremembé (Cariri); Acroá, Gueguês, Jaicós e Timbira (Jê); e os Tabajaras (Tupi)”. As quatro etnias presentes em solo piauiense totalizavam 158 tribos indígenas, a exemplo dos Jenipapos, Acauã, Anacé, Canela, Gueguês, Jaicós, Gilbués, Gamela, Tacariju, entre outros. Os autores supracitados atribuem o processo de “desindianização” a alguns fatores como: 1) a intervenção ocorrida pelos aldeamentos missionários jesuítas, entre meados do século XVII e início do século XVIII, com os trabalhos catequéticos e o disciplinamento para o trabalho; 2) pelas ações das agências indigenistas, ao incentivarem os casamentos interétnicos; e 3) em função da Lei de Terras de 1850,

em que, ao perderam suas terras, os sobreviventes tiveram de esconder seus traços culturais indígenas como forma de preservar sua existência.

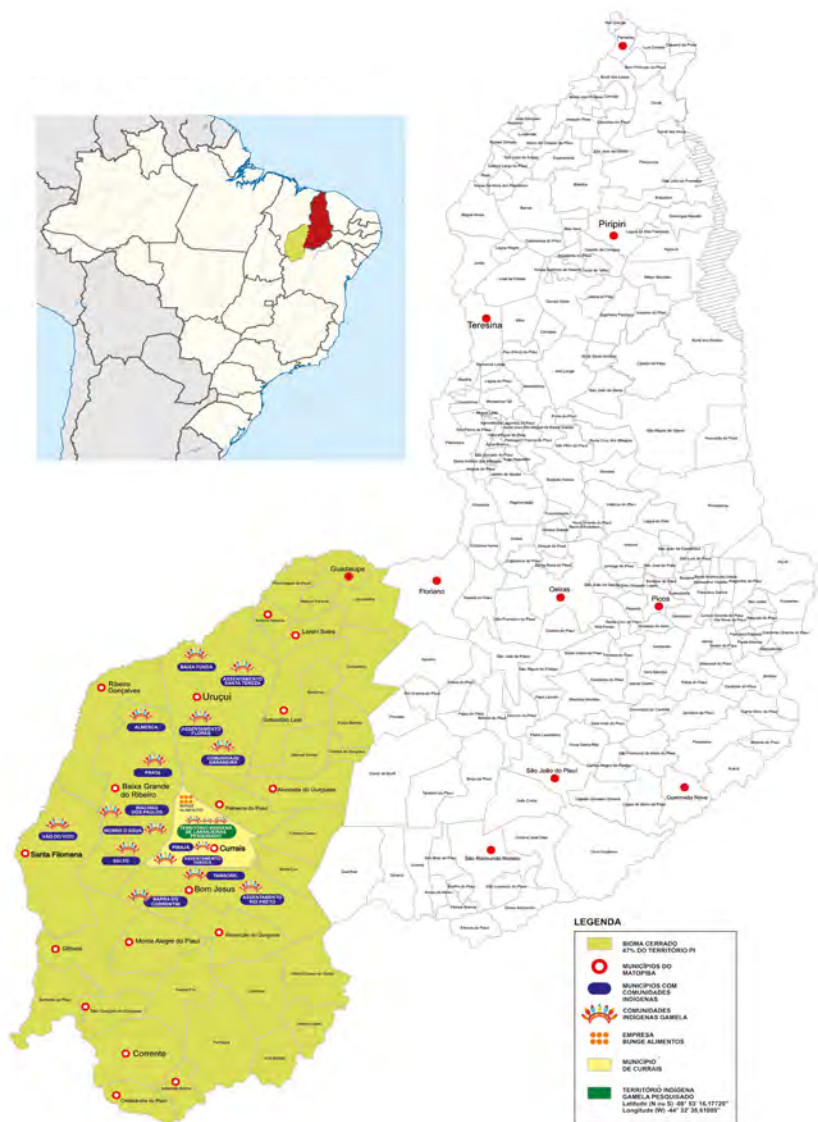
Esse conjunto de fatores e, em especial, o último, expressam a relação direta entre questão indígena e questão agrária, pois, assim como negros escravizados, indígenas também foram excluídos da possibilidade de acesso à terra, desde o período colonial (Prado Júnior, 2000; Martins, 2010). Processo que atravessou diferentes momentos da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e chegou aos nossos dias com a supremacia econômica do agronegócio, em contraposição à agricultura camponesa e familiar, ancorada na desigual distribuição da posse da terra.

Dados do Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), apontaram que 10,8% de estabelecimentos com 100 hectares ou mais ocupavam 79,5% da área destinada à atividade, enquanto os estabelecimentos com menos de 10 hectares correspondiam a mais de 50,22% e ocupavam somente 2,3% da área total (Pereira, 2019). No Piauí, pelos dados do mesmo Censo, a agricultura familiar representou 80,3% do total de estabelecimentos e 38,5% da área total utilizada (Morais; Sousa; Araújo, 2017). No território MATOPIBA, 2,1% dos estabelecimentos agropecuários possuíam mais de 1.000 hectares, e ocupavam 51,6% da área total (Pereira, 2019). O conflito originário se manteve ao longo do processo histórico brasileiro com diferentes configurações e resistências dos povos. Na atualidade, esse conflito tem, dentre as suas estratégias, as tentativas de apagamento, apesar das garantias de reconhecimento formal do direito sobre as terras tradicionalmente ocupadas. A Constituição Federal brasileira de 1988 assegura o direito à organização social, aos costumes, às línguas, às crenças e às tradições próprias, devendo serem efetivados pelo Estado.

No Piauí, a lógica do apagamento da presença dos povos originários disseminou a ideia de inexistência de indígenas no Estado, facilitando a expropriação das terras originariamente ocupadas pelas comunidades. Na contramão desse processo, vem se formando, no Piauí, algumas resistências sintonizadas com as mobilizações crescentes dos povos indígenas no Brasil, a exemplo do Acampamento “Terra Livre”, da Marcha das Mulheres Indígenas, do Levante pela Terra, do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas, dos Encontros de Lideranças da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), entre outros.

Dentre as principais bandeiras, estão as lutas contra a flexibilização da legislação e da fiscalização ambiental, para a facilitação da grilagem (Projetos de Lei - PL 2633/2020 e 510/2021); contra a construção de barragens e hidrelétricas em territórios tradicionais; contra o garimpo ilegal (PL 191/2020); as tentativas de imposição de marco temporal (PL 490/2007) e pelas demarcações de terras originárias. A incidência dessas mobilizações no Piauí vem movimentando conjuntamente a questão indígena e a questão agrária, especialmente no sudoeste do estado, onde há a expansão da fronteira agrícola, cuja intensificação acompanhou o *boom das commodities*, no ano de 2001. No sudoeste do estado, a produção da soja está concentrada nas regiões de Uruçuí e Bom Jesus. Para entendimento mais adequado, segue a localização no mapa:

Figura 1 – Mapa do território indígena Gamela no sudoeste do Piauí



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O mapa situa a localização geopolítica e geográfica dos Gamela no sudoeste do Piauí, a partir do processo de emergência étnica e da luta contra a expansão das fronteiras agrícolas nos territórios indígenas, superando a indivisibilidade produzida pelo Estado. Silva e Macedo (2022, p. 52) explicam que, só recentemente, na primeira metade dos anos 2000, foi possível dar certa visibilidade à história de apagamento indígena no Piauí e promover mobilizações em outros municípios do estado a favor da reparação histórica. Isso se deu com a mobilização iniciada por um grupo de indígenas de uma comunidade da região norte do Piauí, do município de Piri-piri, com a participação de antropólogos e pesquisadores, que, além da produção de estudos, apoiaram a criação da organização indígena.

Segundo o IBGE, os dados dos indígenas, nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, eram provenientes do quesito cor ou raça. Porém, “O crescimento de 10,8% ao ano da população que se declarou indígena, no período 1991/2000, principalmente nas áreas urbanas do País, foi atípico. Não existe nenhum efeito demográfico que explique tal fenômeno”. O Censo também mostrou o espalhamento da população, como o de 2010, que indicou a existência de indígenas autodeclarados em 80,5% dos municípios.

Foi no Nordeste onde se expressou o maior percentual relativo em comparação com as demais regiões, considerando os dados dos dois censos anteriores. No Piauí, o Censo registrou população autodeclarada de 2.944 indígenas, nos municípios de Teresina, Floriano, Queimada Nova, Parnaíba, Picos, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, São João do Piauí, Oeiras e Piri-piri (Brasil, 2012). Esse fenômeno vem sendo conhecido como etnogênese, um conceito antropológico que indica a emergência

de identidades étnicas ou o ressurgimento de identidades já reconhecidas, mas não assumidas, por circunstâncias históricas.

Ao término deste artigo, no estado do Piauí, somente duas comunidades haviam sido demarcadas: no ano de 2020, o território do Povo Kariri, formado por 35 famílias do município de Queimada Nova; e, em 2022, o do Povo Tabajara, do município de Piripiri, com 246 famílias. As comunidades indígenas Gamela estão situadas na região do Cerrado Piauiense e enfrentam efeitos socioambientais das atividades do agronegócio na região, o que, de acordo com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), favoreceu também a sua emergência étnica, pelo compartilhamento da memória social, identificação de laços de parentesco e pela mobilização política em defesa do Cerrado. Consta no Boletim n. 1 da Cartografia, que “[...] a chegada do agronegócio, assim como a implementação do MATOPIBA, intensificou o processo de expropriação territorial que vinham sofrendo ao longo da história” (Boletim Informativo 1 - Indígenas Gamela no Cerrado piauiense, 2020, p. 4). No mapa da cartografia social, podemos localizar o território dos povos indígenas Gamela:





ampliação do comércio. A contrapartida do Governo consistiu na implantação de infraestrutura e adoção de incentivos fiscais.

A ocupação espacial do agronegócio no território Gamela se deu na região mais elevada, enquanto as comunidades estão situadas nos baixões. A instalação das fazendas resultou em desmatamento, desequilíbrio ambiental e extinção de plantas e animais nativos; além disso, a ocupação da serra representa, na cosmovisão da comunidade, a invasão da morada dos seus encantados.

Os principais conflitos que envolvem os Gamela giram em torno das tentativas de expulsão, principalmente porque nos baixões estão situadas as áreas preservadas e com recursos hídricos. Porém, há conflitos também devido à estratégia de demarcação utilizada pelo Governo, que recorre a mecanismos próprios da regularização fundiária em terras não tradicionais, negligenciando as garantias legais do Decreto 1.775/1996, que dispõe sobre o procedimento para demarcações e as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), registradas na Convenção 169, sobre povos indígenas e tribais. Por esses marcos, há exigência de trabalho antropológico, devidamente acompanhado pelos órgãos de proteção e defesa, com ampla participação da comunidade, submissão ao órgão federal de assistência, com prazos determinados e conduta sobre serviços cartoriais.

A Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) é uma organização da sociedade civil, sediada no estado da Bahia, no nordeste brasileiro, com o objetivo de apoio às comunidades rurais e aos trabalhadores que vivem no e do campo. Essa organização construiu uma análise sobre a legislação fundiária e ambiental do Piauí, na qual afirma que o MATOPIBA é um exemplo de como as ações do Estado privilegiam “[...] a

permanência da estrutura fundiária concentradora, fundada em pressupostos racistas que excluem povos negros, indígenas e tradicionais, e baseada no saqueio de terras públicas que promove processos intensivos de roubo e desapossamentos” (AATR, 2020, p. 4). É o projeto dos povos civilizados. É a humanidade de *commodities*. É a humanidade do agrotóxico.

No entanto, no ano de 2015, após a criação do território MATOPIBA, o Estado do Piauí aprovou a Lei 6.709/2015, que dispõe sobre a reforma, a regularização fundiária e a colonização de terras devolutas, sob o argumento de garantir a segurança jurídica aos grandes investidores e produtores rurais do estado. Na lei, ficou assegurada a previsão de que o portador de título irregular tivesse preferência na aquisição do domínio. Porém essa determinação provocou a intensificação “[...] dos conflitos fundiários e socioambientais, especialmente envolvendo territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais da região de Cerrado [...]”, fatos associados à avaliação de que a Lei não cumpriu o papel inicialmente a ela atribuído, além de ser inconstitucional, pois, na Constituição do Estado do Piauí<sup>6</sup>, há vedação expressa à venda de terras públicas devolutas, devendo essas serem arrecadadas e destinadas exclusivamente para assentamentos de trabalhadores rurais e proteção de ecossistemas naturais, envolvendo a flora, a fauna, os solos, a água e a atmosfera (AATR, 2020, p. 59).

Em meio a mobilizações contrárias à Lei de 2015, foi aprovada, no ano de 2019, a Lei 7.294, assegurando relevantes avanços quanto ao reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e tradicionais, inclusive revogando a previsão

---

<sup>6</sup> Na organização político-administrativa da estrutura federativa do Brasil, compreendida pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, os entes têm autonomia relativa e suas próprias constituições.

de preferência na aquisição do domínio a portador de títulos irregulares. Não obstante, observamos a persistência da ideia equivocada de regularização fundiária de terras indígenas, as negligências de órgãos fundiários com diminuto quadro de pessoal para proceder os processos de identificação e de delimitação das terras, mecanismos frágeis para evitar as ações de degradação ambiental, o favorecimento da legalização do desmatamento, o avanço da ocupação de propriedades privadas e a falta de gerência do Estado para enfrentamento dos conflitos fundiários.

Em caminho contra-hegemônico, o povo Gamela se insurge pela auto-organização e autoformação como parte do movimento de sua autoidentificação étnica, depois de décadas de ocultação. Estudos apontam que a existência do povo indígena Gamela remonta

Desde o período colonial, assim como outros povos indígenas, os Gamela foram severamente guerreados. [...] utilizam a denominação Gamela e vivem em Bom Jesus (Barra do Correntim, Assentamento Rio Preto e Salto I e II e Tamboril), Baixa Grande do Ribeiro (Morro D'Água e Prata), Currais (Pirajá, Passagem do Correntim e Laranjeira) e Santa Filomena (Vão do Vico) (Piauí, 2020, p. 6).

Registros da Fundação Nacional do Índio (National Indian Foundation, FUNAI) constantes no processo de qualificação da terra indígena Gamela também apontam: “11. Lembre-se, oportunamente, que, em virtude do elevado número de comunidades indígenas, da extensão do território, dos problemas socioambientais que o atingem e do reduzido período de campo, não foi possível percorrer a região por inteiro e visitar todas as comunidades Gamela” (Funai, 2020, p. 2).

Com base nesses dados da presença indígena Gamela, situamos sua história de pertencimento ao território e a

ressignificação de sua existência no sudoeste do Piauí, a partir de duas construções: a primeira, a autoidentificação como dimensão étnica de povos originários, historicamente negada, que se constitui como projeto de resistência e alternativa aos danos ecológicos e territoriais causados pelos agronegócios e negligência do poder público; a segunda é dimensão étnica que tem significado o fortalecimento da auto-organização do povo Gamela em uma entidade representativa.

Por essa compreensão, foi criada a Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras, fundada em 2021, registrada junto aos órgãos da administração pública como uma entidade da sociedade civil organizada, institucionalmente liderada pelos povos indígenas Gamela, com sede no município de Currais. É coordenada, em sua maioria, por mulheres Gamela, que se organizam por meio das atividades produtivas, como roças, extrativismo sustentável do buriti<sup>7</sup> e criação de animais. Conta atualmente com financiamento do projeto Extrativismo Sustentável de Buriti, cujo objetivo é fortalecer a organização da associação e das mulheres, como podemos verificar no registro de uma diretora da associação: “Sou indígena Gamela, nós mulheres daqui da associação indígena, mulheres trabalhadoras do território de Laranjeiras – Currais-Piauí, trabalhamos em mutirão coletivo [...] cuidando da terra, dando descanso e construindo a resistência” (Indígena Gamela, entrevista, 2022).

Em igual sentido, a presidenta da Associação Indígena relata: “sou indígena Gamela da localidade de Laranjeiras, sou nascida e criada aqui, meu pais, meus avós foram todos nascidos

---

<sup>7</sup> O buriti é uma das plantas-símbolo do Cerrado e sua diversidade de usos tornou-o conhecido como a “Árvore da Vida”. Além de fornecer matéria-prima para remédios, alimento, artesanato e abrigo, o buriti desempenha um papel importante para a manutenção de nascentes e cursos d’água no Cerrado, sendo assim fundamental para o ecossistema e para as populações que nele vivem. (Sampaio, 2012: 7).

e criados aqui [...] nós cultiva a roça no machado, na foice, na enxada, nós planta o milho, a mandioca, o feijão, a fava” (Indígena Gamela, entrevista, 2022). A associação indígena tem sido um instrumento fundamental para a organização da comunidade e do território para resistência ao agronegócio.

## **EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NAS TERRAS INDÍGENAS: entre a farsa cartorial e a devastação ecológica**

A questão agrária e a invasão das terras indígenas pelo sistema capitalista voltado à produção da monocultura na “última fronteira agrícola” integram a problemática da estrutura fundiária do Brasil e na América Latina, formada a partir de territórios colonizados. Esses antecedentes asseguram a “legalização do ilegal”<sup>8</sup> na expansão do agronegócio sobre as terras dos povos Gamela, no Piauí. Esse processo vem ocorrendo em três frentes: a **primeira**, pela grilagem da terra, respaldada pela “farsa cartorial”, com a grilagem digital e seus distintos formatos; a **segunda** é relativa à disputa judicial e institucional sobre as terras produtivas; e a **terceira**, não menos importante, trata da devastação dos recursos naturais, especificamente dos recursos hídricos, como brejos, nascentes e plantas nativas.

Essas investidas das empresas especuladoras, legitimadas pela ação do Estado, resultam em tentativas sucessivas de esvaziamento do meio rural. Martins (2000, p. 107) analisa que “O impasse histórico, a contradição entre terra e o capital, que sustentava a luta remanescente pela reforma agrária, se resolveria pelo caminho inesperado e pelo antimodelo de um

---

<sup>8</sup> Publicação da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR, 2020) - Resumo Executivo do Estudo “Legalizando o ilegal: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA”

capitalismo rentista”. Esse entendimento parte da leitura de que a concentração fundiária inviabiliza o desenvolvimento social do país e, ao mesmo tempo, gera acumulação de riqueza para os setores da burguesia agrária, por meio da concentração de terras.

Apesar disso, atualmente, as vozes dos indígenas brasileiros ecoam no mundo, a exemplo da participação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), na Cúpula do Clima, na apresentação de petição junto ao Tribunal Penal Internacional (TPI), contra o Governo Bolsonaro. Em igual sentido, elas vêm participando de audiências em comissões da Organização das Nações Unidas (ONU), denunciando o agronegócio e o capital financeiro mundial na invasão de suas terras; contrapondo a mentalidade colonialista, que inviabiliza a sustentabilidade ecológica e ambiental do cerrado, especula as terras, provoca a proletarianização dos povos tradicionais indígenas e camponeses, por vezes em condições análogas ao trabalho escravo. A “farsa cartorial” – que se caracteriza pelas cercas digitais, que, segundo Grain (2020), são cadastros digitais das terras, feitos com georrefenciamento, como justificativa para a expropriação das terras públicas e concentração fundiária – celebra a falsa narrativa de que promove o desenvolvimento econômico e o progresso na melhoria de vida no meio rural:

Ao mesmo tempo em que esse modelo se anuncia como o propulsor de desenvolvimento econômico regional, contraditoriamente reproduz pobreza por meio da exploração da força de trabalho, das terras e de outros recursos naturais, a exemplo das águas [...] (Mondardo; Azevedo, 2019, p. 300).

Os impactos ambientais e sociais, antes ocultos na narrativa de desenvolvimento, revelam-se quando a água da chuva cai na serra desmatada, seca e árida na região do cerrado piauiense,

cuja vegetação nativa e toda sua biodiversidade foi destruída para plantação da monocultura da soja. Os rejeitos do agronegócio atingem as terras dos baixões<sup>9</sup>, simultaneamente atravessam a alma do território indígena Gamela. Os rejeitos do agronegócio destroem suas roças, soterram suas nascentes de água doce, poluem seus riachos com os resíduos de agrotóxicos. Em 2021, os indígenas Gamela denunciaram os danos ecológicos na região sudoeste do Piauí:

Atualmente, a situação é de calamidade ambiental e social por parte da comunidade, que está impedida de acessar a água do riacho para realizar suas necessidades. Hoje, o cenário também é de destruição na ladeira e do Meio Ambiente, causando impactos diretamente na vida das pessoas que formam a Comunidade Laranjeiras (Indígena Gamela, entrevista, 2021).

A questão agrária está no cerne dos conflitos acerca do modo de produção capitalista que drena as terras, impactando diretamente nos modos de vida dos povos originários, cuja realidade, descrita e vivida pelos indígenas Gamela, revela o flagelo do sofrimento causado por lógica falaciosa de produção de alimentos.

A narrativa da Modernização da Agricultura procura manter as consequências do agronegócio ocultas e seus territórios invisibilizados, pois “A invisibilização deliberada das populações rurais e dos povos tradicionais do Cerrado é parte essencial da estratégia de avanço da fronteira, sem que seus efeitos negativos se tornem objeto do debate público, seja no âmbito do próprio

---

<sup>9</sup> Segundo Favareto, (2019: 22): são áreas baixas, ao pé das chapadas, onde a produção de soja não está presente, mas seus efeitos, sim. São habitadas pelas populações mais antigas, que ali estavam desde antes da chegada do agronegócio. Essas pessoas e grupos sociais — geraizeiros, moradores, agricultores familiares, quilombolas — são os portadores do discurso que, por sua vez, enfatiza os efeitos destrutivos da expansão da agropecuária sobre os modos de vida locais e a vegetação nativa.



Estado ou da sociedade civil.” (AATR, 2020, p. 6). Diante dessa ocultação, as vozes que denunciam o agronegócio não encontram respostas por parte do Estado, os indígenas veem sua história e suas denúncias serem esquecidas.

Como nos diz Rancière (2018, p. 38), “É o pacto da opressão entre os que sempre perguntam e os que nunca respondem, nunca consideram em sua igualdade os seres falantes aos quais os primeiros <vão> a palavra, mas [...] tornam surdas as vozes e mudas as palavras”. Esse contexto nos faz crer que a “queda do céu”<sup>10</sup> está próxima e, que apesar das formas de resistências dos povos indígenas, os impactos sociais e ambientais se expandem sobre o bioma do cerrado. Na expansão da fronteira agrícola, “A mensagem principal é que há mais pobreza e desigualdade do que riqueza e bem-estar no MATOPIBA. Não faria sentido, então, a narrativa dominante de que os problemas ambientais ou aqueles vividos pelas comunidades tradicionais locais seriam o custo do progresso.” (Fávero, 2019, p. 9). Como podemos constatar, os danos causados pela agricultura de *commodities* de soja impactam diretamente nos territórios indígenas.

A versão de desenvolvimento com a expansão do agronegócio no estado do Piauí, e especificamente no município de Currais, onde está localizada a comunidade indígena Gamela, atualiza as tensões e os conflitos agrários na região. Apesar dessa realidade, o Governo do Piauí celebra os resultados dos índices de evolução do setor agropecuário no desenvolvimento do Estado, ao apresentar que:

Em 2018, os dez municípios com maior participação na Agropecuária foram Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Bom Jesus, Currais, Guadalupe, Santa

---

<sup>10</sup> Davi KOPENAWA; Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Filomena, Gilbués, Monte Alegre do Piauí e Sebastião Leal. [...] Ali fica evidenciado o protagonismo dos territórios de Desenvolvimento da Chapada das Mangabeiras da Agropecuária através do cultivo de commodities no Estado (Cepro, 2020, p. 26).

Como podemos verificar, quase 60% da produção está concentrada na região sudoeste do Piauí. Ainda segundo a CEPRO (2020, p. 7), “Tal expansão foi influenciada pela melhoria do desempenho na estrutura produtiva de Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita no Estado, justificada, sobretudo, pela expansão da cultura de soja praticada no cerrado piauiense; a atividade cresceu 25,3%”. Segundo dados estatísticos do Governo, o setor agropecuário é o que mais tem contribuído para o Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

O aumento do PIB não encontra relação com o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Piauí, que é de 0,646, ocupando a 24ª posição entre os estados brasileiros (CEPRO, 2020). Como uma imagem invertida, o desenvolvimento econômico celebrado pelo Governo não consegue igualmente reduzir as desigualdades sociais, o aumento da fome e da pobreza no estado, realidade dos municípios de Currais e Bom Jesus, portas de entrada do agronegócio.

A expansão da fronteira agrícola sobre os territórios indígenas Gamela tem como base **primeira** a grilagem das terras, que é sustentada pela farsa cartorial, que, “[...] por meio de cadastros com o georreferenciamento das áreas, vem negligenciando os territórios coletivos em todos os países analisados de forma a criar as bases para liberação de terras para o mercado de terras” (AATR, 2020, p. 2). Essas distintas formas de grilagem aceleram a expropriação das terras físicas por meio das ilegalidades das terras cartoriais: “Ou por meio da grilagem em sistemas digitais

e/ou cartoriais, visando a especulação fundiária por empresas e particulares nacionais e/ou estrangeiros” (AATR, 2020. P. 8). Essa realidade, analisada pela Associação de Advogados Rurais, se atualiza na versão dos povos indígenas Gamela de Laranjeiras, amplamente denunciada durante o processo de “consulta prévia”, realizada pelo INTERPI, ao dizer:

É urgente uma ação dos órgãos dos movimentos sociais e do Governo que representem e defendam a comunidade Laranjeiras dos ataques do fazendeiro, que tenta tomar nossas terras há várias décadas, sendo que recentemente, o mesmo invadiu as terras dos moradores, sendo comprovado via satélite, a invasão que ultrapassou os limites do brejo (Indígena Gamela, entrevista, 2021).

Em documento de qualificação da terra indígena Gamela no Piauí, disponibilizado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) à Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), constam relatos do avanço da grilagem de terra pelas grandes empresas do agronegócio, com apoio dos cartórios locais.

A grilagem cartorial se legitima na judicialização das terras pelas empresas do agronegócio no território MATOPIBA, como relata o estudo do AATR, (2021, p. 5):» [...] pode-se afirmar, com absoluta certeza, que a grilagem na região em estudo é necessariamente mediada pela atuação dos Cartórios, que acabam ignorando as regras de registro”. Esse diagnóstico apresentado pode ser constatado na falta de controle pelo Estado e seus órgãos de regularização de terras, no Piauí, como o INTERPI.

No caso do território indígena Gamela, há um processo de regularização das terras do assentamento em andamento, que vem sendo realizado pelo INTERPI. Esse órgão do Governo do

Estado ignora a necessidade de levantamento cartorial, solicitado pela associação indígena Gamela, sobre a situação das terras que envolve o processo de qualificação realizado pela FUNAI no processo SEI-Funai n. 08620.012443/2018-95. Ou seja: existe pleito administrativo e institucional dos indígenas Gamela na FUNAI.

Essa narrativa configura a **segunda** frente de expansão da fronteira agrícola sob o território indígena Gamela. Contra essa lógica, os povos Gamela vêm peticionando ao Ministério Público Federal, do município de Corrente, para acompanhar as demandas judiciais e os conflitos agrários impostos pelos fazendeiros. No pedido, o cacique James Gamela, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINEM), ressalta a negligência do Estado, ao requerer: “Pedimos que o MPF averigüe o processo de regularização fundiária das aldeias Gamela realizado pelo INTERPI e tome as devidas providências quando aos casos de desrespeito aos direitos dos povos indígenas” (APOINEM, 2021, p. 1).

Somente no dia 15 de fevereiro de 2023, o procurador do MPF, de Corrente-PI, visitou em *lôcus* a comunidade indígena Gamela de Laranjeiras para uma escuta qualificada das questões que envolvem as lutas pela demarcação da terra, violações de direitos humanos e violências, bem como reivindicação de políticas públicas. Encontram-se em tramitação vários pedidos de audiência pública pela Associação indígena junto a FUNAI - Regional Nordeste II, para acesso às informações sobre o processo de qualificação da terra. Recentemente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secção Piauí, passou a representar oficialmente, por meio de procuração, a Associação dos Povos Indígenas Gamela de Laranjeiras nas ações judiciais. Essa movimentação

dos povos indígenas ocorre em razão do avanço da grilagem e de decisões judiciais desfavoráveis ao povo Gamela, ao afirmar que: “Em janeiro de 2021 indígenas foram expulsos de suas casas com base em decisão de despejo do Juiz da Comarca de Gilbués e tiveram suas casas incendiadas.” (AATR, 2020, p. 8). Esse quadro se agrava, porque, nas ações judiciais, há alegações, por parte dos grileiros, de que no território piauiense não habitam povos originários.

Somente em 2020, o Governo do Piauí reconheceu, formal e expressamente, a existência de povos indígenas nos limites territoriais do estado, por meio da Lei Estadual n. 7.389. Apesar disso, amplia-se a grilagem de base jurídica consolidada, que se expande na “última fronteira agrícola” no sudoeste do Piauí. Aliadas às redes de tecnologias e às grandes corporações nacionais e transnacionais, não alcançam apenas as terras, mas contam com uma rede por dentro do Estado brasileiro que legalizam o ilegal.

Essa lógica avança na **terceira frente** de expansão da fronteira agrícola no território indígena Gamela sobre os recursos naturais e hídricos. A expropriação das fontes das fontes de água doce no território se caracteriza pelo represamento ou bloqueio das águas dos brejos e riachos pelos fazendeiros, pelo assoreamento das nascentes de água, quando os rejeitos do agronegócio descem da serra, pela grilagem das terras dos baixões, áreas que contam com vasta produção de água.

Os fazendeiros da monocultura da soja, principalmente a BUNGE Alimentos, expandem suas fronteiras sobre os recursos naturais de uso coletivo no território indígena Gamela, por um lado, e, por outro, tornam esses recursos inacessíveis, em razão da poluição causada pelos rejeitos do agronegócio. “Nos últimos dois anos, o agronegócio causou o comprometimento da água

do riacho, havendo possíveis rejeitos e resíduos químicos vindo dos cerrados nas enchentes do período chuvoso, que utilizam agrotóxicos venenosos, que contamina a água do brejo” (Indígena Gamela, entrevista, 2021). Além disso, há conflito com relação à posse das terras dos riachos, se são devolutas do Estado ou de particulares.

Essa disputa consta no relatório técnico, elaborado pela UFPI, sobre a consulta prévia feita pelo INTERPI, documento entregue ao Governo do Piauí, que foi assinado e recebido pelo governador. A elaboração do relatório foi solicitada pelos indígenas, uma vez que a Universidade acompanha o território desde 2018, através do projeto de extensão Universidade Popular. No relatório, constam as tentativas de titularização das terras devolutas do estado, que deve acontecer sem inclusão das terras do riacho, onde estão localizados os recursos hídricos de uso coletivo do povo Gamela, em que afirma:

A informação de que o riacho não pertence às terras do assentamento provocou uma revolta coletiva na comunidade, pois essa é uma reivindicação tanto dos assentados, quanto dos indígenas, em que apontam que na demarcação territorial realizada em 1990, dava o direito da comunidade e dos camponeses no acesso ao riacho, que hoje o INTERPI diz está em terras particulares, mas não apresentou nenhuma documentação comprobatória como o levantamento cartorial (Projeto Universidade Popular, 2021, p. 7).

Esse contexto confirma o processo de expropriação predatória dos recursos naturais, como as fontes de águas e as terras, combinação que amplia a expansão das fronteiras do agronegócio sobre as terras indígenas. O ritmo acelerado da invasão das terras indígenas Gamela e a apropriação dos recursos naturais colocam a questão agrária no centro dos

“[...] direitos das populações tradicionais, que têm seus modos de vida vitimados pela transformação da vegetação natural em pastagens e em vastas áreas de lavouras plantadas” (Favareto, 2019, p. 24). Contraditoriamente, essa hegemonia vem sendo desconstruída por meio de projetos alternativos e experiências de resistência ao agronegócio, protagonizadas pelos povos indígenas Gamela na “última fronteira agrícola”, que atualiza a incidência política qualificada na luta pela demarcação da terra e proteção ambiental de seus territórios.

Não é possível conciliar esse modo de produção de alimentos e as epistemologias indígenas de proteção dos sistemas ambientais e ecológicos, dos quais dependem diretamente para sobreviver no território. Como nos diz Gadotti (2005), não há como equacionar sustentabilidade com capitalismo. Essa conciliação é inviável. O desequilíbrio ecológico não afeta apenas o meio ambiente, mais a própria humanidade; ameaça não apenas os ecossistemas, mais a própria vida humana.

## CONCLUSÃO

Diante das contradições produzidas no contexto que assegura a existência da questão indígena, associada à questão agrária, potencializada na atualidade pelo agronegócio e pelo hidronegócio, destacamos artifícios jurídicos e cartoriais que ocorrem com a conivência do Estado, e que negligenciam o direito da comunidade indígena Gamela de ter o seu território reconhecido por meio de processo de demarcação e titulação.

Observamos que a invisibilidade indígena no Piauí tem explicações na questão agrária, em associação com as múltiplas violências, como as tentativas de escravidão e de extermínio, associada às dificuldades de enfrentar a escassez de água e de alimentos. Diante da realidade do ocultamento, a identidade

indígena foi utilizada como autoproteção e tomada na historiografia e nos atos oficiais como parte de uma narrativa que perdurou até recentemente: de que no Piauí não havia populações indígenas.

No entanto, o processo de autoidentificação e de auto-organização da comunidade Gamela, ao lado de outras, vem consolidando um conjunto de iniciativas e de lutas em defesa das identidades, do território e dos recursos naturais na região, que se convencionou ser a última fronteira agrícola. Como lógica contra-hegemônica ao capital produtivo, o povo Gamela, há mais de 520 anos, teima em ter vida própria, luta pela demarcação da terra como direito originário e ecoa suas vozes contra a mentalidade colonial do Estado brasileiro.

A luta do povo Gamela, longe de ser apenas celebrativa, é fundamentada em epistemologia anticolonial, inspirada na ancestralidade que guarda profunda relação com a natureza e a com terra como parte de sua totalidade como ser originário. E, assim, segue destemido, enfrentando e afrontando o latifúndio, denunciando o velho modelo agrário do estado nacional de bases coloniais e, ao mesmo tempo, anunciando que os povos indígenas são as ideias constituídas de uma luta para adiar o fim do mundo.

## REFERÊNCIAS

AATR. **Legalizando o ilegal**: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no MATOPIBA. Bahia: AATR. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais. 2020

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). **Confins**, São Paulo, n. 45, 2020.



BOLETIM 1, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). “Indígenas Gamela no Cerra Piauiense”. **Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades**: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais da Amazônia e do Cerrado, UEMA Edições/PPGCSPA/PNCSA, São Luís, v. 23, n. 1, jan., 2020.

BORDA, Orlando Fals. 1981 “Aspectos teóricos da pesquisa participante”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Os indígenas no Censo Demográfico 2010, primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [(1988)]**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 jun. 2022.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Informação Técnica n.1/2020/Segat-CR-NE-II/DIT-CR-NE-II/CR-NE-II FUNAI (SEI n° 1891052)**. 10 mar. 2020.

BRASIL. Fundação Cepro. **Plano de desenvolvimento econômico sustentável do Piauí (Piauí 2050)**. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça (STJ). **REsp: 1976542 PI 2021/0388732-0**. 2021. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1466916896/recurso-especialresp-1976542-pi-2021-0388732-0>. Acesso: 10 jun. 2022.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; PÓ, Marcos; SEIFER, Paulo; KLEEB, Suzana. **Entre chapadas e baixões do**

**MATOPIBA:** dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019. p. 272.

FAO; FIDA; OMS; PAM; UNICEF. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021.** Transformar os sistemas alimentares para segurança alimentar, nutrição melhorada e dietas saudáveis e acessíveis para todos. Roma: FAO, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra e Cultura da Sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, n. 6, 2005.

GRAIN. **Cercas digitais:** cercamento financeiro das terras agrícolas na América do Sul. 2020. Disponível em: <https://grain.org/pt/article/6531-cercas-digitais-cercamento-financeiro-das-terras-agricolas-na-america-do-sul>. Acesso em: 4 jun. 2022.

HARVEY, David. A acumulação via espoliação. *In:* Harvey, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 115-148.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, José de Souza. 2000 “Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível”. **Tempo Social**, S. Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 2013.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. “MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais”. **Rev. NERA**, Presidente Prudente: v. 22, n. 47, p. 296-320, Dossiê – 2019.

MORAIS, Maria Dione Carvalho de; SOUSA, Aline Maria Barbosa de; ARAÚJO, Clarissa Flávia Santos. “Agricultura familiar no Piauí: uma leitura do senso agropecuário 2017”. **Rev. Econômica do Nordeste**: Fortaleza, v. 51, p. 71-91, 2017.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. “Povos indígenas do sudeste do Piauí: conflitos e resistência nos séculos XVIII e XIX”. Encontro nordestino de História, 6; Encontro Estadual de História, 5. Associação Nacional de História, Núcleo Regional de Pernambuco. **Anais** [...]. Recife: ANPUH, 2004.

PEREIRA, Caroline Nascimento. Estrutura agrária no MATOPIBA: apontamentos a partir do Censo Agropecuário de 2017. **IPEA. Boletim Regional Urbano e Ambiental**. jul./dez 2019.

PIAUÍ (Estado). Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINEM) – Microrregião do Piauí. **Demandas do Povo Indígenas Gamela:** demarcação territorial, visita ao povo indígena Gamela e denúncia sobre o procedimento adotado pelo INTERPI – Instituto de Terras do Piauí – em matéria da titulação dos territórios. 2021.

PIAUÍ (Estado). **Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades:** cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais da Amazônia e do Cerrado / Indígenas Gamela no Cerrado piauiense, São Luís: UEMA edições/PPGCSPA/PNCSA n. 1, jan. 2020.

PIAUÍ (Estado). Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO). **Produto Interno Bruto dos municípios do Piauí no ano de 2018.** Teresina: CEPRO, 2020.

PIAUÍ (Estado). Instituto de Terras do Piauí (INTERPI). **Aviso de Consulta Prévia aos assentados e indígenas de Laranjeiras.** SEI/GOV-PI - 2044181 – INTERPI, 2021.

PIAUÍ (Estado). Pro-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC). Projeto Universidade Popular (UP), UFPI, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RANCIÈRE. Jacques. **As figuras da história.** São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

SAMPAIO, Maurício Bonesso. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto e da Folha do Buriti (Mauritia flexuosa)**. Brasília – DF: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012.

SANTOS, Clovis Caribé Menezes dos. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola? uma conciliação geográfica de ordenamento do agronegócio? uma nova reorganização produtiva dos espaços de “cerrados” dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia? **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife; n. 245, p. 570-600, set./dez. 2018.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macedo; MACEDO, João Paulo. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e aparecer para existir!”: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí”. **Interações**, Campo Grande, v. 23, n. 1, p. 51-65, jan./mar. 2022.

SILVA, Carlos Alberto Franco de; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes Monteiro. A geografia regional do Brasil. **Consequências**. Rio de Janeiro, 2020.

# MULHERES GAMELA E O LEVANTE DO ORGULHO INDÍGENA COM A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA EM LARANJEIRAS, CURRAIS - PIAUÍ

*Taynara Fernandes da Silva  
Jacira Chaves de Sousa Castro  
Luzinete Ferreira Brauna Gamela*

## AS MULHERES E O TERRITÓRIO INDÍGENAS GAMELA NO SUDOESTE DO PIAUÍ

**A**s mulheres indígenas Gamela são agricultoras, extrativistas, protetoras da natureza, são educadoras, lideranças e defensoras de suas terras e do bioma cerrado. Atuam na liderança política de seu território, organizando outras mulheres e também homens na luta pela demarcação de suas terras em todo sudoeste do Piauí. Elas organizam a roça, a vida comunitária, a defesa socioambiental, na proteção do cerrado e da floresta nativa; as mulheres indígenas vivem a escola social do mundo indígena em várias frentes: política, cultural, organizativa etc.

As mulheres Gamela são semente de um tempo histórico, que, para sobreviver às tentativas de apagamento e do silenciamento imposto pelo mundo dos brancos, foram se organizando como camponesas, agricultoras, extrativistas, fazendo das roças indígenas seu campo de batalha para a hora da emergência étnica, que logo ergueria o orgulho de ser indígena no Piauí. As mulheres Gamela são as principais autoras dos processos de luta pelo reconhecimento de seu povo e das petições pela demarcação de suas terras junto ao Estado.

Essa narrativa de resistência e ressignificação compõe o roteiro das lutas das mulheres indígenas, que, na última década, no Brasil, assumiu a liderança política das grandes manifestações do movimento indígena na luta por direitos, desde a vida comunitária ao cenário nacional e internacional. Entre as principais organizações conduzidas por mulheres, estão a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGAS). Essas duas organizações vêm realizando grandes manifestações dos povos indígenas, como o Acampamento Terra Livre (ATL), a Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, e as mobilizações contra a aprovação do campo temporal, que finalmente foi derrotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa atuação das mulheres indígenas possibilitou a construção de uma pauta pela participação das mulheres indígenas na política denominada “altear a política”, com a eleição de mulheres indígenas para a Câmara Federal do Brasil. Com a eleição do presidente Lula (2023-2026), as mulheres indígenas assumiram os órgãos da política indigenista, com a indígena Sônia Guajajara no Ministério dos Povos Indígenas (MPI), e com Joênia Wapichana na Presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígena (FUNAI), a primeira mulher indígena advogada

e parlamentar federal. É a primeira vez na história do Brasil que as mulheres indígenas são responsáveis por conduzir a política institucional do Governo central para os povos indígenas.

A inserção política das mulheres indígenas começa nas aldeias e em seus territórios originários em articulação com suas atividades cotidianas, assim, “[...] as mulheres indígenas confirmam a unidade de suas lutas com a de seus povos, ao mesmo tempo em que estabelecem o fortalecimento de espaços organizativos próprios” (Sacchi Monagas, 2006, p. 147). Evidenciar a trajetória de lutas das mulheres indígenas de Laranjeiras, em Currais, Piauí, sobretudo o papel que desenvolvem à frente da organização dos indígenas, é o objetivo deste estudo, que procura situar a participação das mulheres indígenas Gamela na criação da Associação dos Povos Indígenas Gamela do território de Laranjeiras, no município de Currais, como processo de organização para defesa e proteção da terra indígena no sudoeste do Piauí.

Eis a pergunta que orientou nosso problema de pesquisa: como as mulheres indígenas Gamela, diante da ofensiva do Estado em apoio ao agronegócio na expansão da fronteira agrícola sobre seus territórios, contribuem para o fortalecimento da organização dos povos indígenas no território de Laranjeiras, à frente das lutas da Associação do Povo Gamela pela demarcação das terras? A história e a memória da participação das mulheres indígenas Gamela se constituem como escuta qualificada baseada na oralidade e nos registros documentais de criação da Associação Gamela e em entrevista junto as mulheres indígenas. Procuramos evidenciar as dinâmicas de organização para o reconhecimento étnico, pois não se trata de processo de retomada, não há que se falar em retomada, porque



o povo Gamela sempre viveu nesse território que reivindica a terra como direito originário.

Desse modo, o artigo está organizado em três seções, além da introdução e conclusão. Na próxima seção, apresentamos a Associação dos Povos Gamela, seu conselho diretor, seus objetivos, suas principais atividades, com ênfase no I Encontro Gamela Piauí – Maranhão, e o protagonismo das mulheres na organização do encontro; na seção seguinte, focamos nas dinâmicas de organização interna na relação com o Estado, especialmente a visita do Ministério Público Federal de Corrente à comunidade, e a Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí como levante do orgulho indígena; e, na sequência, apresentamos a descrição das mulheres Gamela como principais lideranças do território de Laranjeiras.

## **AS MULHERES GAMELA NO LEVANTE DO ORGULHO INDÍGENA NO TERRITÓRIO DE LARANJEIRAS: lições descoloniais e ancestrais**

As mulheres indígenas de Laranjeiras levantaram o orgulho indígena do território na zona rural de Currais no Piauí. O orgulho do povo Gamela não pode ser entendido sem a ancestralidade e a radicalidade da presença das mulheres indígenas nas lutas pelo reconhecimento étnico. Os maiores legados das mulheres indígenas Gamela de Laranjeiras têm sido a afirmação da autodeterminação de seu povo e a organização política e institucional da Associação Indígena Gamela como lugar de formação, resistência, defesa do território e de direitos.

A histórica política de participação das mulheres Gamela é um caminho aberto pelos ancestrais para libertação do povo Gamela, que, por muito tempo, teve que se ocultar em categorias do mundo branco, formuladas para definir os sujeitos que vivem

no meio rural brasileiro: camponês, agricultor, trabalhador rural. É a emergência étnica que rompe o silenciamento e a invisibilidade dos povos indígenas no Piauí. É o orgulho indígena que as mulheres Gamela estão semeando na terra esquecida, que logo irá colher a libertação da mentalidade colonial. “É nesta direção de reunir forças para se contrapor a tais violências, que se pode asseverar que os Gamella abalaram as certezas colonialistas de seu “extermínio” e “extinção”, quando se mobilizaram politicamente[...]” (Lima; Nascimento, 2022, p. 10). A liderança feminina é a principal força organizativa do levante do orgulho indígena no território de Laranjeiras, em Currais, Piauí.

Nesse campo de atuação, as mulheres indígenas lideraram reuniões, assembleias e audiências em processos de negociação com o Estado, em âmbitos federal e estadual. De imediato, as lideranças femininas, à frente da associação indígena, percebem que o Estado vem atuando contra os interesses de seu povo, negando o direito originário à terra dos Gamela. Isso porque o Estado não reconhece os pontos da autodemarcação da terra feitos pelos povos indígenas, confrontando, inclusive, o direito à consulta prévia, conforme prevê a resolução 169 da OIT (2011, p. 8): “[...] a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam”. Esse instrumento tem sido ignorado pelas autoridades estaduais quanto se trata da formulação e execução de políticas públicas destinadas aos povos indígenas.

É partir dessa tensão com o Estado, que as mulheres indígenas Gamela, então, apontam para a necessidade de discutir sobre a criação de uma associação própria do povo indígena, como braço político e institucional das demandas dos Gamela. Uma instituição de valorização da comunidade

tradicional e de reafirmação étnica de sua cultura, de seus valores e costumes como elementos de resistência na luta por direitos. Desse modo, a Associação Gamela nasceu como iniciativa da inserção política das próprias mulheres em seus processos comunitários de organização dentro do território. Um dado relevante para a compreensão desse processo de participação das mulheres indígenas, é o acesso à educação. As mulheres da direção da Associação, em sua maioria, têm maior nível de instrução e formação escolar superior aos homens. Essa condição educacional das mulheres passa segurança para as lideranças indígenas masculinas do território, no encaminhamento das demandas e na organização do debate com o Estado.

Essa potência da liderança feminina indígena coloca na cena pública suas formas de incidência política e suas experiências de resistência como um campo epistêmico, em que “[...] a construção de epistemologias a partir de narrativas de mulheres indígenas significa valorizar a ancestralidade dessas mulheres, que sempre se fizeram presentes na construção histórica do país” (Milhomem, 2021, p. 20). As narrativas de lideranças femininas na coordenação de suas organizações e de seus movimentos indígenas possibilitam nova abordagem interna e externa da participação das mulheres indígenas na luta política de seus povos.

Assim, de acordo com Sacchi e Gramkow (2012, p. 152), “A participação maior das mulheres indígenas na esfera pública da política indígena e no campo político do indigenismo proporcionou-lhes nova inserção no movimento indígena, desta vez configurada na especificidade das reivindicações femininas”. As mulheres indígenas Gamela assumem muitas frentes de lutas, e, mais recentemente, na comunidade, estão envolvidas com o projeto de extrativismo do buriti; realizaram o I Encontro do Povo Gamela do Piauí e Maranhão; e assumem a organização das lutas

em torno da Associação Gamela, dando um novo significado ao território indígena.

As frentes levantadas pelas mulheres Gamela têm sido referência na luta dos povos originários no sudoeste do Piauí. Com a ocupação nos espaços políticos de direção de suas organizações, intensificam-se as cobranças pelos direitos e pelo reconhecimento do Governo acerca dos valores culturais, ancestrais e originários dos povos indígenas no estado. Em novembro de 2021, as mulheres indígenas fizeram a primeira assembleia com os indígenas Gamela para pautar a criação da Associação, sendo que todos foram favoráveis à criação, uma vez que iria fortalecer as lutas pela demarcação do território Gamela e para realizar as petições junto ao Estado. Logo em seguida, realizaram a assembleia de fundação, definiram a comissão diretora, posteriormente, fizeram a eleição e lavraram a ata e, assim, foi constituída a Associação de Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade de Laranjeiras (APTICL). Atualmente, a instituição é composta por nove lideranças indígenas do território – em sua maioria, mulheres; desse quantitativo, apenas dois homens.

A Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras é uma organização que tem como atividades primárias a defesa de direitos sociais, e, como atividades secundárias, ações relacionadas à cultura, à arte e aos saberes ancestrais. Na presidência e vice-presidência estão as mulheres Maria Natividade Gamela e Lucineide Gamela, duas lideranças que expressam pertencimento à comunidade e acompanham todas as demandas de políticas públicas na relação com o Estado e as articulações junto ao movimento indígena no Piauí e em âmbito nacional. Nessa incidência política, são sempre acompanhadas pelo Cacique Salvador Gamela, liderança tradicional do povo Gamela, o xamã/guia ancestral do território indígena Gamela.

Entre as muitas estratégias, as mulheres indígenas concebiam a criação da Associação Gamela como organização institucional, em primeiro lugar, para garantir maior organização interna dos indígenas Gamela em torno das questões relacionadas à emergência étnica e, em segundo lugar, para acessar as políticas públicas, como garantir de direitos, e, terceiro, para peticionar o Estado de modo institucional quanto ao processo de demarcação de suas terras. Nesse sentido,

Dados etnográficos têm revelado que a criação de organizações formais (com estatuto registrado em cartório, por exemplo) trouxe ao movimento indígena mais fôlego para o protagonismo indígena no campo das relações interétnicas com os setores do Estado e da sociedade brasileira. O associativismo das mulheres indígenas, como ocorre com as demais organizações indígenas de distintas naturezas, configurara-se em experiências étnicas de articulação política definidoras de estratégias identitárias (Sacchi; Gramkow, 2012, p. 159).

Atualmente, com a institucionalização da forma de organização dos Gamela, via Associação, as mulheres Gamela avaliam que foram ampliando o acesso aos poderes constituídos do Estado, e veem suas reivindicações sendo alcançadas com maior êxito, a exemplo da realização da primeira visita ao território do Ministério Público Federal (MPF) de Corrente-PI, momento fundamental para o fortalecimento do processo de demarcação de terras.

As mulheres indígenas foram e são fundamentais na organização do território para resistência, contra a cultura invasora. Embora ocorra naturalização da figura masculina na liderança dos movimentos indígenas no Brasil, no território Laranjeiras o papel de liderança tem sido assumido pelas mulheres, tanto de forma geral, como as que fazem parte da direção da instituição.

O quadro de sócio da associação é formado, na sua maioria, por mulheres, sendo majoritariamente adultos e idosos na faixa etária de 35 a 70 anos, somando mais de oitenta associados, pois nem todos indígenas são filiados. A maioria dos associados são idosos que não têm letramento escolar, ou seja, são analfabetos. Com relação à participação da juventude, essa não representa mais que 20% do quadro de associados, possuem escolaridade do ensino fundamental, médio, superior e com pós-graduação.

As mulheres, em sua totalidade, praticam a agricultura familiar com vigor, tendo papel central na conservação da biodiversidade do território, inspirados em seus ancestrais, aprimoraram os cuidados com a natureza e as produções saudáveis. Percebe-se que as inserções dos corpos femininos habitam por todo o território indígena Gamela. As atividades em derrubadas das roças, os plantios de hortaliças e a colheita de buriti fazem parte do cotidiano da vida das mulheres indígenas Gamela, como parte de sua atuação no território indígena. A demarcação da terra, a educação escolar indígena e a saúde são os temas centrais das ações e atividades da Associação que as mulheres indígenas vêm assumindo como campo de atuação na garantia de permanência dos povos originários na comunidade.

Além da Associação, as mulheres indígenas têm relação direta com a escola municipal, e começam a se organizar em torno da necessidade da educação escolar indígena, atuando como professoras, auxiliares de serviços gerais e cuidadoras da escola. Quatro delas estão inseridas mais à frente da comercialização de produtos extraídos de suas frutas e plantas nativas, como o buriti e a castanha do cerrado (fava de morcego – nome popular), além disso, produzem e abastecem a mesa das famílias, do campo e da cidade, com alimentos e artesanatos.

As mulheres estão sempre à frente dos mutirões na época da colheita das mandiocas e na organização das casas de farinhas. As mulheres também estão na liderança da Associação, que fortalecem sua participação diante das lutas em defesa dos seus direitos no território. E, assim, sucessivamente, é evidente que todos esses processos de inserção dentro do território são fortemente marcados pela liderança feminina.

Considerando esse contexto, apresentamos, brevemente, a história das mulheres indígenas Gamela, três delas que atuam diretamente nos espaços de decisão da organização dos povos indígenas Gamela, a saber:

Imagem 1 – Presidenta da Associação Indígena Gamela



Fonte: Projeto de Extensão UP (2022).

Maria da Natividade Ferreira Braúna – Natividade Gamela, presidenta da Associação Indígena, gamela. É uma das mulheres mais importantes para a luta do território. Atualmente, com 64 anos de idade, desde que nasceu vive na comunidade indígena Gamela Laranjeiras, Natividade Gamela relata que, desde a sua infância, presenciava os seus pais e avôs na comunidade já

cuidando das nascentes dos brejos, das roças e da natureza. Cresceu vendo o afeto com o próximo, as partilhas. Sua infância é marcada por momentos felizes, através da coletividade, e segue todas essas tradições até a atualidade.

Imagem 2 - Vice-presidenta da Associação Indígena Gamela



Fonte: Projeto de Extensão UP (2022).

Lucineide Pereira Carvalho – Lucineide Gamela, é a vice-presidenta da Associação. Uma importante representação dentro do território para a luta por demarcação, manutenção da cultura da comunidade, como também a de preservação da biodiversidade. Casada com Gesi Alves, conhecido por Zé, que é originário do território. Lucineide se inseriu e manteve suas práticas, cuidando do meio ambiente e plantando seus alimentos

para sobrevivência, tomando para si as lutas, culturas e saberes. É auxiliar de serviços gerais da escola municipal da comunidade, agricultora e extrativista do buriti – planta nativa do cerrado.



Imagem 3 – Vice-tesoureira da Associação Gamela



Fonte: Projeto de Extensão UP (2023).

Luzinete Gamela é a 2ª vice-tesoureira da Associação Indígena Gamela, professora da escola municipal do território, extrativista do buriti e agricultora. Nasceu e se criou dentro do território indígena Gamela e aprendeu, com seus pais, a prática da agricultura, os saberes sobre terra, cultura e espiritualidade. Aprendeu sobre a necessidade de conciliar a produção com respeito à natureza, preservando a

biodiversidade, a importância de cultivar as rezas e os cantos e a cultura do seu povo, que é o que os mantém como unidade, família.

Imagem 4 – Mulheres indígenas da Associação na visita do MPF-Corrente ao território



Fonte: Projeto de Extensão UP (2023).

Da direita para esquerda, estão reunidas as principais mulheres indígenas que lideram a Associação Gamela - Natividade Gamela, Lucineide Gamela e Luzinete Gamela.

## **VOZES FEMININAS DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS: poder e autonomia política**

Poder e resistência se confundem com o próprio fazer das mulheres indígenas Gamela, pois elas carregam os desafios cotidiano de pensar e organizar o território para o processo de demarcação das terras indígenas, em processo de qualificação na FUNAI. São experiências carregadas de memórias da luta de seus antepassados e seus ancestrais. O movimento indígena e a vida das mulheres se cruzam pela determinação de fortalecimento do autorreconhecimento e das lutas implicadas com as pautas das

mulheres na vida da comunidade e seus processos organizativos. Diante disso,

Para as mulheres indígenas atuantes no movimento indígena e em organizações, a participação feminina nos diálogos e nas práticas das políticas indígena e indigenista seria fundamental para garantir a perspectiva da mulher sobre os problemas coletivos da comunidade e/ou do povo e, conseqüentemente, para obter soluções condizentes com a visão feminina sobre a promoção do bem-estar social do grupo em que vive (Matos, 2012, p. 142).

A perspectiva feminina das lideranças indígenas Gamela na direção da Associação se fortalece a cada processo de luta ou de formação. Na imagem a seguir, estão a maioria das mulheres da direção e o cacique Salvador, além da professora Socorro Arantes, da UFPI, que apresenta as lideranças:

Imagem 5 – Apresentação da direção da Associação Gamela



Fonte: Projeto de Extensão UP (2023).

A presidenta Natividade Gamela é a principal liderança feminina indígena, conhecedora do território indígena, lidera as derrubadas de matas, plantações, colheitas. Nas construções das malocas, barracão da cultura indígena, sempre esteve à frente, organizando e realizando todos os processos para construção desse espaço circular de saberes. Seus modos de vida permeiam suas atividades ancestrais. Natividade Gamela relata que, com a criação da Associação indígena, os povos Gamela vêm conquistando e avançando muito, mas aponta as dificuldades enfrentadas, ao dizer:

No início da criação, os associados tiveram dificuldade para contribuir financeiramente, mas, nos dias atuais, melhorou um pouco, no desenvolvimento está melhor um pouco, alguns então contribuindo, outros, não, mas está tendo desenvolvimento, a gente vai trabalhando, vai junto e vai aprendendo mais, junto com os parentes, a gente vai conversando e eles vão entendendo mais, a gente também entende junto com eles, e, aí, dessa maneira, a gente tá indo, tá indo, assim, tá desenvolvendo bem (Presidenta da Associação Gamela, relato oral, 2023)

A coletividade e a preservação do território são objetivos da luta feminina, e essa consciência tem sido referência no fortalecimento e na permanência das famílias para defesa do território indígena. A coletividade das mulheres diz muito sobre o avanço na luta ética dos Gamela para reconhecimento do território e demarcação da terra pela FUNAI. A integração dentro dos ambientes decisivos traz segurança e, assim, possibilita pensar estratégias para resistir e reafirmar seu pertencimento indigenista como sentimento de coletividade, como relata:

O avanço que teve, é que as pessoas se uniram mais, senta, conversa, vê como é que vai fazer, que lá, porque ainda tem

as ameaças, mas eles vão se sentando e vamos conversando, vamos se sentindo mais à vontade, o avanço da demarcação também eu achei que teve andamento também, graças a Deus, a gente está vendo que tá indo. Nós vamos ter a vitória, em nome de Jesus, na demarcação do nosso território, a Associação indígena tá unida, tá todo mundo trabalhando coletivamente, todo mundo junto vai para uma roça, vem vai para outra (Presidenta da Associação Gamela, relato oral, 2023).

A participação das mulheres indígenas Gamela, nos últimos seis anos, vem fortalecendo a incidência política de outras mulheres indígenas no processo de emergência étnica na luta pela identidade Gamela. A dimensão desse protagonismo perpassa por uma relação entre corpo e temporalidade, construindo uma narrativa significativa nas lutas das mulheres indígenas, expressando suas ancestralidades, principalmente através da oralidade e de suas formas de organização pelo direito à demarcação de suas terras no sudoeste do Piauí.

Isso implica dizer que as construções desses diálogos estão sendo fundamentais para a permanência no território, além da autodeclaração identitária, da reafirmação da cultura de um grupo étnico, que vem sendo violentado o tempo todo, desde as instâncias governamentais, com faltas de políticas públicas, aos modelos de monoculturas presentes no território. Desse modo, a oralidade, além de ser essencial para a aproximação e inclusão nos meios de poder, também corrobora a transmissão dos conhecimentos tradicionais, permeando entre os “mais novos e os mais velhos”.

Os processos políticos do território avançaram bastante, com a incidência ativa e organizativa das mulheres indígenas. O diálogo com as instâncias tem sido centro de debates nos últimos seis anos, com objetivo de buscar soluções para os problemas que

afetam a comunidade e principalmente demarcar o território. A Associação Gamela, depois do envio de várias petições, no dia 15 de fevereiro de 2023, recebeu o Ministério Público Federal de Corrente, no Piauí (MPPI), que visitou a comunidade indígena Gamela de Laranjeiras para conhecimento presencialmente dos conflitos que a comunidade enfrenta, ora com atuação dos latifundiários, ora com intervenção do Estado, por meio de medidas irregulares dentro do território, tendo em vista que documentações que comprovam ameaças e invasão desrespeitosa já vêm sendo encaminhada para os órgãos do Estado desde 2017.

Imagem 6 – Reunião do MPF de Corrente com Associação Gamela



Fonte: Projeto de Extensão UP (2023).



Imagem 7 – Entrega das denúncias ao procurador do MPF de Corrente-Piauí



Fonte: Projeto de Extensão UP (2023).

Inicialmente, houve uma conversa com todas as lideranças indígenas na casa do Cacique Salvador Gamela. Posteriormente, seguimos para conhecer os pontos que marcam a historicidade da comunidade. A primeira visita foi ao cemitério, com o objetivo de mostrar ao ministro que há parentes bem mais velhos sepultados, inclusive com catacumbas de pessoas que seus avós tiveram conhecimento, pois são bem antigas, construídas com pedras. A finalidade é mostrar que ali já existiam os povos Gamela bem antes da chegada dos grileiros, na década de 1990.

Em seguida, os indígenas foram para a maloca, espaço de encontros, lutas e reuniões dos indígenas Gamela, construída com o objetivo de reafirmar a identidade e a ancestralidade dos povos Gamela. Com a presença de todos indígenas Gamela, realizamos uma conversa com o procurador federal Anderson Rocha Paiva, para apresentar as denúncias – a primeira foi uma cobrança indevida para registro do Boletim de Ocorrência – BO,

em 2017, em função do conflito provocado pelos fazendeiros do agronegócio com os indígenas, que apresentaram o comprovante de pagamento no valor R\$ 1.000,00 (mil reais) para registrar um boletim de ocorrência referente a violência sofrida pelos ataques dos grileiros contra as vidas indígenas.

E, por fim, visitamos as principais áreas de conflito da comunidade, sendo as áreas dos (baixões), que, na década de 1980, era espaço de sobrevivência dos Gamela, pois os usavam para plantar seus alimentos e como pastos para os animais. Na atualidade, infelizmente, a área encontra-se impossibilitada de uso, pois está como área de reserva legal da fazenda que planta *commodities* agrícolas, que, do mesmo modo, está bem próximo das residências dos povos Gamela.

Embora os desafios sejam inúmeros, a comunidade indígena Gamela teve avanços concretos no processo de organização dos indígenas Gamela e na ampliação das demandas do território na relação com Estado e no diálogo com outros territórios Gamela em Bom Jesus, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro. Isso é resultado da organização e resistência das mulheres do território.

Outra mobilização importante liderada pelas mulheres indígenas Gamela foi a realização do I ENCONTRO CULTURAL E ANCESTRAL DO POVO GAMELA NO TERRITÓRIO INDÍGENA DE LARANJEIRAS NO SUL DO PIAUÍ – CURRAIS PIAUÍ. Esse Encontro reuniu os povos Gamela do Piauí e do Maranhão, momento essencial no fortalecimento da luta pelo reconhecimento étnico do território de Laranjeiras e também para a luta pela demarcação da terra junto à FUNAI. De modo geral, ampliou o campo de visão sobre a questão indígena no estado do Piauí, como também do povo Gamela do Piauí e Maranhão.



O encontro aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2022 e foi organizado juntamente com grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) ligados ao NEPEECDES e ao Projeto de Extensão Universidade Popular, e em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Contou com a presença de entidades indígenas e indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e representantes do Observatório MATOPIBA, e pesquisadores de outras instituições federais. O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) também foram convidados.

A primeira atividade, que marcou o início do I Encontro dos Povos Gamela, foi a Audiência Pública na Câmara Municipal de Currais-PI, que teve como objetivo central priorizar o debate sobre o direito originário dos indígenas na demarcação de seus territórios. Espaço em que a presidenta da Associação dos Indígenas Gamela de Laranjeira, Maria Natividade Gamela, abordou as questões agrárias, os conflitos e seus processos de resistências para permanência em seus territórios, conforme ela mesma relata:

Tivemos frente a frente com a polícia, a cápsula da bala caída em nossos pés e spray de pimenta nos olhos. Nós tínhamos barracos lá, uns iam à noite e outros durante o dia. Um dia, eles vieram atirando, quebraram o barraco e subiram atirando. Um dia de noite, eles vieram e cortaram o arame da nossa propriedade. A gente trabalhando direto e eles dizendo que a gente não trabalhava, teve uma audiência com dr. Eliomar, falou que a gente não podia ficar na área produtiva e deveríamos sair dali, mas a gente não podia sair, porque nós precisávamos plantar para sobreviver (Presidenta da Associação Gamela, relato oral, 2023).

Essas ações apontam a potência das mulheres indígenas que lideram a direção da Associação como principal força de denúncias e anúncios na resistência e defesa do território. Nas roças, nas assembleias, nas reuniões, no extrativismo do buriti, nas audiências públicas, nas mobilizações estaduais, nas marchas, nas formações, as lideranças femininas indígenas têm sido a voz que ecoa os direitos dos povos indígenas Gamela do território de Laranjeiras em Currais-Piauí. A relação ancestral das mulheres indígenas com a terra para plantar e com a terra para viver é um direito originário vinculante à sua própria existência.

## REFERÊNCIAS

LIMA, Carmem Lúcia Silva, NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do (org.). **Gamela, Gamellas**: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território [recurso eletrônico]. São Luís: EduEMA, 2022.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no Movimento Indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org.). **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

MILHOMEM, Sandra Rodrigues da Silva. **SER MULHER INDÍGENA**: território, identidade e protagonismo. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de

Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaina-TO, 2021.

OIT. **Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT.** v. 1. Brasília: OIT, 2011.

SACCHI MONAGAS, Ângela. **União, luta, liberdade e resistência:** as organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria (org.). **Gênero e povos indígenas:** coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio; GIZ / FUNAI, 2012.

# EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO INDÍGENA GAMELA DE LARANJEIRAS - PIAUÍ

*Maria do Socorro da Silva Arantes  
Thaynan Alves dos Santos  
Maria Natividade Brauna Gamela*

## VOZES INDÍGENAS NA “ÚLTIMA FRONTEIRA AGRÍCOLA: aproximações da investigação

O legado descolonial das vozes indígenas é, e tem sido, dissonante e dissidente da política indigenista do Estado brasileiro. Os conhecimentos dos povos originários, apesar das ideias coloniais, resultam de processos educativos próprios e não escolares, que, no contexto do povo Gamela e dos oprimidos, denominamos de Educação Popular. Outro legado é a luta pela identidade étnica, ou seja, a autoidentificação como povo indígena, inspirando a luta dos Gamela. E, no âmbito da institucionalidade, a questão étnica do reconhecimento do povo indígena qualifica as narrativas transmitidas oralmente entre as diferentes gerações; pela

memória sobre a ancestralidade; nas experiências socioculturais, modos de vida e usufruto comum da terra e do território – não há como se falar de povos indígenas sem direito à terra.

Diante desse contexto, a Educação Popular fortalece a auto-organização dos povos indígenas Gamela, contribuindo na formação para acesso aos direitos e à capacitação para incidência política propositiva e reivindicatória. Por isso, nossa pergunta de partida está situada em como a prática da Educação Popular contribui na luta pelo direito à terra indígena do povo Gamela na “Última Fronteira Agrícola”, diante do avanço do agronegócio?

Em igual sentido, situamos a relação entre os saberes indígenas e os saberes acadêmicos, mediados pela prática educativa das expedições pedagógicas inspirada no pensamento freireano e nas emergências da realidade dos povos indígenas Gamela, que atualizam as demandas da universidade. Sobre o pensamento de Paulo Freire, Jardimino e Soto-Arango (2020, p. 1084) definem:

O que estou chamando de singularidade e universalidade do pensamento de Freire não deve ser lido apenas na repercussão da ação prática de seu método de alfabetização no Brasil e no mundo, mas em sua proposta pedagógica de uma educação libertadora e conscientizadora, que pode ser universalizada em qualquer espaço em que homens e mulheres se encontrem em uma situação de aculturação opressora e desumanizadora.

A prática educativa freireana, baseada na Educação Popular, inspira o povo Gamela na luta pelo direito à terra para dar visibilidade às tensões e aos conflitos agrários, em razão do direito à autoidentificação na comunidade Laranjeiras, no sudoeste do Piauí. As tensões mais acentuadas dizem respeito à relação com o Governo do Piauí, por meio do Instituto de

Terras do Piauí (INTERPI); e com o Governo Federal, através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Com o INTERPI, as questões agrárias que envolvem a regularização fundiária de áreas de assentamento dentro do território indígena, cuja intervenção política do Estado ignora a existência da etnia Gamela. Com relação à FUNAI, destacamos a morosidade administrativa e institucional no processo de demarcação da terra indígena Gamela, apesar da existência de estudos de qualificação da demanda fundiária dessa etnia. Assim, a narrativa do Estado brasileiro vai se estabelecendo não apenas pela negação étnica do povo Gamela, mas pela ocultação dos conflitos agrários na “última fronteira agrícola” e as questões socioambientais com a devastação do bioma do cerrado pelo agronegócio.

Com relação ao *locus* do estudo, investigamos a comunidade tradicional dos povos indígenas Gamela, que está localizada no município de Currais-PI, a 35 km da sede do município, na comunidade rural de Laranjeiras. No território, residem 85 famílias que se autoidentificam como indígenas Gamela, que sobrevivem da agricultura familiar.

A comunidade vive, prioritariamente, dos roçados; da criação de pequenos animais; da manutenção de quintais produtivos; da produção de farinha e do extrativismo do buriti (considerado sagrado e utilizado tanto para a alimentação das famílias quanto para a confecção de diferentes peças artesanais) (FUNAI, 2020, p. 16).

Enquanto os órgãos iniciam o processo de reconhecimento do povo Gamela no Piauí, essa etnia habita, há gerações, a região sudoeste do Estado.

Com relação à delimitação da investigação, consideramos as expedições pedagógicas descoloniais realizadas pela

Universidade, através do projeto de extensão Universidade Popular, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). As expedições pedagógicas se articulam pela visibilidade das questões agrárias, ecológicas e os direitos de autoidentificação dos povos indígenas Gamela, a partir de processos educativos, pedagógicos e políticos que fortalecem a auto-organização dos povos na comunidade de Laranjeiras.

As expedições pedagógicas descoloniais consideram os princípios do Estado do Bem-Viver, e reafirmam a relação de interconhecimento entre saberes populares e científicos, a partir do intercontexto entre comunidade e universidade. As epistemologias das expedições descoloniais se realizam a partir dos preceitos e fundamentos do paradigma de Ciência Própria (Fals Borda, 1985) e da prática educativa da Educação Popular (Freire, 1996). Seus processos educativos são organizados em: estágio de vivência, oficinas de saberes, sistematização da experiência e ações de auto-organização da comunidade indígena.

Este artigo apresenta a discussão em três seções, além da introdução. Na primeira, apresentamos os fundamentos teóricos e epistemológicos que orientam a investigação. Na segunda, situamos brevemente o contexto histórico da comunidade Laranjeiras e do povo Gamela. Na terceira parte, relacionamos os processos educativos das expedições pedagógicas, destacando como o território educador do povo Gamela atualiza a função social e científica da universidade pública quanto às questões dos direitos dos povos originários na “última fronteira agrícola”. Na conclusão, assinalamos como a universidade pública, por meio da Educação Popular, contribui para o fortalecimento da luta por direitos junto com os povos indígenas Gamela, situando a territorialidade das questões educacionais no contexto da luta indígena para autoidentificação no estado do Piauí.

## **EXPEDIÇÕES PEDAGÓGICAS DESCOLONIAIS: educação dissidente do povo indígena Gamela**

Enquanto o Brasil reconhece a existência dos povos indígenas, por meio de demarcação de suas terras, em grande parte do território brasileiro, somente em 2020, o Governo do Piauí reconheceu, formal e expressamente, a existência de povos indígenas no estado. Esse reconhecimento é resultado da luta dos povos indígenas piauienses, em razão dos conflitos agrários que se aceleram com o avanço do agronegócio e de instalações de grandes empreendimentos em comunidades tradicionais e em terras indígenas.

Diante desse contexto, a territorialidade da educação nos processos educativos dos povos indígenas, especificamente do povo Gamela, encontra, na Educação Popular, a pedagogia alternativa a partir da produção dos conhecimentos fundamentados em intervenção socioeducacional e política dos oprimidos e excluídos no mundo – direito de dizer a sua palavra. Assim, a Educação Popular considera, como conteúdo central de seus processos educativos, a realidade social dos sujeitos em formação, ou seja, parte das experiências dos povos indígenas como etnias que foram historicamente negados e invisibilizados na formação social brasileira.

Nesse sentido, os fundamentos epistemológicos e metodológicos da Educação Popular, que orientam as expedições pedagógicas descoloniais na mediação do conhecimento com o povo Gamela, na luta pela permanência na terra indígena, são: a realidade e a prática social dos sujeitos como *locus* do conhecimento; a pedagogia ação-participante; a construção coletiva do conhecimento; as metodologias participantes; a



transformação da realidade social; o projeto de sociedade do bem-viver como construção dos povos originários:

Para falar do Bem Viver, é preciso recorrer às experiências, às visões e às propostas de povos que, dentro e fora do mundo andino e amazônico, empenharam-se em viver harmoniosamente com a Natureza, e que são donos de uma história longa e profunda, ainda bastante desconhecida e, inclusive, marginalizada. Foram capazes de resistir, a seu modo, a um colonialismo que dura mais de quinhentos anos, imaginando um futuro distinto que muito poderia contribuir com os grandes debates globais (Costa, 2016, p. 19-20).

Essa epistemologia originária está baseada entre os saberes populares e indígenas, como leituras próprias, em que a “[...] ‘leitura do mundo’ e a ‘leitura da palavra’ se impõem como prática indispensável na reinvenção do mundo. A assunção de nós próprios como sujeitos e objetos da História nos torna seres de decisão, da ruptura, da opção, seres éticos.” (Freire, 2014, p. 66). O povo indígena Gamela reivindica o legado histórico da Educação Popular como lugar epistemológico de organização de sua existência e re-existência.

A etnia Gamela reencontra, na Educação Popular, sua relação ancestral com as questões ambientais, ecológicas e agrárias na terra indígena, como sujeitos históricos que carregam séculos de resistência por um modo de bem-viver. Segundo Relatório de Qualificação da Funai (2020, p 14): “[...] os(as) indígenas eram responsáveis pela conservação do território, pois preservavam os brejos, mantinham uma relação sagrada com os buritizais e não desmatavam áreas de preservação permanente [...]”. Esses dados de campo da FUNAI qualificam os Gamela como protetores do bioma do cerrado, diante dos conflitos agrários e socioambientais, pois

[...] como demonstram o usufruto comum das áreas de “cerrado”, as casas de farinha, os “templos das águas”, os diversificados usos conferidos aos buritis, as redes de solidariedade acionadas entre os núcleos, as relações estabelecidas com os espíritos “encantados” (“cabocos”/“cumpades”) e, também, as vivências de expropriação territorial experimentadas a partir de conflitos fundiários e socioambientais (FUNAI, 2020, p 14).

A territorialidade da Educação Popular no contexto dos processos educativos da educação indígena reafirma a pedagogia participante que se contrapõe à pedagogia da exclusão e da dominação. A Educação Popular, no contexto dos povos indígenas Gamela, tem como base educativa a pedagogia dialógica referenciada na epistemologia descolonial que reafirma a memória histórica de resistência e libertação dos povos indígenas da colonização europeia.

Considerando esse paradigma, as expedições pedagógicas representam o vínculo da universidade pública com as exigências da atualidade dos direitos e das lutas dos povos indígenas Gamela, anunciado a partir de outro paradigma de ciência e de universidade pública. “*Podemos concebir na universidad en diáspora que se juzgue según sus efectos sociales de conjunto y no por facilidades físicas? Podemos articular este camino y permanentemente el conocimiento teórico con la práctica?*”<sup>1</sup> Nessa construção, “[...] a Educação Popular possibilita o diálogo de saberes populares, da cultura popular com os saberes/conhecimentos produzidos e sistematizados socialmente [...] são saberes de uma epistemologia que une ação-reflexão.” (Streck *et al.*, 2014, p. 93). A prática educativa universitária se altera, como também se transforma quando

---

<sup>1</sup> “Podemos conceber uma universidade na diáspora que seja julgada de acordo com os seus efeitos sociais globais e não pelas instalações físicas? Podemos articular esse caminho e o conhecimento permanentemente teórico com a prática?”

reconhece outros saberes necessários à produção da ciência para o bem-viver. De modo que os Gamela empenham-se em fazer do ato educativo um caminho para a consciência crítica e a participação ativa na transformação da realidade que vivenciam na comunidade indígena.

A inteligibilidade entre o popular e o científico são formas de vivenciar a ciência na produção de conhecimento prudente para uma vida decente (Santos, 2010). Partindo desse pressuposto, a universidade deve estar comprometida com a formação de indivíduos que, em seus conhecimentos, produzam para o bem comum e para a vida justa de todos e todas.

Para alcançar esse objetivo, ou seja, “[...] para apoiar estes processos, necessitamos de universidades democráticas e altruístas que estimulem a participação ativa dos estudantes na procura de novos conhecimentos e, nessa medida, considerem a investigação como ferramentas pedagógicas do maior valor, como base de uma autonomia acadêmica.” (Borda, 2003, p. 720). A universidade pública, por meio das dimensões da pesquisa e da extensão, tem vindo a contribuir com a emancipação dos oprimidos e dos povos originários na luta por direitos.

Assim, as expedições pedagógicas visam à descolonização do conhecimento científico e à emancipação das inteligências na produção da educação como prática da liberdade. O interconhecimento entre a pedagogia científica e a pedagogia do oprimido, no âmago da Educação Popular, resulta do pensamento dissidente da ciência eurocêntrica e do paradigma tradicional de educação para e sem as classes populares. Assim, como afirma Paulo Freire (1998, p. 20):

[...] o que vimos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua

humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

A Pedagogia do Oprimido passa a imprimir nova concepção educativa na universidade, com a implantação dos cursos de Licenciaturas em Educação do Campo (LEdoC) na UFPI. Vale ressaltar que esses cursos são resultados de projetos educativos em contexto não escolares, mediados pela Educação Popular. A extensão universitária, de caráter popular e descolonial, tem sido o espaço educativo na universidade para dialogar com o território educador do povo Gamela, que tem apresentado demandas para atualidade da universidade, como os direitos relacionados à demarcação da terra indígena, à proteção dos recursos hídricos da comunidade, como brejos e riachos e nascentes, e, pela autoidentificação e construção de auto-organização no âmbito das lutas dos povos indígenas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 34% da população do Piauí vive na zona rural. Quando verificamos essa estatística na região sudoeste do estado, a população rural é de 41%, ou seja, é uma região de ruralidade acentuada. Essa região apresenta forte potencial hídrico, possui grandes extensões de terra, incidência para energia solar, produção da monocultura para agricultura empresarial – agronegócio e com a agricultura familiar camponesa como vetores para o desenvolvimento econômico do Piauí.

A agricultura familiar tem relação direta com a redução da pobreza no estado do Piauí, pois “[...] as políticas executadas pelo governo estadual em prol da pequena agricultura (a agricultura familiar). Ou seja, a redução da pobreza por meio da inclusão produtiva”. (Piauí, 2013, p. 81). Desse modo, vê-se a agricultura

familiar camponesa como campo estratégico de desenvolvimento econômico naquela região. Apesar disso, populações tradicionais camponesas e indígenas enfrentam o avanço do processo de expropriação e grilagem de suas terras produtivas, que, desde a década de 1990, vem sendo realizada por empresas do agronegócio. E, em consonância com esse contexto, indígenas sofrem com a falta de investimentos na agricultura familiar, por parte do Governo do Estado, que, recentemente, começou o processo de titularização das terras para essas comunidades e grupos étnicos.

Com população de 4.968 habitantes, o município de Currais é basicamente rural, e a maioria vive da agricultura familiar. Esse município fica localizado a 660 quilômetros da capital, Teresina, no estado do Piauí. Currais é um território com potencial para o desenvolvimento econômico, ocupando grandes áreas de terra na região do Vale do Gurgueia, na produção da monocultura de soja, no território das chapadas das Mangabeiras. Apesar dos ganhos econômicos com o agronegócio, essa realidade contrasta como a paisagem urbana e rural empobrecida, como uma imagem invertida, em que a acumulação da riqueza não significa a redução da pobreza; ao contrário, aumenta os extratos sociais de miseráveis na região sudoeste do Piauí.

Currais fica na região sul do Piauí, conhecida como “a última fronteira agrícola” ou, ainda, como a grande região do desenvolvimento caracterizada pelo MATOPIBA, área que está no centro da disputa do agronegócio, que avança sobre o bioma do cerrado, promovendo transformações socioespaciais e econômicas nos modos de vida da população da região, sobretudo dos povos originários e das comunidades tradicionais. A comunidade tradicional do povo Gamela fica situada na região

do MATOPIBA – que envolve os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

No Piauí, essa delimitação geopolítica e econômica intensificou os conflitos agrários e ambientais no bioma do cerrado. Segundo o Boletim Informativo 1 – Indígenas Gamela no Cerrado Piauiense: “Esta situação resultou na eclosão de conflitos socioambientais e na constituição de ações de mobilização social que vêm resultando na emergência étnica de núcleos familiares que habitam tradicionalmente a região e que se autodesignam de povos do Cerrado” (Lima; Nascimento, 2020, p. 1). Nessa região, a agricultura familiar camponesa e a expansão do agronegócio se apresentam como projetos antagônicos de desenvolvimento econômico e de projeto de sustentabilidade ambiental no meio rural.

Enquanto o agronegócio se organiza pela lógica de comercialização da produção em larga escala para mercados globais de exportações, baseado na monocultura, a agricultura familiar, de base agroecológica e agroflorestal, tem sido responsável por garantir alimentos para 80% da população brasileira. Nesse contexto, o agronegócio ocupa grandes extensões territoriais, em meio à intensa degradação ambiental e hídrica das nascentes, dos brejos e riachos; impõe relações de trabalho análogas à escravidão; e é o principal agente de conflitos agrários e fundiários com os povos indígenas Gamela quanto ao direito à terra.

A narrativa de desenvolvimento econômico oculta conflitos, impasses e desafios para os povos indígenas Gamela, diante do avanço do agronegócio, que marca a disputa pelas terras produtivas e pelos recursos hídricos. A territorialidade da educação, especificamente da Educação do Campo, mediada

pela Educação Popular vem promovendo processos educativos de autoformação do povo Gamela na autoafirmação de sua etnia.

A LEdoC é o *locus* organizativo das expedições pedagógicas descoloniais, cujo compromisso decorre de ação pedagógica e política com povos indígenas e camponeses na luta por direitos, na atualidade com os povos Gamela. Segundo Silva, (2020, p. 2383-2384):

A Educação do Campo tem as marcas originais de um projeto de educação de ruptura com o paradigma da ciência hegemônica na universidade. É um giro epistemológico protagonizado pelos movimentos sociais do campo por uma política educacional de valorização dos sujeitos, dos contextos e dos saberes dos camponeses na luta pela Reforma Agrária no Brasil.

A Educação do Campo se soma às vozes dissonantes da Universidade com as vozes dissidentes do povo indígena Gamela no meio rural. Nesse campo de interconhecimento e intercontexto, o pensamento freireano assegura as bases epistemológicas de uma universidade cujo conhecimento científico fundamenta sua intervenção na formulação dos saberes dos povos originários. É um resgate epistemológico da academia para o campo da ação cultural e do compromisso sociais com a luta dos oprimidos.

Os indígenas Gamela da comunidade Laranjeiras reconhecem que a regularização fundiária é uma demanda étnica; e o reconhecimento da terra indígena pelo Estado, no sudoeste do Piauí, passa pelo processo de auto-organização e de fortalecimento da luta coletiva pelo direito à autoidentificação. Segundo a Convenção 169 da Organização das Nações Unidas sobre povos indígenas e tribais,

A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção, isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça (OIT, 2011, p. 8).

O direito à autoidentificação é regulada pela Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e garante ao povo Gamela, no Piauí, a retomada de seu processo de auto-organização na territorialidade da educação, notadamente da Educação Popular, como caminho indissociável da luta pela libertação.

### **ORGANIZAÇÃO DO POVO GAMELA: retomando o território indígena Laranjeiras**

Especificamente, na atualidade das exigências do povo Gamela, a universidade, por meio de processos educativos das expedições pedagógicas, vem acompanhado como a luta indígena do povo Gamela aponta para o processo de fortalecimento da auto-organização na luta pelo direito à terra, a partir da afirmação de identidade étnica. Basicamente partimos da realidade social dos sujeitos, considerando a construção coletiva do conhecimento, por meio da pedagogia participante e de metodologias participativas da Educação Popular.

A universidade, por meio de projetos de pesquisa e extensão, acompanha a comunidade desde 2018. Na atualidade, queremos destacar que processos educativos das expedições foram fortalecendo as ideias e práticas, auto-organizando para os direitos indígenas. Destacamos como metodologias participativas das expedições pedagógicas: estágio de vivência e



experiência e oficinas de saberes na comunidade Gamela, cuja prática educativa passamos a descrever e analisar.

Antes, é necessário situar nossa construção conceitual de expedições pedagógicas descoloniais: são espaços educativos, autônomos e de formação em intercontextos e interconhecimento entre universidade e comunidade, a partir de pedagogia dialógica entre **saberes científicos** – dos sujeitos da vivenciam; e **saberes populares** – dos sujeitos da experiência vivida, mediados por processos educativos da Educação Popular, paradigma de Ciência Própria e o pensamento descolonial; anunciam um novo modo de produção do conhecimento para o bem-viver. Dito isso, passamos a pontuar a metodologia dos processos educativos das expedições, no contexto do território indígena Gamela.

**Estágio de Vivência e Experiência** – são as experiências em processo de **formação na ação**, que resultam de atividades práticas, visitas de campo, mapeamento social do contexto de atuação dos processos educativos da Educação Popular, ou seja, significa colocar os sujeitos em processo de formação em contato direto com o campo de pesquisa e estudo para qualificação e compreensão adequada da leitura da realidade e dos contextos.

É o que denominamos de observação empírica participante, que se organiza em três momentos: **participativa** – participação dos sujeitos em formações mediadas pelos aportes teóricos – estudo da realidade a partir de pesquisa e relatos orais; **interventiva** – aplicação de instrumentais necessários para levantamento de dados e informações a partir de visita de campo; e a **autoeducativa** – momento de organização dos dados de campo para devolução sistematizada dos resultados em momento formativo com os sujeitos envolvidos na pesquisa e sujeitos da comunidade, momento de qualificação dos dados, a partir do diálogo entre os saberes científicos e populares.

Essa observação participante, pautada na sistematização da experiência, rejeita a neutralidade do pensamento, possibilitando a autocrítica para pensar nossa própria prática educativa. Medeiros (2010, p. 19) enfatiza: “Desse modo, optou-se por uma construção metodológica que tanto recusa determinismos quanto a suposta neutralidade científica, sendo tal opção parte de uma intencionalidade pedagógica e ético-política”. É essa opção que fazemos no contexto histórico da luta do povo Gamela. Nas expedições pedagógicas, registramos que a comunidade Laranjeiras do povo indígena Gamela possui uma grande reserva de água doce, com rios, nascentes de olho d’água, brejos e riachos, zona estratégica de produção de água. A região do Vale do Gurgueia, com sua rede hídrica, abastece quase todo o território piauiense, cujo marco hídrico é o Parque das Nascentes do Rio Parnaíba. Para melhor compreensão dos estágios de vivência no território Gamela, apresentamos momentos de registro de campo na comunidade:

Imagem 1 – Visita de Campo no Poço na Comunidade Indígena Gamela



Fonte: Universidade Popular (2021).

Imagem 2 – Visita nas roças na Comunidade Indígena Gamela



Fonte: Universidade Popular (2021).

As experiências nos estágios de vivência promovem a reconstituição da situação vivida: reflexo, reflexão e abertura de possibilidades concretas para novas leituras sobre a realidade, sobretudo ao permitir a leitura da coisa em si, possibilita ultrapassar a leitura da coisa para si – em momentos de sistematização da vivência. Na comunidade indígena do povo Gamela, pesquisadores imersos na experiência da vivência compartilham com aqueles imersos na experiencial real e cotidiana de moradores do território indígena, projetam experiências como alternativas na superação das tensões e conflitos, e como possibilidade de luta e resistência.

Dessa forma, a experiência aponta e se projeta na formulação de consciência crítica e autocrítica para construção de novos projetos existenciais, pois “[...] na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo ‘pré-dado’, mas um desafio, um problema [...]” (Freire, 2000, p. 36). Nesse sentido, as expedições pedagógicas descoloniais permitem a experiência em *lócus* a partir do interconhecimento entre os sujeitos da vivência e os sujeitos da experiência vivida.

Os estágios de vivência são, portanto, um encontro da leitura da palavra a partir dos aportes teóricos que iluminam o contexto e a leitura do mundo vivenciado e vivido pelos sujeitos no território indígena. Após o encontro da teoria com a prática, nos estágios de vivência e experiência, retomamos as leituras teóricas, agora iluminados pelos dados da realidade, que, na pedagogia das oficinas de saberes, são sistematizados e partilhados, descritos a seguir.

**Oficinas de Saberes** – são espaços educativos e formativos de interconhecimento e intercontexto entre universidade e comunidade indígena – **formação programada** – momento em que se realiza a socialização dos resultados coletados e

produzidos do campo, já sistematizados, que deverão ser submetidos à apreciação e problematização da comunidade e dos sujeitos participantes dos projetos, para as novas formulações ou adequação aos conteúdos da realidade, evitando a negação dos saberes originários, dos contextos e dos conteúdos das demandas dos povos Gamela. Sobre a experiência das oficinas de saberes, destacamos alguns momentos:

Imagem 3 – Oficina de saberes Agroextrativismo Sustentável do Povo Gamela



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Imagem 4 – Oficina de saberes sobre território e água do Povo Gamela



Fonte: Dados da Pesquisa (2020).



Imagem 5 – Oficina de Saberes de Direitos do Povo Gamela com OAB- PI



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Nesses momentos de formação e auto-organização do povo indígena Gamela, realizamos a discussão da realidade a partir de temas geradores que envolvem o cotidiano das demandas por direitos que incluem as questões agrárias e o direito à terra; as questões ecológicas e socioambientais, como a proteção de riachos, rios e brejos; as questões sustentáveis que envolvem a agricultura familiar. As oficinas de saberes são também espaços de audiência pública com entidades de defesa dos povos indígenas e de órgãos indigenistas do Estado.

Nas oficinas, discutimos a visibilidade das questões étnicas do povo Gamela e a necessidade de criarem uma organização ou

associação Indígena do Povo Gamela como instrumento de luta, conforme destaca a Resolução 169/OIT, (2011, p. 6):

[...] os povos indígenas e tribais também despertaram para a realidade de suas origens étnicas e culturais e, conseqüentemente, para seu direito de serem diferentes sem deixarem de ser iguais. Conscientes de sua importância e sob a orientação de sólidas organizações de promoção de seus interesses e proteção de seus direitos, esses povos passaram a assumir, eles próprios, o direito de reivindicar, acima de tudo, sua identidade étnica, cultural, econômica e social, rejeitando, inclusive, serem chamados de “populações”.

Nesse sentido, as oficinas de saberes são organizadas de modo pedagógico, visando o envolvimento dos participantes no processo de reflexão e tomada de decisão. Baseadas no princípio da construção coletiva do conhecimento da Educação Popular, as expedições pedagógicas estão comprometidas em promover um encontro de amorosidade e esperar com a leitura da palavra dos povos originários, situados na leitura do mundo dos povos Gamela no território indígena. Esse momento é pedagogicamente subsidiado por palestras temáticas, exposições fotográficas, elementos ancestrais da cultura indígena, elementos audiovisuais, textos e contextos, dinâmicas de interação, elementos de leitura da conjuntura política, social e econômica da comunidade e do território Gamela.

As oficinas de saberes são fundamentais no processo de autoidentificação dos povos Gamela, que passam a expressar sua identidade como um direito étnico de dizer sua palavra depois de décadas de negação de sua identidade, como afirmam os indígenas na oficina de saberes: “Sou indígena da comunidade Laranjeiras, morador, nascido e criado na comunidade Laranjeiras.”; “Como filha de indígena e descendente indígena exigimos a regularização



das terras, sendo os 9 mil hectares” (Entrevista oral, indígenas Gamela, 2021). O direito à autoidentificação como previsto no relatório de qualificação de demanda fundiária da etnia Gamela no sul do Piauí, apresentado pela SEI/FUNAI - 1891052 - Informação Técnica, afirma:

Por fornecerem um amplo espectro de dados que caracterizam o território do Povo Gamela, tais ações se constituíram como fontes de complemento da demanda fundiária da etnia. Diante disso, organiza-se o presente documento com o objetivo de apresentar à Coordenação Regional Nordeste II da Funai o conjunto de informações identificadas em campo e, desse modo, contribuir para o planejamento e a execução de ações de promoção e proteção dos direitos indígenas Gamela (FUNAI, 2020, p. 2).

Os indígenas da comunidade de Laranjeiras, ao anunciarem sua autoidentificação, encontram nas expedições pedagógicas, portanto, no papel social da universidade pública, um espaço educativo de auto-organização e autorreflexão sobre as questões agrárias e fundiárias que envolvem o direito à terra. Essas experiências apontam para um processo educativo que Santos (2013, p. 471) chamou de revolução epistemológica no seio da universidade, que “[...] consiste na promoção de diálogos entre saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígena, origem africana, oriental etc.)”. Esse autor definiu esse diálogo como ecologia dos saberes.

Essa perspectiva aponta um caminho para ressignificação dos sentidos e os significados de projeto de universidade para uma visão mais democrática e comprometida com os conhecimentos populares que se realizam fora do espaço acadêmico e nas

comunidades tradicionais. A prática educativa que reencontra o mundo da teoria e o mundo da prática como possibilidade de produção de pensamento alternativo de conhecimento em seu conjunto de relações, como proposto por Lefebvre (1983, p. 235):

A teoria emerge da prática e a ela retorna. A natureza se revela a nós pela prática, pela experiência; e tão-somente pela prática é que dominamos de modo efetivo. A prática, portanto, é o momento de toda teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e o retorno ao imediato. E vice-versa, a teoria é o momento da prática desenvolvida, daquela que supera a simples satisfação dos carecimentos imediatos.

Essa prática educativa desperta os sujeitos para a autoconsciência, a consciência crítica em que o próprio ato de conhecer encontra os sentidos das relações sociais. Assim, as expedições pedagógicas descoloniais estão fundamentadas na formação na ação – pelo exercício da prática como critério de conhecimento prudente situado no mundo dos indígenas Gamela e das questões sociais nas quais estão submersos. Implica a formação programada que se concentra em momentos de execução de ações e atividades planejadas com a comunidade – cursos, oficinas, seminários, aulas públicas, audiências etc.

As experiências educativas do povo indígena Gamela se impõem ao epistemicídio e às ideias coloniais, que Santos (2005, p. 23) define como: “[...] a morte de conhecimentos alternativos acarretou a liquidação ou a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos.”. Contra o epistemicídio, a Educação Popular tira da inviabilidade os saberes dos povos originários, mas, decisivamente, desoculta os contextos de opressão que se estabelecem contra os direitos dos povos originários, que, há mais de 500 anos, teimam

em reproduzir a inferiorização dos conhecimentos dos povos indígenas e a negação de seus direitos.

### **Notas (in)conclusivas**

A questão de partida continua aberta em razão das dinâmicas e do movimento dos processos educativos da Educação Popular no contexto da luta indígena Gamela, que continua pulsante, agregando outras demandas educativas e étnicas. Diante dessa abertura dos processos de luta do povo Gamela e da presença ativa da Universidade no território indígena, apontamos que as expedições pedagógicas descoloniais contribuem para o fortalecimento da auto-organização dos povos indígenas Gamela na comunidade Laranjeiras.

Em igual sentido, potencializa a luta por direitos, que inclui a demanda fundiária e a identidade étnica, e a necessidade de políticas sociais de fortalecimento de relação dos povos indígenas com o território; fortalece nova lógica de produção de ciência para os direitos dos povos originários, fundamentadas em epistemologia própria contra o epistemicídio.

Nesse sentido, os sujeitos da universidade também aprendem como os saberes originários dos povos indígenas ressignificam os fundamentos e princípios da Educação Popular. E, nesse itinerário, a Universidade se soma às vozes que historicamente foram silenciadas e invisibilizadas pelo pensamento colonial, que não apenas se apropriou de terras e dos recursos naturais dos povos indígenas, mas significou um longo período de apagamento da cultura dos povos originários, sobretudo, no contexto do estado do Piauí.

A Educação Popular reafirma as experiências e os processos educativos e formativos do povo indígena Gamela, a exemplo de

processos educativos que envolvem o uso dos recursos hídricos, do manejo sustentável das plantas nativas, como o buriti, do uso da terra como um bem comum, e a luta pela posse da terra, enfatizando a diferença entre os direitos relacionados à posse da terra indígena e da terra civil.

Há tempos, a Educação Popular, no Sul do Mundo Latino-Americano, fundamenta as ideias de ciência própria, da constituição de educação contextualizada com a realidade social e de prática educativa como construção incansável que se realiza na luta das classes populares e dos oprimidos. As ideias de ciência própria, de Fals Borda (1981), a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1997), e os estudos sobre a ciência emergente de Santos (2010), encontram na Educação Popular um aporte para discutir novos modos de produção de conhecimento, de democratização da ciência e de universidade, mas, decisivamente, como instrumento epistemológico que tem como essência um processo descolonial cognitivo, social, político e econômico da cultura eurocêntrica e dos paradigmas dominantes do cânone científico.

Esse pensamento alternativo tem sido o principal aporte epistemológico no processo de descolonização dos sistemas de conhecimento que se impõem como verdade absoluta sobre as formas de dominação das classes populares no Sul do Mundo Latino-Americano, de modo predatório sobre os povos indígenas no Brasil, como tem sido desde a invasão europeia. As expedições pedagógicas são experiências descoloniais, o que significa esperar com os povos Gamela.

A Educação Popular, como originária dos povos colonizados, promove a intervenção educativa na ação, transformando os contextos de opressão e subalternização, compartilhando sonhos enraizados na construção de educação

própria, que atualiza a intervenção educativa da Universidade para a defesa e proteção dos povos indígenas e ativa novos saberes no cotidiano do território Gamela. Nesse sentido, as expedições pedagógicas potencializam a auto-organização, ressignificam as práticas de resistências, articulam novos modos de produção do conhecimento por meio das oficinas de saberes, das rodas de conversa, e, a difusão científica mediada pela sistematização das ideias que se realiza nas vivências, nas experiências e na construção popular na produção das ciências popular e acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Costa. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BORDA, Orlando Fals. La ciencia y el Pueblo: nuevas reflexiones sobre la investigación-acción. In: La sociología em Colombia: balance y perspectivas. Asociación Colombiana de Sociología. **III Congreso Nacional de Sociología**, Bogotá, 1981. Disponível em: <http://upedagogica.edu.bo/wp-content/uploads/2015/12/D.-Fals-Borda-la-ciencia-y-el-pueblo.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

BORDA, Orlando Fals. **Conocimiento y poder popular**: Lecciones con campesinos de Nicaragua, Mexico, Colombia. Bogota: Punta de Lanza; Siglo xxi Editores, 1985.

BORDA, Orlando Fals; MORA-OSEJO, Luís. E. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. In: SANTOS, B. S. (org.).

**Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências sociais. São Paulo: Edições Afrontamento, 2003. p. 711-720.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Informação Técnica n. 1/2020/Segat-CR-NE-II/DIT-CR-NE-II/CR-NE-II FUNAI** (SEI nº 1891052), de 10 de março de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** Resultados da Amostra. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_resultados\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm) . Acesso em: 21 mar. 2022.

JARDILINO, J. R. L.; SOTO-ARANGO, D. E. Paulo Freire e a Pedagogia Crítica: seu legado para uma nova pedagogia do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara,

v. 15, n. 3, p. 1072-1093, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15i3.12472. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12472>. Acesso em: 21 mar. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

LIMA, Carmen Lúcia Silva, NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. **Boletim Estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdades**: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais da Amazônia e do Cerrado / Indígenas Gamela no Cerrado piauiense, n, 1, jan. 2020. São Luís: UEMA edições/PPGCSPA/PNCSA, 2020.

MARQUES, H. J.; DUARTE, N. A pedagogia histórico-crítica em defesa de uma educação revolucionária. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp3, p. 2204-2222, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp3.14427. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14427>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MEDEIROS, Lucineide Barros. **Parceria e dissenso na Educação do Campo**: marcas e desafios na luta do MST. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2010.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

PIAUÍ. **Plano de desenvolvimento econômico sustentável do Piauí (Piauí 2050)**: Macrotendências de investimento produtivo

e em infraestrutura nos segmentos estratégicos. Teresina, 2013. Disponível em [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02\\_9b568b361f.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_9b568b361f.pdf). Acesso em: 25 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria do Socorro P. da. Educação do Campo e o paradigma da extensão descolonial na universidade pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp3, p. 2382–2395, 2020. DOI: 10.21723/riaee.v15iesp3.14447. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14447>. Acesso em: 21 mar. 2022.

STRECK, Danilo R. *et al.* (org.). **Educação Popular e Docência**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: Educação de Jovens e Adultos/coordenação Selma Garrido Pimenta).





# SABERES INDÍGENAS, ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR NA TERRA GAMELA

*Thaynan Alves dos Santos*

*André de Almeida Rego*

*Luzinete Ferreira Brauna Gamela*

## INTRODUÇÃO

Este texto aborda uma situação crítica no Brasil, onde as políticas de demarcação e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas têm sido enfraquecidas e desmontadas, como parte de um projeto de Governo liderado por política de direita. Essas políticas, que são fundamentais para a preservação da cultura e dos territórios indígenas, têm sido substituídas por abordagem ultraconservadora que prioriza a expansão do agronegócio, muitas vezes às custas da degradação ambiental e da negação dos direitos dos povos originários.

A narrativa destaca como essa política, moderna e contemporânea, de produção do agronegócio afeta diretamente os povos indígenas, reduzindo a qualidade das terras que tradicionalmente cultivam, e ignorando os princípios de respeito e

harmonia com a natureza, que têm guiado suas práticas culturais ao longo de gerações. Isso cria um cenário de expropriação, onde os povos indígenas são privados de seu direito à terra e têm seus processos culturais tradicionais deslegitimados.

A pesquisa em andamento se concentra na comunidade Laranjeiras, localizada na Terra Indígena Gamela, na “última fronteira agrícola” do sudoeste do Piauí, na cidade de Currais. Ela busca responder à pergunta central: como as práticas sustentáveis de trabalho cultural com a terra dos povos indígenas Gamela contribuem para fortalecer os processos educativos e a preservação do meio ambiente diante do avanço do agronegócio?

A comunidade indígena de Laranjeiras, no bioma cerrado, conforme dados do IBGE de 2021, tem população total estimada em 4.982 habitantes, com aproximadamente 78% dessas pessoas residindo em áreas rurais. Atualmente, o território indígena Gamela, localizado em Laranjeiras, abriga mais de 85 famílias autodeclaradas como pertencentes ao povo indígena Gamela. Essas famílias estão envolvidas em processo de demarcação de terras protocolado junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e conta com a parceria da Universidade Federal do Piauí, que realiza o acoplamento de atividades de formação e intervenção, através do Núcleo de Estudo, Pesquisa, Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES) e o projeto de extensão Universidade Popular (UP), o Ministério Público de Corrente, no estado do Piauí, a OAB, entre outros órgãos que têm constituído parcerias de diálogos nessa luta. Esse processo busca garantir o reconhecimento e a proteção dos direitos territoriais dos Gamela nessa região.

Os processos de organização da comunidade revelam a sua resiliência ao enfrentar desafios significativos quando se unem coletivamente. Eles têm enfrentado disparos de tiros, uso de *spray*

de pimenta, a prisão de seus membros e a imposição de altas multas por meio de boletins de ocorrência, tudo isso na tentativa de impedir o acesso das famílias da comunidade às suas áreas de cultivo.

Nessa região, encontram-se localizadas algumas das principais empresas do setor do agronegócio, incluindo a Bunge Alimentos, juntamente com outras multinacionais. Um aspecto relevante é que a principal rota de escoamento da produção dessas empresas é a rodovia Transcerrados, que atravessa o território indígena, objeto de pesquisa nesta investigação. Esses eventos ocorrem em contexto de disputa pelo uso da terra, em que a comunidade busca proteger suas terras contra a expansão do latifúndio, que é promovida pelo agronegócio.

Para enfrentar esses desafios, a comunidade recebe orientação e apoio do projeto de extensão universitária e se organiza em torno da Associação Indígena Gamela de Laranjeiras. Esse projeto é uma extensão das lutas iniciadas pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas, desde 2018. O trabalho desenvolvido por meio do projeto de extensão segue abordagem contra-hegemônica, centrada nos princípios da educação popular. Os esforços de extensão na região de Laranjeiras enfatizam a troca de conhecimentos de forma horizontal, partindo das realidades e necessidades da comunidade. Isso fortalece a capacidade da comunidade de resistir ao modelo capitalista de produção promovido pelo agronegócio e reforça o seu compromisso com a preservação de suas terras e práticas culturais tradicionais.

A metodologia utilizada inclui abordagem qualitativa, investigação-ação participante e análise dialética, visando descolonizar o conhecimento e promover novo paradigma de

desenvolvimento socioambiental e científico. Os resultados preliminares indicam que, apesar dos desafios enfrentados pelo avanço do agronegócio, as práticas sustentáveis dos povos indígenas Gamela, como o cultivo de roçados de toco, o descanso da terra, a rotação de culturas e a diversificação de culturas, contribuem para manter a terra produtiva e de qualidade.

Essas práticas não apenas fortalecem o desenvolvimento socioambiental da comunidade, mas também promovem a autoidentificação dos povos indígenas Gamela e oferecem perspectivas inovadoras para o futuro mais sustentável, em que a relação respeitosa com a natureza e seus ecossistemas é central. No decorrer do trabalho, serão explorados, em detalhes, os resultados e as implicações dessas práticas sustentáveis para a comunidade indígena e para a preservação do meio ambiente na região.

O objetivo central do trabalho é de analisar como a formação socioambiental na terra indígena Gamela, no contexto do saber originário, fundamenta nova epistemologia ambiental na comunidade Laranjeiras, no bioma do cerrado, no sudoeste do Piauí. Tem como objetivos específicos: a) Mapear e Compreender as Práticas de Formação Socioambiental dos Povos Indígenas Gamela em Laranjeiras; b) Analisar o Impacto das Práticas Sustentáveis na Qualidade Ambiental no Território Laranjeiras; c) Explorar a Relevância das Práticas Tradicionais para uma Nova Epistemologia Ambiental. Nesse contexto, a introdução desta pesquisa apresenta o panorama crítico e desafiador no qual a comunidade indígena de Laranjeiras, situada no bioma do Cerrado, no sudoeste do Piauí, se encontra. Ao enfrentar não apenas as pressões econômicas e a expansão do agronegócio, mas também uma série de obstáculos e conflitos, esses povos têm

demonstrado notáveis resiliência e determinação em proteger suas terras, identidade cultural e práticas tradicionais.

O presente busca compreender esse contexto, explorando como as práticas sustentáveis de trabalho cultural com a terra e os esforços de formação socioambiental estão fundamentando nova epistemologia ambiental na comunidade de Laranjeiras. Ao fazê-lo, esta pesquisa busca destacar não apenas os desafios enfrentados, mas também as possíveis soluções e lições valiosas que podem ser aprendidas com as experiências dos povos indígenas Gamela e sua busca por uma coexistência harmoniosa com a natureza.

## **DESAFIOS AMBIENTAIS: o avanço do agronegócio e o desmatamento no cerrado piauiense**

Segundo Grande (2019, p. 23), “O Cerrado brasileiro padece de níveis alarmantes de desmatamento, em relação ao qual pouco se sabe sobre os padrões de desenvolvimento socioeconômico da população”. Ou seja, destaca-se uma preocupante realidade ambiental associada a esse importante bioma brasileiro. O Cerrado, que abrange vasta extensão do território brasileiro, tem enfrentado degradação significativa devido ao desmatamento, fenômeno que ameaça a biodiversidade e os ecossistemas únicos desse bioma. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de compreender não apenas os impactos ambientais, mas também os aspectos socioeconômicos que cercam essa questão, sugerindo que há uma lacuna de conhecimento sobre como o desmatamento afeta a vida das comunidades que habitam essa região.

Além disso, ao mencionar que “pouco se sabe sobre os padrões de desenvolvimento socioeconômico da população”, ressalta-se a importância de investigar e compreender as

dinâmicas socioeconômicas e culturais das pessoas que dependem do Cerrado para seu sustento. Isso implica considerar como o desmatamento afeta não apenas o meio ambiente, mas também a qualidade de vida e os meios de subsistência das comunidades locais. Portanto, essa complexidade evidencia o desafio de preservar o Cerrado, enfatizando a necessidade de abordagens interdisciplinares que considerem tanto os aspectos ambientais quanto os socioeconômicos e culturais para a implementação de medidas eficazes de conservação e desenvolvimento sustentável nessa região.

No que compete ao desmatamento no cerrado piauiense, é um problema ambiental significativo que afeta não apenas o estado do Piauí, mas também todo o bioma do cerrado, que abrange grande parte do território brasileiro. O cerrado é um dos biomas mais ameaçados do Brasil, devido à expansão do agronegócio, da urbanização e do desmatamento, e o Piauí não é uma exceção à essa tendência.

Aqui, desde quando o agronegócio chegou, que nós não temos mais um sossego. Nós estamos aqui há mais de 200 anos, estamos de preeminência e eles chegaram ontem, pode-se, dizer e estão só crescendo e querendo tomar tudo que é nosso e acabar com o nosso cerrado. É da década de 90 pra cá que, a gente tem todos os dias sofrido, não podemos mais fazer nossas rocinhas, nosso brejo, quais que não tem mais, a nascente já mudou de lugar e está correndo risco de mudar de novo, ou até mesmo secar de uma vez. Porque, com esse desmatamento aí, em cima da serra, que tem acabado com tudo, não sei quanto tempo a natureza vai aguentar e nós (Gamela A, 2023).

No território Gamela de Laranjeiras alguns fatores vão elucidando e marcando essa realidade como: a **Expansão do Agronegócio**, que tem protagonizado uma das principais causas do desmatamento com empresas agrícolas multinacionais, que

têm buscado terras férteis na região para a produção de grãos, especialmente soja e milho. “O Cerrado sempre foi visto como área de expansão da fronteira agropecuária. Tudo isso contribui para o processo de degradação e desmatamento desse bioma” (Walter; Sevilha, 2019, p. 19). Isso frequentemente envolve a derrubada de vegetação nativa para abrir espaço para plantações de monoculturas.

**Os Impactos na Biodiversidade**, tendo em vista que o cerrado é um bioma riquíssimo em biodiversidade, abrigando diversas espécies de plantas e animais que são endêmicas e não encontradas em nenhum outro lugar do mundo. O desmatamento em Laranjeiras tem ameaçado diretamente essas espécies, levando à perda de habitats naturais e à fragmentação do ecossistema.

As **Alterações Climáticas**, para as quais o cerrado desempenha papel crucial na regulação do clima e no armazenamento de carbono, tem-se demonstrado no território Gamela, através dos grandes períodos de escassez de chuvas ou volumes grandiosos em curto espaço de tempo, em que o território ou tem seus recursos hídricos poluídos e roças assoreadas ou vive em seca constante, trazendo a falta de produção de alimentos. O desmatamento libera grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera e contribui para as mudanças climáticas. Além disso, a remoção da vegetação nativa reduz a capacidade do cerrado de reter água, o que pode levar a problemas de escassez hídrica.

Quanto aos **Conflitos Socioambientais**, o desmatamento frequentemente está associado a eles, especialmente quando áreas de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas ou originárias são afetadas, como é o caso do território Gamela de Laranjeiras. No Piauí, como mencionado anteriormente, a comunidade indígena Gamela em Laranjeiras tem enfrentado desafios significativos devido à essa prática de produção do capital.



Em 2017, eles vieram para correr com a gente daqui, trouxeram jagunços, tratores e policiais para derrubar nossas casas e nossas benfeitorias nas nossas roças. Nos juntamos todos e fomos ao encontro deles e dissemos que aqui eles não entravam. Teve disparos de tiros, spray de pimenta e companheiros nossos presos. Mas vamos em cima, vamos embaixo e eles não entraram, fomos até a delegacia e para registrar um boletim de ocorrência tivemos que pagar um mil reais. Agora, recentemente, no ano de 2023, tivemos uma invasão à casa de um de nossos parentes e aplicação de uma multa de vinte mil reais e quem veio aplicar foi a SEMAR. Registramos boletim de ocorrência e fizemos a luta e a multa foi retirada, mas tem sido assim, muita luta, muita luta (Gamela C, 2023).

Os **Conflitos Territoriais** têm-se estendido e os territórios tradicionais estão sob constante pressão de empresas do agronegócio que buscam expandir suas operações em parceria com o Estado. Isso resulta em conflitos territoriais, em que comunidades tradicionais precisam lutar para manter seus direitos sobre a terra, que estão assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na própria Constituição Brasileira. Os conflitos em Laranjeiras têm envolvido disputas legais, invasões de terras e até mesmo violência física. A realidade dos territórios tradicionais, incluindo áreas ocupadas por comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras populações tradicionais, diante das questões relacionadas ao desmatamento e à expansão do agronegócio no cerrado piauiense é frequentemente desafiadora e preocupante.

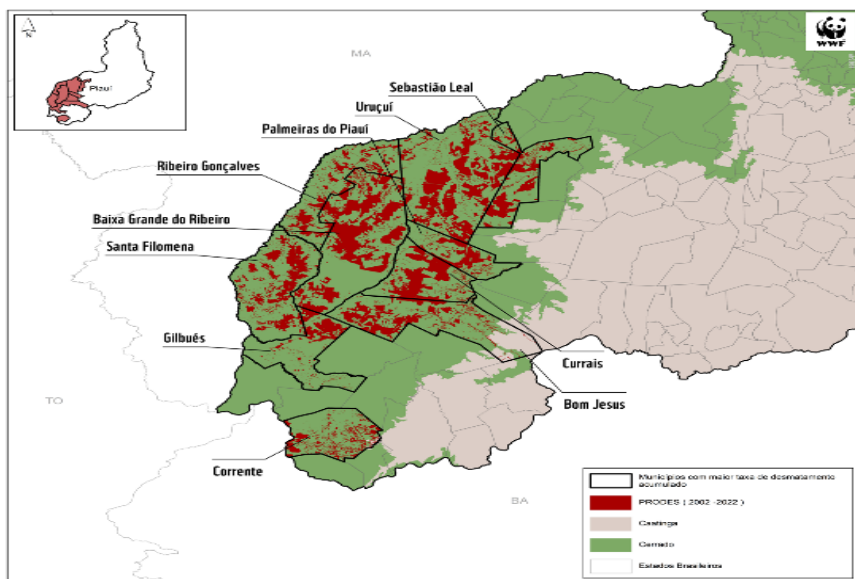
Nesse sentido, o território enfrenta conflitos pelo direito à terra, o crescimento do desmatamento<sup>1</sup> desenfreado, o

---

<sup>1</sup> O desmatamento do Cerrado nos estados da Bahia e do Piauí aumentou 88% em janeiro de 2023 em relação ao mesmo período em 2022, segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado (SAD Cerrado). Ver mais: <https://sadcerrado.ipam.org.br>

rompimento da estrada de Laranjeiras, por onde é feito não apenas o transporte da soja, mas é rota de deslocamento do povo Gamela entre suas comunidades e para cidade. Verifica-se também o assoreamento das nascentes dos brejos; seca do rio Gurgueia, principal afluente da região; a morte de plantas nativas do cerrado, como o buriti, com impactos econômicos na renda das famílias e extinção da fauna, aprofundando a crise de alimentos para populações locais, entre outras questões.

Figura 1 - Desmatamento no Sul e Sudoeste do Piauí anos (2002-2022)



Fonte: WWF-BRASIL (2023).

Tabelas 1 e 2 - Desmatamento no Sul e Sudoeste do Piauí nos anos (2002-2022)

Posição	Município	Total Acumulado (hectares)
1	Baixa Grande do Ribeiro	2.870,80
2	Uruçuí	2.851,66
3	Santa Filomena	1.306,80
4	Currais	1.166,99
5	Bom Jesus	1.127,01
6	Sebastião Leal	876,16
7	Ribeiro Gonçalves	850,66
8	Gilbués	553,70
9	Palmeira do Piauí	522,98
10	Corrente	512,18

Posição	Município	% do município já desmatado
1	Currais	desmatado
2	Baixa Grande do Ribeiro	36,76%
3	Uruçuí	33,93%
4	Sebastião Leal	27,81%
5	Palmeira do Piauí	25,83%
6	Santa Filomena	24,59%
7	Ribeiro Gonçalves	21,31%
8	Bom Jesus	20,62%
9	Corrente	16,76%
10	Gilbués	15,96%

Fonte: WWF-BRASIL (2023).

Os dados de desmatamento no sudoeste do Piauí, com foco no município de Currais, onde está localizado o território Gamela Laranjeiras, revelam situação preocupante ao longo das últimas duas décadas. De acordo com os dados coletados no período de 2002 a 2022, Currais ocupa a quarta posição em termos de desmatamento, totalizando 1.166,99 hectares desmatados nesse intervalo de tempo. O impacto desse desmatamento é ainda

mais alarmante quando consideramos a extensão territorial do município em relação ao número de hectares desmatados. Nesse sentido, Currais chega a ocupar a primeira posição, com 37,06% do total de desmatamento na região estudada. Isso significa que, em relação à sua área geográfica, esse é o município mais afetado pelo desmatamento, destacando-se como uma das áreas mais críticas em termos de degradação ambiental.

Esses números evidenciam a pressão crescente sobre o cerrado piauiense e a necessidade urgente de medidas de conservação e preservação desse importante bioma. O desmatamento não apenas ameaça a biodiversidade e os recursos naturais da região, mas também coloca em risco as comunidades tradicionais que dependem desse ambiente para sua existência e preservação cultural, como é o caso do território Gamela de Laranjeiras.

Além disso, esses dados ressaltam a importância de políticas de monitoramento e fiscalização ambiental mais eficazes, bem como a necessidade de promover práticas agrícolas e de uso da terra mais sustentáveis. A preservação do cerrado não é apenas uma questão local, mas também global, uma vez que esse bioma desempenha papel fundamental na regulação do clima e na manutenção dos recursos hídricos, afetando não apenas as comunidades locais, mas também a população em todo o país e além das fronteiras. Assim, os dados de desmatamento em Currais, no sudoeste do Piauí, são um alerta para a urgência de ações efetivas de conservação e preservação do cerrado e para a necessidade de conscientização e mobilização em prol da proteção desse importante bioma e de suas comunidades tradicionais.

## ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO POPULAR NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS SOCIOAMBIENTAIS DOS INDÍGENAS GAMELA DE PROTEÇÃO DO CERRADO

A região do Cerrado Piauiense tem sido palco de profundas transformações ao longo das últimas décadas, principalmente devido às atividades do agronegócio. No entanto, o cenário mudou significativamente com a criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, em 2015, que impulsionou ainda mais as mudanças econômicas e sociais na região. A implementação de grandes empreendimentos agropecuários e o avanço das fronteiras agrícolas têm gerado impactos significativos na vida dos povos e das comunidades tradicionais que habitam a região.

Esses impactos se manifestam de várias maneiras, incluindo a ameaça constante de expropriação territorial, a degradação ambiental e a perda de recursos naturais essenciais para a sobrevivência dessas comunidades. A exploração intensiva da terra para a agricultura e pecuária, bem como a construção de infraestrutura associada ao agronegócio, resultaram em mudanças drásticas na paisagem e nos ecossistemas locais. Além disso, as comunidades tradicionais enfrentam desafios relacionados à preservação de suas culturas e modos de vida tradicionais, uma vez que o avanço do agronegócio muitas vezes os força a se adaptarem a novas realidades socioeconômicas. Essa transformação rápida, muitas vezes imposta, gera tensões e conflitos socioambientais, à medida que as comunidades buscam proteger seus direitos territoriais e enfrentar os desafios de um ambiente em rápida mudança.

Em resposta a esses desafios, muitas comunidades e grupos da sociedade civil têm se mobilizado em prol da defesa de seus

territórios, da preservação ambiental e da justiça social, a exemplo o território Gamela de Laranjeiras. Os conflitos socioambientais tornaram-se realidade constante na região, à medida que as comunidades tradicionais lutam para garantir sua voz, seus direitos e sua sobrevivência diante do avanço do agronegócio e das pressões econômicas. Essa mobilização e auto-organização social é fundamental para dar visibilidade aos impactos do agronegócio no **Cerrado Piauiense** e para pressionar por políticas públicas mais justas e sustentáveis. A proteção do meio ambiente, a garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais e a promoção de práticas agrícolas mais responsáveis são questões urgentes que requerem abordagem multidisciplinar e engajamento de toda a sociedade.

Nesse sentido, a intensificação das atividades do agronegócio na região do cerrado piauiense, especialmente após a criação do PDA do MATOPIBA, tem gerado impactos significativos nas comunidades tradicionais e no ambiente. Os conflitos socioambientais e os processos organizativos sociais são respostas a esses desafios e desempenham papel fulcral na busca por um desenvolvimento mais sustentável, justo e equitativo na região.

## **A TRANSIÇÃO DOS GAMELA: da luta individual à identidade indígena coletiva**

A transição dos Gamela, uma comunidade indígena situada na região do cerrado piauiense, representa um processo marcante de transformação que vai além de uma simples busca por território. Essa transição, que ocorreu ao longo das últimas décadas, envolveu mudança profunda da luta individual para a identidade indígena coletiva e fortalecida. Nesse contexto, os

Gamela se uniram para enfrentar ameaças à sua terra ancestral, originadas principalmente pelo avanço do agronegócio na região.

Foi na nossa Associação Indígena Gamela que encontramos mais força para continuar lutando, para continuar fazendo nossos enfrentamentos aqui contra o agronegócio, que vem acabando com nosso cerrado e a natureza. Não tem sido fácil, mas agora nós conseguimos ser ouvidos, coisa que antes, quando estávamos só a gente conseguia muito pouco. Então, a Associação nossa, organizada hoje, tem contribuído muito para que nós possamos continuar organizados e fortes (Gamela D, 2023).

A formação da Associação Indígena Gamela representa mudança significativa a luta individual para a luta coletiva, impulsionada pela crescente pressão do avanço do agronegócio sobre suas terras. Essa transição não apenas amplia a voz dos Gamela, mas também os leva a reavaliar e reafirmar sua identidade como povos indígenas, reconhecendo sua conexão ancestral com a terra. A mudança de identidade predominantemente camponesa para identidade indígena é um processo profundo e transformador, fortalecido pelo reconhecimento legal de sua presença e de seus direitos. A promulgação da Lei n. 7.389 pelo Estado, que reafirma o *status* indígena do Piauí, e o relatório de qualificação da FUNAI, que reconhece a comunidade Laranjeiras como parte integrante do território indígena Gamela, servem como pilares sólidos para a luta dos Gamela.

Mesmo com as leis, com a nossa luta e com toda nossa luta por nossos direitos, a gente vem sofrendo muito com esse avanço do agronegócio, e como aqui nossa comunidade tem pouco tempo que foi reconhecida pela FUNAI, muita gente acha que é nós inventando, que aqui não tem indígena e tudo isso nós sofremos (Gamela A, 2023).

A fala apresentada reflete a realidade enfrentada não apenas pelos Gamela, mas por muitas comunidades indígenas em todo o mundo. Ela ilustra os desafios e estigmas que frequentemente cercam os povos indígenas quando buscam o reconhecimento de sua identidade e direitos. No entanto, é essencial considerar que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) oferece alicerce sólido para a autodeclaração dos povos indígenas e tribais.

A Convenção 169 da OIT é um tratado internacional que reconhece os direitos dos povos indígenas e tribais em todo o mundo, incluindo o direito à autodefinição. Isso significa que as comunidades indígenas têm o direito de se autodeclarar como tais, independentemente de qualquer percepção externa. O reconhecimento oficial por parte do Estado, como ocorreu com a comunidade Gamela, é etapa importante para a proteção de seus direitos, mas não deve ser a única base para a identidade indígena. A citação destaca a persistente falta de compreensão e aceitação por parte de algumas pessoas que questionam a identidade indígena das comunidades recém-reconhecidas. Isso destaca a importância da conscientização e da educação pública sobre os direitos indígenas e as obrigações dos Estados em relação a esses direitos, conforme estabelecido pela Convenção 169. Além disso, demonstra a necessidade de combater os estereótipos e preconceitos que frequentemente cercam as comunidades indígenas.

Em última análise, a citação enfatiza a importância de se defender e promover os direitos indígenas, não apenas em termos legais, mas também na esfera social e cultural. A autodeclaração dos povos indígenas é um componente vital da sua identidade e deve ser respeitada e apoiada, independentemente das percepções externas ou dos desafios enfrentados. É um direito



fundamental que está intrinsicamente ligado ao reconhecimento da diversidade e da riqueza das culturas indígenas em todo o mundo. Assim, a mudança da luta individual para a luta coletiva não se limita apenas à busca por território, mas é uma reafirmação da existência dos Gamela como povos indígenas, com raízes profundas em suas tradições, saberes e práticas ancestrais. Esse movimento é um tecido resistente de resiliência, resistência e revitalização, que transcende a luta pela terra e se entrelaça com a retomada étnica.

### **UNIVERSIDADE POPULAR E EXTENSÃO DESCOLONIAL: práticas educativas na luta dos Gamela pelo território e na emergência étnica**

A ênfase deste estudo recai sobre a comunidade de Laranjeiras devido a várias razões interconectadas que envolvem o projeto de extensão Universidade Popular (UP) e a complexidade da situação enfrentada pelos Gamela. A Universidade Federal do Piauí (UFPI) tem acompanhado o território desde 2018, por meio deste projeto, que é fundamentado em princípios freireanos, enfatiza metodologias participativas e busca promover a justiça social.

Laranjeiras não é a única comunidade com presença Gamela, mas destaca-se por ser o único território Gamela que estabeleceu uma organização institucional, a Associação Indígena Gamela do Território de Laranjeiras, como um instrumento identitário e de resistência ao avanço do agronegócio. A luta nessa região é concreta, com denúncias sobre as ações prejudiciais dos grandes empreendimentos, enfatizando a urgência da demarcação das terras e o comprometimento dos órgãos responsáveis, como a FUNAI e o INTERPI.

A trajetória dos Gamela em Laranjeiras, acompanhada pela Universidade Popular, está intimamente ligada à formação de luta coletiva e à preservação de suas práticas ancestrais. A Universidade desempenha um papel fundamental no fortalecimento da organização da comunidade, na sua capacitação e na denúncia das adversidades enfrentadas. Isso inclui a instalação de placas solares, denúncias sobre a degradação ambiental e o monitoramento contínuo do conflito, demonstrando o comprometimento da instituição para amplificar as vozes do território e para provocar ações de responsabilidade estatal.

O projeto de extensão, enquanto uma iniciativa descolonizadora, está em constante evolução, promovendo diálogo horizontal com os espaços onde atua. Ele não se limita à perspectiva institucional, mas é profundamente influenciado pelas vivências e perspectivas dos Gamela de Laranjeiras. Essa abordagem colaborativa e de aprendizado mútuo permite que práticas sustentáveis e a preservação ambiental sejam contextualizadas e alinhadas com os valores e as necessidades da comunidade, fortalecendo, assim, a luta pela demarcação do território e a resistência contra os impactos do agronegócio.

A Universidade Popular transcende os paradigmas convencionais da produção de conhecimento, estabelecendo um diálogo respeitoso com os saberes populares e fortalecendo movimentos alternativos de produção social. Ela constrói novas epistemologias que reverberam nas lutas dos Gamela pelo território e pela afirmação de sua identidade étnica. Isso é alcançado por meio de práticas educativas que incorporam tecnologias, métodos tradicionais de organização comunitária e conhecimentos administrativos, tornando-se um recurso estratégico na busca pelo reconhecimento dos direitos territoriais e na revitalização da identidade cultural Gamela.

Entre essas práticas educativas estão presentes: 1. **Atividades de formação**, que fomentam os fazeres dos processos organizativos no campo inicialmente da luta coletiva e do direito ao território, da retomada étnica e da ancestralidade; 2. **Encontros, intercâmbios de saberes**, que primam pela troca de diálogos entre as comunidades indígenas do Sudoeste do Piauí, organizações parceiras, entidades e movimentos da luta indígena; 3. **Ações propositivas/interventivas**, elucidam momentos de movimento e pressão ao Estado, nos qual articulações são feitas para fomentar os órgãos responsáveis judicialmente acerca da situação vivenciada, através de visitas técnicas. As práticas educativas desempenham, a partir dessas dimensões, papel integral na luta dos Gamela pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e pela afirmação de sua identidade étnica. Essas práticas se manifestam de diferentes maneiras, contribuindo para capacitar, mobilizar e fortalecer a comunidade.

Primeiramente, as atividades de formação têm papel imprescindível na preparação dos Gamela para enfrentar os desafios contemporâneos. Elas não apenas transmitem conhecimentos práticos, como também contextualizam a luta no âmbito mais amplo da história e dos direitos indígenas. Além disso, essas atividades valorizam a ancestralidade, permitindo que os Gamela conectem sua luta às tradições de seus antepassados, fortalecendo, assim, sua identidade cultural.

Os encontros e intercâmbios de saberes promovem a colaboração e a troca de conhecimentos não apenas entre os Gamela, mas também com outras comunidades indígenas do sudoeste do Piauí e com organizações parceiras. Essa partilha de experiências é enriquecedora, pois permite que diferentes perspectivas e estratégias sejam compartilhadas. Além disso, fortalece os laços de solidariedade entre diferentes grupos envolvidos na luta indígena, ampliando a rede de apoio e a conscientização da sociedade em geral.

Por fim, as ações propositivas/interventivas representam momentos de mobilização e pressão sobre o Estado. Essas ações são cruciais para chamar a atenção das autoridades para a situação dos Gamela e para pressionar por medidas concretas, como a demarcação das terras. As visitas técnicas realizadas durante essas ações fornecem evidências tangíveis das violações dos direitos indígenas e contribuem para a busca por justiça por meio das vias legais. De maneira integrada, essas práticas educativas formam um conjunto abrangente de estratégias que fortalecem a identidade e a capacitação dos Gamela, além de ampliar sua rede de apoio e mobilização na busca pela garantia dos direitos territoriais e culturais dos Gamela no sudoeste do Piauí.

### **PRÁTICAS ANCESTRAIS DOS GAMELA: harmonia com a terra e a resistência ao modelo predatório do agronegócio**

As práticas tradicionais dos indígenas Gamela de Laranjeiras revelam profundo conhecimento ancestral e profundo respeito pela natureza, demonstrando abordagem integrada e sustentável em relação ao ambiente que os cerca. Cada uma dessas práticas desempenha papel crucial na preservação do ecossistema local e na promoção do cuidado ambiental.

Essas práticas educativas dos Gamela vão além de simples convivência harmônica com a natureza; elas são parte fundamental de sua luta pela preservação do território, retomada étnica e afirmação de sua identidade cultural. Essas ações tangíveis são uma manifestação concreta de sua profunda conexão com a terra, reforçando ainda mais seu papel como guardiões do meio ambiente e defensores de seus direitos territoriais. A citação de um membro mais velho da comunidade, que remete à existência

de catacumbas antigas no cemitério e à continuidade das práticas ancestrais ao longo de mais de 200 anos, é um testemunho poderoso dessa conexão íntima entre os Gamela e sua terra ancestral. Isso destaca como a transmissão de conhecimento e tradições é uma parte intrínseca de sua história, em que a terra desempenhou um papel central na sobrevivência e resiliência da comunidade.

Nós estamos aqui é de preeminência, tem catacumba aqui no nosso cemitério que nós não alcancemos de tão antiga que é, sabe? É antigo demais, é de 200 anos pra lá, só a nossa mais velha dessa geração já tem mais de noventa anos, nascida e criada aqui e teve seus pais tudo feito o mesmo aqui que nós, plantando, cuidando da terra e ela cuidando de nós. Sempre foi assim. Agora que já está muito diferente desses últimos anos pra cá, com a chegada do agronegócio, nunca mais tivemos paz e só vivemos na luta para não perder nosso território e a natureza (Gamela A, 2023).

A fala também reflete a realidade atual mais desafiadora, marcada pela chegada do agronegócio. Essa mudança representou força disruptiva que perturbou o equilíbrio ancestral, forçando os Gamela à luta constante para proteger tanto seu território quanto sua cultura. Essa luta não se restringe apenas à defesa do espaço físico, mas também à manutenção de sua identidade cultural e de sua relação profunda com a natureza. Isso ressalta a complexidade da relação entre os indígenas Gamela e seu ambiente, em um contexto de transformações sociais e econômicas.

Aqui todo mundo tem resistido de todas as formas, eles lá em cima da serra tentando fazer com que desistimos e a gente aqui fazendo nossas coisinhas. Não tem sido fácil, muito difícil, já perdemos muitas roças com toda lama e areia que tampou tudo, que hoje não conseguimos plantar mais nada, os ranchos que tinha, ficaram com o teto topando no chão, de tanta areia tem sido difícil manter a nossa nascente, que

já desceu de lugar pelo tanto de coisas que vem da serra, acabando com tudo, nosso brejo já está com mais de ano que só pegamos o que caí fora da água, porque, quando nós entra, dá muita coceira e irrita a pele, coisa que não tinha antes de chegar isso tudo aí (Gamela C, 2023).

As dificuldades mencionadas, como a perda das roças devido à lama, a mudança na localização da nascente e os problemas no brejo, revelam um quadro de degradação ambiental que afeta diretamente a vida dos Gamela. A irritação causada pela água, que antes era limpa, indica uma mudança negativa na qualidade do ambiente natural. Apesar desses desafios, o testemunho destaca a tenacidade dos Gamela em resistir às pressões do agronegócio, enquanto continuam a buscar formas de preservar sua cultura, seu território e sua relação harmoniosa com a natureza, elementos fundamentais de sua identidade como povo indígena.

Nesse contexto, a determinação da comunidade de enfrentar essas realidades é demonstrada por meio de uma série de ações enraizadas em seu conhecimento ancestral e profundo respeito pela natureza. Práticas como os plantios consorciados, as roças de toco, o manejo sustentável do brejo, os rituais ancestrais e a valorização dos recursos naturais são exemplos evidentes de como os Gamela buscam soluções para manter o equilíbrio com a natureza e fortalecer sua conexão com o território ancestral, mesmo diante dos desafios representados pelo avanço do agronegócio.

As nossas roças são todas assim, aqui tem plantado macaxeira, arroz e fava, depois que colhe vem o tempo de descanso e essa roça, depois que ela já tiver com uns seis meses, está pronta, todas as palhadas do arroz que batemos aqui manualmente e das outras colheitas ficam aqui na terra, assim nós não precisamos adubar ou usar veneno. Assim vem

o milho, o feijão e a abóbora. Enquanto isso nós estamos cuidando em outras coisas, fazendo a farinhada, cuidando dos animais, das hortas, extrativismo do buriti e preparando outro roçado (Gamela E, 2023).

Quando se trata dos métodos de **Plantios Consorciados**, **Tempo de Descanso e Rotação de Culturas**, sua implementação revela não apenas a habilidade dos indígenas Gamela de produzir alimentos de forma eficaz e saudável, mas também demonstra sua capacidade de gerenciar o território de maneira equilibrada, com alternância da produção. Ao diversificar as culturas, respeitar os períodos em que o solo descansa e alternar as plantações, eles demonstram profundo entendimento da capacidade de regeneração da terra. Essas práticas fortalecem ainda mais suas lutas pelo território, destacando sua habilidade em manter a produtividade ao longo do tempo, como vemos nas figuras:

Figura 2 – Roça de mandioca, arroz e fava



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 3 – Roça em processo de descanso



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Desse nodo, os saberes ancestrais orientam a cultura produtiva do povo Gamela, fazendo da terra seu habitat, seu sustento alimentar e seu lugar de existência, cujo vínculo com a terra é indissociável. O cuidado com os direitos da natureza se vincula à sua existência, assim como os indígenas descansam no processo de produção das roças, a terra é preparada para descansar, como podemos nas imagens acima.

Quer ver, você observa lá na nossa ida na roça, você viu. A gente derruba e deixa os troncos dessa altura e faz nossos plantios. Quando terminar a colheita, a árvore já brotou e fica daquele tamanho. Os troncos e as árvores deixadas servem como apoio para o desenvolvimento da fava, sempre fizemos assim e sempre veio dando certo. A mãe terra, todas as vezes que plantamos, a gente colhe uma boa produção (Gamela A, 2023).



As práticas agrícolas dos Gamela nas roças exemplificam uma abordagem genuinamente abrangente e cuidadosa em relação à produção de alimentos. Ao incorporar o uso dos troncos de árvores derrubadas como suporte para o crescimento das novas plantas, os Gamela demonstram profundo entendimento dos ciclos naturais e da interconexão entre os elementos do ecossistema.

Essa estratégia não apenas promove o desenvolvimento saudável das culturas, mas também contribui para a renovação do solo e a preservação dos recursos naturais. A relação espiritual e prática dos Gamela com a terra-mãe se reflete em sua abordagem e manejo com o plantio e a colheita. A crença na reciprocidade e na harmonia com a natureza se materializa na maneira como eles cuidadosamente trabalham a terra, honrando os processos naturais e respeitando os ciclos de vida.

No que diz respeito às **Roças de Toco**, a utilização desse método pelos indígenas Gamela não apenas envolve a extração de recursos, mas também se concentram em regenerar e preservar os ecossistemas locais. Essa atenção ao meio ambiente reforça sua ligação ancestral com a terra e destaca o território como uma parte integral de sua identidade. Em igual sentido, suas roças preservam outras plantas nativas, protegem os brejos e as nascentes, procurando respeitar os ciclos da natureza entre um período de plantio e outro. A **roça de toco** é um exemplo não apenas de rotas de culturas, mas de estratégias de manejo da terras e de sua biodiversidade nativa.

Figura 4 – Roça de toco



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Figura 4 – Roça de Fava



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O resultado de todo esse empenho é uma relação simbiótica entre o território e o ambiente, que o mantém, em que a terra é reverenciada como uma entidade viva e sagrada. Essas práticas tradicionais não apenas garantem parte da economia dos Gamela, mas também representam uma resistência contínua ao avanço do agronegócio e uma afirmação sólida de sua identidade cultural e étnica. Isso consolida ainda mais seu papel como protetores da terra e defensores da preservação ambiental.

A prática de **reflorestamento dos buritis** representa um esforço concreto para preservar as espécies nativas e restaurar os ecossistemas locais. Isso evidencia o comprometimento dos Gamela para manter a biodiversidade e as características originais de seu território. Além disso, ações como essa têm impacto positivo na qualidade dos recursos naturais, como a água, destacando a relevância da terra para seu modo de vida e subsistência.

Ah, o brejo aqui é a vida de muitas de nós, e sem dúvida tem relação com cada aqui do território. Uns vão para tomar banho, outros usam para agricultura, por muito tempo, antes da chegada do agronegócio, usávamos para beber, água limpinha, fria, boa demais! Outras, como eu, fazemos nossas rendas, com a coleta do buriti para fazer doce, azeite, massa, suco e muitos matérias que a gente faz da folha, os abanadores, balaios, cestas, um monte de coisa. [...] nós cuidávamos, sim, o brejo é importante demais, então, nós cuidávamos, sim, pra sempre a gente ter, né? Hoje que está difícil manter, depois que o brejo foi atingido, tem muitos buritis morrendo, não pode mais banhar e nem pegar em todo lugar o buriti. Aí estamos tentando plantar mais buriti para água aumentar e o brejo também, porque aonde tem buriti, tem água (Gamela B, 2023).

A relação profunda dos Gamela com o brejo demonstra a importância vital desse ecossistema para sua subsistência e modo de vida sustentável. O brejo não é apenas um recurso

físico; ele é uma parte intrínseca da identidade cultural e social da comunidade. O brejo desempenha papel central em uma rede de atividades multifuncionais que permeiam diversos aspectos da vida diária dos Gamela. Ele serve como fonte de água para consumo, agricultura e recreação, além de ser matéria-prima fundamental para a produção de artesanato e alimentos.

Através do plantio adicional de buritis, os Gamela não apenas visam garantir um fornecimento contínuo de água, mas também estão empenhados em restaurar a posição fundamental que o brejo sempre teve em suas vidas. Essa iniciativa ilustra a habilidade do território para enfrentar desafios trazidos pelo “desenvolvimento” não sustentável, reafirmando sua resiliência e adaptabilidade. Ela também enfatiza a determinação da comunidade para preservar suas tradições, seu território e os recursos naturais essenciais para sua sobrevivência e qualidade de vida, como podemos ver na figura seguinte:

Figura 6 - Reflorestamento da nascente do brejo



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No âmbito dessa narrativa, as práticas sustentáveis se entrelaçam de maneira harmoniosa com o processo de retomada étnica, que se caracteriza pela revitalização e pelo fortalecimento da identidade cultural Gamela, pela proteção do território e de sua floresta nativa. Ao reacender tradições ancestrais, como os rituais relacionados às nascentes e o manejo cuidadoso dos brejos como centros de vida cultural e fontes de água, os Gamela reafirmam, de forma inegável, sua presença e laços indissolúveis com a terra que há gerações é parte de sua herança.

Essas práticas, intrinsecamente interligadas, estabelecem base sólida para a reivindicação do direito à demarcação de seu território ancestral. Ao entrelaçar suas atividades ancestrais com a trama da resistência territorial e da retomada étnica, os Gamela não apenas enriquecem suas estratégias de luta, mas também desenham uma linha “inquebrável” que conecta a preservação ambiental, a afirmação cultural e a busca por justiça territorial. Como protagonistas nesse complexo enredo, os Gamela continuam a escrever uma narrativa resiliente e inspiradora de vínculo, resistência e transformação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na comunidade indígena de Laranjeiras, no bioma do Cerrado, no sudoeste do Piauí, revela cenário complexo e desafiador em que os povos indígenas Gamela se encontram. Diante das pressões econômicas, da expansão do agronegócio e de uma série de conflitos, o território tem demonstrado notável resiliência e determinação para proteger suas terras, identidade cultural e práticas tradicionais. O objetivo deste estudo foi aprofundar a compreensão desse contexto e explorar como as práticas sustentáveis de trabalho cultural com a terra e os esforços de formação socioambiental

estão fundamentando uma nova epistemologia ambiental na comunidade de Laranjeiras.

Os resultados preliminares desta pesquisa apontam para a importância vital das práticas sustentáveis dos povos indígenas Gamela, como o cultivo de roçados de toco, o descanso da terra, a rotação de culturas e a diversificação de culturas, na manutenção da terra produtiva e de qualidade. Essas práticas não apenas fortalecem o desenvolvimento socioambiental da comunidade, mas também promovem a autoidentificação dos povos indígenas Gamela e oferecem perspectivas inovadoras para um futuro mais sustentável. A relação respeitosa com a natureza e seus ecossistemas é central para essa nova epistemologia ambiental, que valoriza o conhecimento tradicional e as práticas ancestrais como fonte de sabedoria e equilíbrio.

No entanto, os desafios persistem, especialmente diante da expansão do agronegócio e das pressões externas sobre o território indígena Gamela. A comunidade de Laranjeiras enfrenta ameaças que vão desde disparos de tiros até prisões de seus membros, tudo na tentativa de impedir o acesso às suas áreas de cultivo. Esses eventos ocorrem em contexto de disputa pelo uso da terra, onde a comunidade busca proteger suas terras contra a expansão do latifúndio promovida pelo agronegócio.

Diante desses desafios, a pesquisa enfatiza a importância da educação popular e da troca de conhecimentos de forma horizontal, partindo das realidades e necessidades da comunidade. Essa abordagem contra-hegemônica fortalece a capacidade da comunidade de resistir ao modelo capitalista de produção promovido pelo agronegócio e reforça seu compromisso com a preservação de suas terras e práticas culturais tradicionais.

Portanto, este estudo destaca a importância das práticas sustentáveis e da formação socioambiental na comunidade indígena de Laranjeiras como elementos-chave na busca por

coexistência harmoniosa com a natureza. Os resultados e as implicações detalhados desta pesquisa têm o potencial de informar políticas e práticas mais amplas voltadas para a preservação do meio ambiente e a promoção dos direitos territoriais dos povos indígenas Gamela, não apenas em Laranjeiras, mas em todo o bioma do Cerrado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Informação Técnica n. 1/2020/Segat-CR-NE-II/DIT-CR-NE-II/CR-NE-II** FUNAI (SEI n°1891052), de 10 de março de 2020.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GRANDE, Thallita Oliveira de. **Desmatamentos no Cerrado na última década**: perda de habitat, de conectividade e estagnação socioeconômica. Brasília, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: Resultados da Amostra. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/efault\\_resultados\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/efault_resultados_amostra.shtm). Acesso em: 28. Mar.2023

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

WALTER, Bruno Machado Teles; SEVILHA, Anderson Cassio. **A Agonia de um Bioma**. Darcy - Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, 2019.

# EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO MATOPIBA E A AMELA NO TERRITÓRIO LARANJEIRAS (PIAUÍ)

*Jose Wylk Brauna da Silva*

*Patrícia da Silva*

*Anderson Antônio Silva*

*Sérgio Sauer*

## INTRODUÇÃO

A história do povo Akroá Gamela e do território indígena de Laranjeiras (des)revela resistências, lutas e novos desafios. Essa história é marcada pelo desafio de existir (viver) e resistir, portanto, processos históricos de r-existir. Nas últimas décadas, essa r-existência vem se dando no enfrentamento dos problemas causados pelo avanço da fronteira agrícola no Estado, explicitando a luta indígena pelo reconhecimento do território e pela demarcação da terra, resistências e conservação de modos de vida e da natureza, ou seja, r-existência.



Com base em Porto-Gonçalves (2006), r-existência significa que os povos indígenas existiam no território antes da chegada do agronegócio monocultor exportador. Nesse sentido, utilizamos o termo r-existência que quer dizer r-existir, ou seja, existir é, em primeiro lugar, defender o território como espaço de pertencimento que nunca é separado do corpo como entorno geográfico indispensável à nossa própria existência. (Porto-Gonçalves, 2006). A chegada dos monocultivos, as mudanças no uso da terra e a expansão da fronteira agrícola ampliaram as resistências e explicitaram as existências do povo Gamela. Esse povo r-existe historicamente, resistindo à invasão e lutando pela retomada das terras, reafirmando o território ancestral (Porto-Gonçalves, 2013).

Esses processos de r-existência desvelam a “emergência étnica”, ou seja, violações e violências que ameaçam a própria existência do povo Gamela. Essas ameaças e violências recentes com a expansão da fronteira agrícola, especialmente o desmatamento e a destruição da natureza (contaminação e poluição do solo e das águas), comprometem a permanência no território e a conservação de modos de vida do povo Gamela. Isso ampliou as resistências, fazendo emergir a identidade indígena e as lutas étnicas. Essas manifestações identitárias – expressões de autorreconhecimento – fazem parte da emergência étnica (ser Akroá Gamela) e da r-existência e da afirmação identitária ancestral indígena (Aguiar; Bonfim; Packer, 2021).

Este capítulo foi formulado com base nas pesquisas e estudos de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) da Universidade de Brasília (UnB), coletando depoimentos, registrando histórias,

mapeando ferramentas e lutas de r-existência, que explicitaram uma “emergência étnica”, reivindicações de reconhecimento identitário e demarcação da terra. Está dividido em duas partes, mapeando a expansão da fronteira agrícola. Essa expansão explicitou lutas históricas pelo direito de existir, portanto, tornando crucial o autorreconhecimento como indígena Gamela (primeira parte do capítulo). As lutas pelo direito de acesso à terra, demarcação e conservação do território foram reforçadas pela criação da Associação de Povos Indígenas do Território Laranjeiras (segunda parte). É, portanto, um registro e um testemunho das lutas pela retomada, demarcação da terra e reconhecimento de direitos territoriais e étnicos do povo Akroá Gamela.

## **EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E A LUTA POR TERRA E PROTEÇÃO AMBIENTAL NA TI LARANJEIRAS**

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019, p 3), “[...] o bioma Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro, abrangendo a área de aproximadamente 200 milhões de hectares, o que corresponde a 23,3% do território nacional”. O Piauí ocupa 37% da área total do Cerrado existente no país. Entre os anos de 2001-2022, o estado respondeu pelo desmatamento de uma área de 19.588,84 km<sup>2</sup> e ocupa a 7<sup>a</sup> posição dentre os estados que mais desmataram o bioma, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Desmatamento no Cerrado por estado

Colocação	Estado	Área (km <sup>2</sup> )	%
1º	Tocantins	48.293,33	16,08
2º	Goiás	48.229,04	16,06
3º	Maranhão	45.167,64	15,18
4º	Mato Grosso	41.409,34	15,04
5º	Minas Gerais	24.984,72	13,79
6º	Bahia	22.773,34	8,32
7º	Piauí	19.588,84	7,58
8º	Mato Grosso do Sul	2.601,90	6,52
9º	Pará	2.601,29	0,87
10º	São Paulo	827,28	0,28
11º	Distrito Federal	375,24	0,12
12º	Rondônia	344,26	0,11
13º	Paraná	201,28	0,07

Fonte: Terra Brasilis/INPE (2023).

O município de Currais é integralmente abrangido pelo bioma e o estado do Piauí integra o chamado Matopiba, parte significativa dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e é território de expansão da fronteira agrícola<sup>1</sup>, resultando em ameaças ao Cerrado e seus povos, pois o avanço do agronegócio vem causando impactos sociais e ambientais nos territórios tradicionais, inclusive no Território Indígena Laranjeiras. Segundo Aguiar (2005, p. 5),

1 Denominamos de “fronteira agrícola” os territórios ou regiões que estão sofrendo mudanças no uso da terra, especialmente com o desmatamento e expansão dos monocultivos de grãos e da pastagem para a pecuária extensiva. Expansão da fronteira expressa a lógica de apropriação e expropriação de terras, principalmente de territórios tradicionais, consequentemente, alterações no uso do solo provocam conflitos fundiários e ambientais.

O estado do Piauí possui uma área de 250.934 km<sup>2</sup>, ocupando 16,20% da região Nordeste e 2,95% do território nacional. [...] o Cerrado piauiense é o quarto mais importante do Brasil e o primeiro do Nordeste, ocupando uma área de 11.856.866 milhões de hectares, o que corresponde a 46% da área do Estado, equivalendo a 5,9% do Cerrado brasileiro e 36,9% do nordestino.

Segundo dados do IBGE (2017), 33 municípios, na porção sudoeste do Estado, fazem parte do Matopiba, compreendendo 4 microrregiões (Alto Parnaíba, Bertolínia, Alto Médio Gurgueia e Chapadas do Extremo Sul Piauiense), totalizando uma área de 8.204.588 hectares. O Piauí tinha, em 2017, 245.601 estabelecimentos agropecuários, sendo a maior parte (197.246 estabelecimentos) caracterizada como de agricultura familiar.<sup>2</sup>

Apesar de a maioria ser classificada como estabelecimentos familiares, a distribuição das terras segue o padrão nacional de alta concentração fundiária (Sátiro *et al.*, 2021). O mesmo ocorrendo com a desigualdade de renda, pois, segundo estudo de Favareto *et.al* (2019, p. 119), “[...] os municípios do Matopiba não só apresentam média de desigualdade maior do que a observada para o restante dos municípios do país, [...] como no caso do Piauí, ocorreu o aumento da desigualdade ao longo dos anos”.

A criação do Matopiba, os incentivos à expansão da fronteira e a abertura de novas áreas para os monocultivos não alteraram essa realidade de desigualdades sociais e econômicas no estado. O Piauí é destaque no cenário nacional em expansão

---

2 Na porção sudoeste do Piauí, que integra o Matopiba, existem quatro Unidades de Conservação que ocupam uma área de 658.786 hectares e 30 assentamentos de reforma agrária, que ocupam uma área de 149.338 hectares (Sátiro *et al.*, 2021).

das atividades agrícolas e avanço dos monocultivos de soja, mas a expansão da fronteira agrícola já ocorre desde os anos 1970.

A ocupação do Cerrado foi estimulada pelo Governo Estadual do Piauí, com base em incentivos à apropriação de terras públicas e à dinamização do mercado de terras no estado. A Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi) era responsável pela transação e oferta de terras a preços simbólicos, utilizando a regulamentação vigente (Reydon; Monteiro, 2006). A criação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, Seção Piauí, ou Polonordeste-Piauí (Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974), tinha como principal objetivo implantar a Revolução Verde nos polos agrícolas e pecuários no Cerrado do estado. No Piauí, esse incentivo se deu com o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), direcionando recursos e incentivos para 10 municípios do estado (Mendes, 2003).

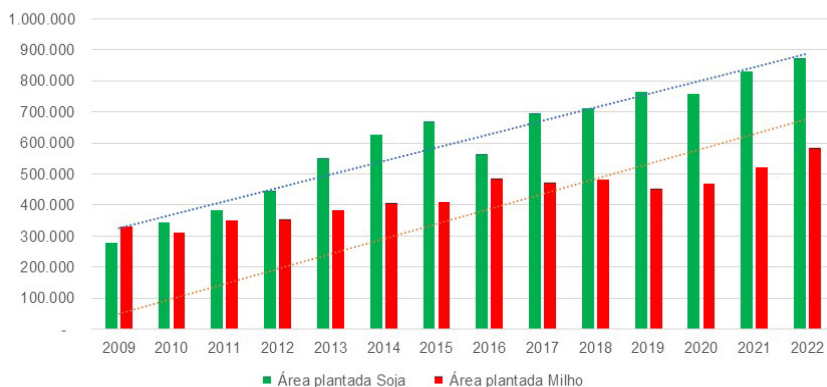
A ocupação monocultora do Cerrado Piauiense, portanto, aconteceu a partir da década de 1970, sendo intensificada a produção, em larga escala, da soja na década de 1990 (Reydon; Monteiro, 2006). Os primeiros grandes empreendimentos agrícolas começam a acontecer na década de 1970 (Jesus; Fabrini, 2017) e, em 1980, esses empreendimentos alcançam o território de Laranjeiras (Aguiar, 2005). Os cultivos de soja atingiram os municípios de Ribeiro Gonçalves e Uruçuí, nos anos 1980. Nas décadas seguintes, os monocultivos de soja, milho, algodão e outros grãos para mercado externo se expandem alcançando os municípios de Sebastião Leal, Bom Jesus, Palmeira do Piauí, Currais, Monte Alegre do Piauí, Gilbués e Santa Filomena, que

tiveram um crescimento dos monocultivos de 16%, entre 1991 e 2010 (Piauí, 2013).

A expansão da fronteira ganhou novo impulso na década de 2000, especialmente depois de 2010, resultante do *boom* de *commodities* (aumento dos preços das matérias primas) no mercado internacional e ampliação das exportações brasileiras de soja (Sauer, 2016). A chegada das empresas Bunge e Cargill impulsionou os serviços (compra, estocagem e exportação) vinculados ao mercado de grãos para exportação, atraindo novos empreendimentos, impactando nas taxas de crescimento econômico e populacional de municípios como Uruçuí e Bom Jesus (Piauí, 2013).

Segundo Frederico (2013, p. 36), entre 2005 e 2009, “[...] a área plantada de soja no território brasileiro recuou 7%”, mas aumentou a área em 14% na região Nordeste. A Figura 1 demonstra o crescimento da área plantada de soja e milho no estado do Piauí. O aumento significativo da área cultivada desses dois grãos, passando 706 mil hectares em 2009, para 1.457 mil hectares em 2022, demonstra a expansão da fronteira no estado na última década. O cultivo do dobro de área em pouco mais de uma década é corroborado com o crescimento constante dessa área ao longo dos anos, a partir de 2009 (IBGE, 2023).

Figura 1 – Área plantada soja e milho no Estado do Piauí (2009-2022)



Fonte: SIDRA/IBGE, 2023 - Elaborado por Anderson da Silva (2023).

A Figura 2 apresenta os municípios com maior área plantada de soja no estado do Piauí.

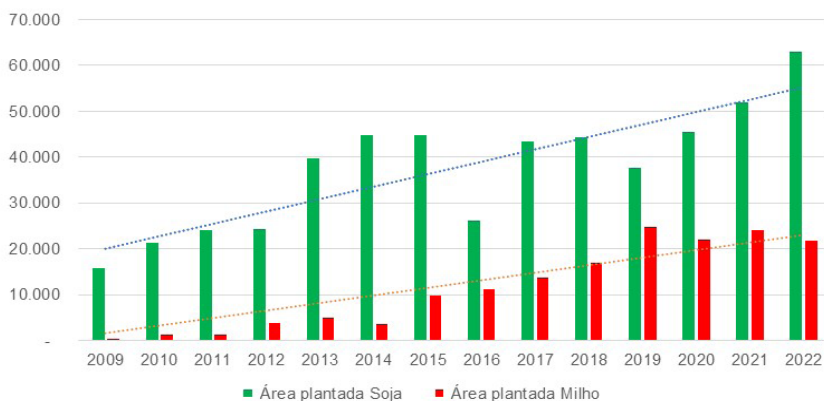
Figura 2 – Municípios com maior produção de soja no Piauí

	Município	Área plantada (ha)
1º	Baixa Grande do Ribeiro	227.302
2º	Uruçuí	167.861
3º	Ribeiro Gonçalves	85.850
4º	Bom Jesus	82.209
5º	Santa Filomena	80.321
6º	Currais	62.915
7º	Bertolínia	43.104
8º	Gilbués	35.540
9º	Sebastião Leal	30.666
10º	Monte Alegre do Piauí	20.173

Fonte: PAM/IBGE, 2023 - Elaborado por Patrícia da Silva (2023).

Acompanhando o ritmo de crescimento estadual, a Figura 2 mostra o crescimento dos monocultivos de soja e milho no município de Currais. Apesar de um crescimento menor das lavouras de milho, o cultivo de soja – que passou de menos de 15 mil hectares em 2009, para mais de 60 mil hectares em 2022 – alavancou o crescimento da produção de grãos e expansão da fronteira agrícola no município no período (IBGE, 2023).

Figura 3 – Área plantada soja e milho município de Currais (2009-2022)



Fonte: SIDRA/IBGE, 2023 - Elaborado por Anderson da Silva (2023).

Conforme dados da Figura 3, a área de soja registrou aumento de quatro vezes nos últimos 14 anos. Antes de 2009, a área plantada ficava abaixo dos 10 mil hectares. No ano de 2010, a área cresceu, superando os 20 mil hectares cultivados. Em 2020, a área ultrapassou os 40 mil hectares, chegando a mais de 60 mil hectares cultivados com soja em 2022 (IBGE, 2023), explicitando a expansão da fronteira agrícola no município.



Essa ocupação do Cerrado recebeu incentivos e impulsos importantes do Estado. Na verdade, o Governo Estadual é um dos grandes incentivadores da expansão da fronteira agrícola no Piauí, assim como no Matopiba. Esses incentivos, apesar de ter colocado “[...] o Brasil entre os maiores produtores de grãos do mundo” (Jesus; Fabrini, 2017, p. 95), resultaram também no agravamento dos problemas ambientais, reduzindo a biodiversidade, no aumento das disputas por terra e na concentração fundiária, ampliando a violência no campo no Cerrado (Jesus; Fabrini, 2017). De acordo com a avaliação da própria Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras,

A região do Cerrado Piauiense nas últimas décadas vem passando por intensas transformações decorrentes das atividades do agronegócio. A criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do MATOPIBA, em 06/05/2015, intensificou ainda mais o processo de mudanças econômicas e sociais. Os grandes empreendimentos que se instalaram vêm produzindo impactos na vida dos povos e comunidades tradicionais, que se sentem ameaçados pela expropriação territorial e danos ambientais (APIGL, 2020, p. 1).

Associada, ou devido aos incentivos governamentais, a instalação de grandes empreendimentos agropecuários e agroindustriais, especialmente os relacionados à soja (ou à produção de grãos e algodão), ampliou as disputas por terra no estado (Aguiar; Bonfim; Packer, 2021). Há inclusive a instalação de empreendimentos dentro do território reivindicado pelo Povo Gamela. Um exemplo é a unidade Bunge Laranjeiras, responsável por armazenamento e processamento de grãos, que está

localizada dentro do território reivindicado pelo Povo Gamela (Figura 4).

Figura 4 – Imagem - Bunge em Laranjeiras, Currais (PI)



Fonte: Adão Fernandes dos Santos, 18 de outubro de 2023.

Além de ocupação de terra reivindicada pelo Povo Gamela, a unidade Bunge Laranjeiras funciona como um canal de escoamento de grãos, que são cultivados e colhidos em cerca de 400 mil hectares na região. As atividades dessa unidade, portanto, contribuem para o tráfego anual de 44 mil caminhões (APROSOJA Piauí, 2023, p. 1). Essa unidade agroexportadora da Bunge é responsável pelo aumento do trânsito de veículos pesados na PI-392, que cruza o território Laranjeiras, provocando problemas sociais e ambientais.

Conforme afirmado anteriormente, os cultivos de soja tiveram início nos anos 1990 no município de Currais, inclusive nas proximidades do território indígena Laranjeiras. Desde o princípio, os Gamelas resistiram à expansão dos monocultivos, inclusive tentando barrar ou diminuir o desmatamento do Cerrado e a contaminação ambiental ocasionado pelo uso intensivo de agrotóxicos.

O desmatamento tem sido sentido como uma das principais consequências da expansão da fronteira agrícola. Fomentada pelo Estado, inclusive com a instalação de empresas estrangeiras, o desmatamento é um dos problemas, pois provoca não só destruição ambiental, assoreamento das nascentes e córregos e mudanças climáticas, mas também ameaça a segurança alimentar dos Gamelas e compromete a própria existência no território Laranjeiras. Consequentemente, a resistência e as lutas indígenas, reivindicando o reconhecimento dos direitos territoriais e a demarcação das terras, têm historicamente incluído a proteção étnica e ambiental do território (Aguiar; Bonfim, Packer, 2021).

Associado ao desmatamento e à contaminação ambiental, um grave problema da comunidade de Laranjeiras é a dificuldade de proteção da nascente do brejo<sup>3</sup>, principal fonte de água utilizada para serviços e consumo humano e animal. A proteção da nascente é prejudicada pela proximidade com as áreas de plantio da soja, inclusive devido ao uso intensivo de venenos nas lavouras.

---

3 A nascente do brejo Laranjeiras é a principal fonte hídrica dos Gamelas, responsável pelo abastecimento de água e possibilitando o extrativismo de butiazais pela população, garantindo alimento e renda.

Apesar dessa dificuldade, camponeses e indígenas do território têm enfrentado o desafio e desenvolvido técnicas próprias de proteção das nascentes. A Figura 5 ilustra o cuidado de proteção da nascente do brejo Laranjeiras.<sup>4</sup>

Figura 5 – Método popular de medir o nível de pressão e disponibilidade da água<sup>5</sup>



Fonte: Projeto de extensão Universidade Popular (2019)

As 85 famílias indígenas que residem no território lutam contra o desmatamento, pela proteção ambiental e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Essas ações de proteção são parte das resistências à expropriação das terras e

4 As ações de proteção e cuidados das nascentes é resultado da extensão universitária do projeto Universidade Popular, parte do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

5 De acordo com relatos da comunidade, essa nascente reapareceu no território Laranjeiras depois de sumir em consequência do desmatamento e das primeiras atividades monocultoras na região.

lutas pelo reconhecimento de direitos territoriais e existenciais, ou simplesmente r-existências. Retomar a terra é parte da r-existência, ou seja, autorreconhecimento como indígena Gamela, conservando a natureza e preservando os modos de ser e viver no território.

A r-existência do povo Gamela no território indígena Laranjeiras é pela retomada e/ou pelo reconhecimento do direito à terra e por proteção da natureza. A retomada da terra é indissociável do (auto)reconhecimento como Povo Gamela, (re) afirmando a identidade étnica e a vivência secular no território (o povo Gamela vive há mais de 150 anos no território). Segundo relatos comunitários, os ancestrais indígenas Gamela nasceram, se criaram e foram sepultados no território Laranjeiras.

A luta étnica reivindica o território Laranjeiras como terra indígena, pertencente ao povo Gamela. A luta é também de defesa da cultura, costumes, modos de produção e de vida. A etnia é, portanto, a garantia da luta do povo Gamela por reconhecimento identitário, direito à terra e modo de ser no território. O acesso à terra e a proteção da natureza são fundamentais para sobrevivência e os modos de ser dos Gamela em Laranjeiras.

## **R-EXISTÊNCIA, LUTA POR RECONHECIMENTO E POR DEMARCAÇÃO E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GAMELA**

O Território Indígena Laranjeiras está localizado no município de Currais, estado do Piauí, onde vivem 85 famílias que se autodeclararam indígenas. Segundo o Censo do IBGE (2022), “[...] no Piauí são 7.198 indígenas, o que representa um incremento de 4.254 pessoas a mais em relação ao quantitativo registrado no

ano de 2010, uma elevação da ordem de 144%”. Esses dados do IBGE explicitam uma vitória, pois significa que muitas pessoas assumiram a identidade indígena, com a autodeclaração étnica.

A luta da comunidade de Laranjeiras ganha força e visibilidade com a criação da Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade de Laranjeiras (APIGL), em (2021). A Associação tem defendido o território, assumindo a luta pelo reconhecimento, demarcação e acesso à terra e na proteção da água e das florestas.

A luta do povo Gamela por reconhecimento, nasce da luta e das resistências dos ancestrais, que sobreviveram a invasões, perseguições, ameaças, tentativas de invisibilizar e negar existências e modos de ser indígena no território Laranjeiras. Na atualidade, a estratégia, inclusive na resistência à expansão do agronegócio, é o reconhecimento como indígenas para retomar o direito à terra deixada pelos ancestrais. A criação da Associação do Povo Gamela de Laranjeiras foi fundamental para organizar a luta coletiva pela demarcação da terra indígena.

Segundo depoimentos de lideranças, a criação da Associação Indígena Gamela de Laranjeiras é importante para proteger o território, lutando pelos direitos de permanecer na terra, povoada pelos ancestrais. É importante afirmar que os primeiros habitantes desenvolveram suas relações de sobrevivência com a terra, cultivando-a para o plantio de sementes, e na criação de animais. Esses depoimentos revelam que os antepassados, tinham relação harmônica com o meio ambiente.

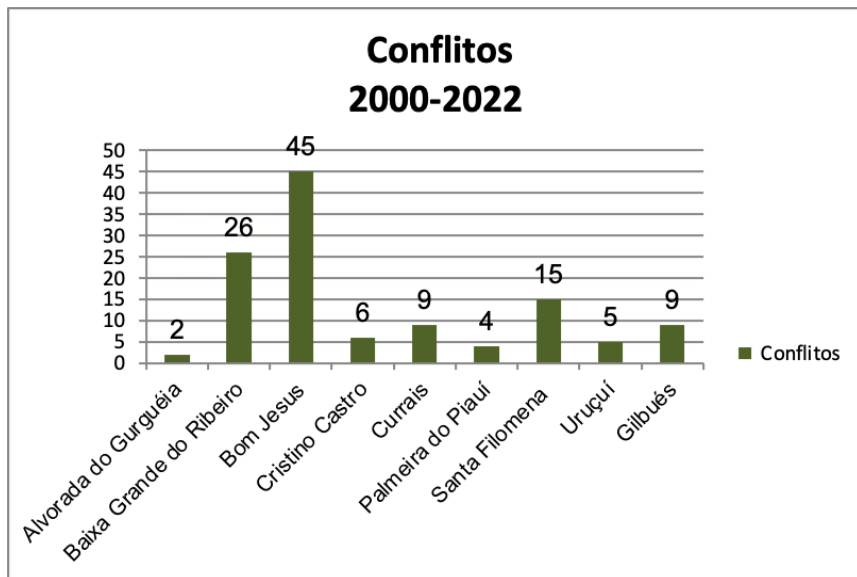
A APIGL (2021) afirma que as atividades produtivas dos ancestrais “[...] eram o cultivo do arroz, fava, milho e mandioca, somadas à criação animal, produção e criação para consumo

próprio”. As dificuldades e os desafios na terra eram permanecer e produzir para sobreviver, enfrentando e resistindo às ameaças do agronegócio, inclusive às tentativas de expulsão com a destruição de roças de mandioca com máquinas pesadas.

Atualmente, as principais violências são a invasão das terras, intimidações e ameaças diretas às lideranças. A luta principal é a demarcação do Território Laranjeiras, visando combater o desmatamento e a poluição do solo e da água, causada pela expansão da fronteira agrícola para produção de soja. Como forma de r-existência, o povo Gamela cria a associação indígena para lutar por seus direitos territoriais e enfrentar a destruição ambiental provocada pelo agronegócio.

Essa destruição é resultado da expansão da produção de soja na região, que é orientada para exportação. Para além dos impactos ambientais, a expansão da fronteira agrícola contribuiu também para o aumento dos conflitos fundiários na região. Os municípios piauienses abrangidos pela região do Matopiba que concentram as maiores áreas de plantio de soja e de desmatamento também apresentam o maior número de conflitos por terra.

Figura 6 – Número de conflitos por terra nos municípios no Matopiba (2000-2022)



Fonte: CPT (2000-2022) - Elaborado por Patrícia da Silva (2023)

A r-existência passou pela criação da Associação dos Indígenas Gamela de Laranjeiras, que tem como objetivo fortalecer, organizar e lutar por demarcação da terra – principal ação coletiva, enquanto associação, para legitimar o lugar de fala do povo originário de Laranjeiras no município de Currais.

Os Gamela assumem o levante das lutas socioambientais no território, no intuito de obter a demarcação da terra indígena e garantir a proteção do meio ambiente. A Figura 7 mostra a audiência entre movimentos sociais, Governo e comunidade Laranjeiras para fortalecer a luta por terra, e, principalmente, a retomada identitária do povo Gamela no seu território ancestral de Laranjeiras.



Figura 7 – Audiência Pública em Laranjeiras com Governo/Movimentos



Fonte: Projeto de Extensão Universidade Popular (2021)

A audiência pública teve como pauta principal a luta pela demarcação da terra em defesa do meio ambiente e para produção e subsistência do Povo Gamela. Além disso, o acesso à terra também é fundamental para garantir segurança - dos indígenas e do território - devido às ameaças de mortes e invasão no território, realizadas por fazendeiros do agronegócio.

Segundo o APIGL (2020, p. 1):

Em relação ao processo de emergência étnica dos Gamela no sul do Piauí, é possível afirmar que o compartilhamento da memória social, os laços de parentesco e a mobilização política em defesa do Cerrado são elementos que estruturam a organização social e política que está sendo construída pelos habitantes das comunidades citadas.

No entanto, ainda é possível presenciar constantes ameaças por parte de fazendeiros, na tentativa de apropriação dos baixões, área com grande potencial produtivo e hídrico do território Laranjeiras. Essas ameaças dificultam a utilização dos baixões pelos Gamela, limitando os meios de produção e comprometendo a segurança alimentar da comunidade.

É necessário que a comunidade possa ter acesso às políticas públicas de garantia da proteção territorial e ambiental, especialmente da água do brejo, fonte de consumo e produção.

A associação é uma ferramenta importantíssima na luta pela demarcação da terra e proteção ambiental, sendo um espaço relevante da r-existência Gamela para pensar atividades que visem a proteção étnica e ambiental no Território Indígena de Laranjeiras, no município de Currais, por meio de alternativas econômicas ao modelo destruidor do agronegócio.

A organização coletiva enquanto associação é fundamental para legitimar a luta étnica por terra e proteção. Outra luta é a garantia de direitos humanos, uma vez que os fazendeiros do agronegócio invadem e intimidam os indígenas de Laranjeiras. Portanto, a luta também é pela vida e por subsistência no território.

Para concluir, é evidente que essas lutas estão em curso como pauta urgente dos Gamelas nessa região. Enfrentar o agronegócio é conviver com violências, ameaças, perseguições e impactos sociais e ambientais. Para isso, é necessário que o Estado cumpra o dever constitucional na demarcação e na proteção das vidas indígenas.

## CONCLUSÃO

Buscando refletir sobre as lutas e r-existências do Povo Gamela, esta pesquisa procurou entender o enfrentamento ao agronegócio. Os relatos, as observações de campo e a participação nos embates permitiram constatar que a principal luta dos Gamelas é para demarcação da terra como meio de garantia de sobrevivência no território e da proteção ao meio ambiente. Conseqüentemente, o reconhecimento como Povo Gamela é fundamental para garantir os direitos territoriais.

O resgate da história de luta do Povo Gamela de Laranjeiras é construído pelas condições mínimas de subsistência. Segundo a pesquisa de campo (2022), o Povo Gamela sobrevivia dos recursos do solo, da água, das raízes amargas, do cultivo de mandioca e da fauna. Essa é uma história que revela a harmonia dos Gamelas com a natureza, cuidando e protegendo o Cerrado.

A chegada do agronegócio à região trouxe severos impactos ao povo Gamela especialmente no que se refere aos conflitos por terra, ameaças, violências e intimidações. Os impactos ambientais comprometem a produção de alimentos, o uso da água e ameaçam a biodiversidade do Cerrado.

A r-existência do povo Gamela no território na luta por direitos territoriais, ambientais e sociais visa garantir a demarcação do território para proteger a terra e sobreviver.

É a r-existência por um meio ambiente protegido, por água, por terras produtivas e pela proteção dos povos e comunidade tradicionais no Cerrado. E na questão política é uma luta por justiça étnica na demarcação da terra e por medidas de proteção, permanência e sobrevivência no território.

Essas são lutas que ainda estão curso e revelam muitos desafios na r-existência dos Gamelas para demarcar e proteger a terra do agronegócio. A busca por direitos territoriais, especialmente pela garantia de permanência no território, também está sendo feita por processo judicial, ainda em tramitação na justiça. Além disso, os Gamela reivindicam a realização dos estudos da Funai para demarcar a terra. Os Gamelas continuam mobilizados de forma coletiva e lutando contra as tentativas de invasão, intimidação e violação no território.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice Bonfim; PACKER, Larissa. Ribeirinhos/Brejeiros do Chope e indígenas Akroá Gamela do Vão do Vico. **Eco-genocídio no Cerrado**, v. 10, Ibirapitanga, 2021.

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Dados abertos da Agência Nacional de Águas**. Brasília, ANA, 2022. Disponível em: <https://dadosabertos.ana.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

APIGL – Associação dos Povos Tradicionais e Indígenas da Comunidade Laranjeiras. **Boletim Informativo**. Indígenas Gamelas no Cerrado Piauiense, Currais, 2020.

APROSOJA – Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Estado do Piauí. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticias/piaui-deve-ter-nova-safra-recorde-de-graos-em-2023/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil** – 2000-2022. Goiânia, CPT, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FAVARETO, Arilson et al. **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: Dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado. São Paulo, GreenPeace e Ilustre Ed, 2019.

FREDERICO, Samuel. Agricultura globalizada e fronteira agrícola no Brasil. **Confins**: Revista franco-brasileira de Geografia, n. 17, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. In. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires 2006.

PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Piauí (PDS)**. Governo do Estado, Teresina, 2013. Disponível em: [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02\\_9b568b361f.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_9b568b361f.pdf). Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil indígena**: uma nova foto da população indígena. IBGE 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal (PAM)**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola->

municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html. Acesso em: 10 nov. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **TerraBrasilis Cerrado**. Brasília, 2023. Disponível em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>. Acesso em: 11 nov. 2023.

JESUS, Alex Dias de; FABRINI, João Edmilson. Barbárie e modernidade na expansão do agronegócio nos cerrados piauienses. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, p. 94-116, 2017.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. S. L. A ocupação do Cerrado piauiense: Um processo de valorização fundiária. *In*: REYDON B. P.; CORNÉLIO F. E. N. M (org.). **Mercados de Terras no Brasil: estrutura e dinâmica**. Brasília: NEAD, 2006. p. 95-121.

SÁTIRO, Guadalupe *et al.* **Levantamento de legislação ambiental e fundiária no estado do Piauí**. Universidade de Brasília, UnB, Observatório de Conflitos Socioambientais do Matopiba, 2021.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária. **Revista Retratos de Assentamentos**, UNIARA, v. 19, n. 02, p. 69-97, 2016.

UFPI – Universidade Federal do Piauí. **Projeto de Extensão  
Universidade Popular.** Bom Jesus, UFPI, Campus de Bom Jesus,  
2017.

## **SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS**

### **ANDERSON ANTÔNIO DA SILVA**

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (2008), Conceito 7 na Capes. Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp (2002). cursou, entre os anos de 2012 e 2014, disciplinas como aluno especial no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Foi, entre os anos de 2007 a 2016, coordenador de implantação da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo - Fatec - Unidade de Presidente Prudente, onde também atuou como coordenador de curso, e professor de Ensino Superior das Disciplinas: Relações do Espaço Geográfico e Relações Internacionais: Geopolítica, Gestão Ambiental, Metodologia da Pesquisa Científica. Foi pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) entre (2001-2009); da Rede DATALUTA, entre (2001-2020). Entre 2018 e 2023 foi estudante de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. Foi pesquisador de Extensão no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Nível B entre 2009 e 2016, período em que desenvolveu a função de professor colaborador do Programa Especial de Cooperação com Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, COSAE/CNPq. Contribuiu com a Revista NERA, classificação A2 no



Qualis/Capes, entre os anos de 2003 a 2020. Tem experiência nas áreas de Geografia Humana, Geografia Agrária, Luta pela Terra, Assentamentos Rurais, Campesinato, Movimentos Socioterritoriais, Políticas Públicas Territoriais, Agroecologia, Agricultura Familiar, Agronegócio e Política Contenciosa. No momento, desenvolve a função de secretário-executivo do Observatório de Conflitos Socioambientais do MATOPIBA no Brasil.

### **ANDRÉ DE ALMEIDA REGO**

Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em História Social pela UFBA, graduado em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Seu tema principal de pesquisa é História Indígena, o qual foi objeto de estudo do seu mestrado e doutorado. Foi docente do Departamento de História da UCSAL, ocupando a cadeira de História da Bahia (Colônia, Império e República). Atuou como professor adjunto de Humanidades, lotado no Campus Paulo Freire/Teixeira de Freitas da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), também vinculado ao curso de Licenciatura em História (2 ciclo) da UFSB. Presidiu, de 2019 a 2022, a Comissão de Ética dos Servidores Públicos da Universidade Federal do Sul da Bahia. É membro do grupo de pesquisa Práticas e Representações em um Lugar no Mundo. Compõe o quadro de docentes efetivos do mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Sustentabilidade (PPGCS) da UFSB (Campus Paulo Freire). Exerceu o cargo de decano do Centro de Formação em Desenvolvimento Territorial (Campus Paulo Freire/Teixeira de Freitas da UFSB). Atualmente é professor-adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira, Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), vinculado ao curso de Licenciatura em História.

### **JACIRA CHAVES DE SOUSA CASTRO**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal do Piauí; graduada em Educação do Campo com ênfase em Ciências Humanas e Sociais pela UFPI. Integra os Núcleos de Estudo, Pesquisas e Extensão em Educação do Campo (NUPECAMPO), Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia Sociedade Estado Políticas Pública e Direitos Humanos (NEPEECDES), o Núcleo de Arte e Agroecologia do Vale do Gurgueia (NAGU/UFPI). Estuda as linhas temáticas: Práticas Educativas, Formação de Professores, Metodologias Ativas, Educação do Campo, Agroecologia, Teatro do Oprimido, Audiovisual, Educação Popular e Pedagogia da Alternância.

### **JOSÉ LEDY CARVALHO SANTOS**

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), linha de pesquisa Educação Popular (2023). Graduado em Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí (2019). Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2021). Integra o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES). Desenvolve pesquisas sobre as seguintes temáticas: Educação do Campo, Educação Popular, Metodologias Participativas, Pesquisa Participante, Investigação-Ação Participativa, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade.

### **JOSE WYLK BRAÚNA DA SILVA GAMELA**

Indígena Gamela, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB); graduado em Educação do Campo (LEDOC-UFPI); pesquisador do Núcleo de

Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES) na UFPI; pesquisador pelo Observatório de Conflitos Socioambientais do MATOPIBA, na UnB.

### **LUCINEIDE BARROS MEDEIROS**

Doutora pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (1998); mestrado em Educação pela UFPI (2004); durante um semestre letivo (2009/1) esteve integrada às atividades acadêmicas do Doutorado em Educação da Universidad Pedagógica Nacional da Colômbia. É professora adjunta, Dedicção Exclusiva, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Integra o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade Cultura da UESPI. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Movimentos Sociais e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Popular, Educação do Campo, Educação e Participação Popular.

### **LUCINEIDE PEREIRA CARVALHO GAMELA**

Indígena Gamela, vice-presidente da Associação extrativista do Buriti, agricultora familiar, servidora pública da escola básica da comunidade Laranjeiras-Currais.

### **LUZINETE FERREIRA BRAUNA GAMELA**

Indígena Gamela, vice-tesoureira da Associação Indígena Gamela, extrativista do buriti, professora da escola básica do território indígena de Laranjeiras-Currais.

## **MARIA DA NATIVIDADE FERREIRA BRAUNA GAMELA**

Indígena Gamela, presidenta da Associação Indígena Gamela, grande liderança no levante do orgulho étnico dos povos originários do sudoeste do Piauí.

## **MARIA DO SOCORRO DA SILVA ARANTES**

Doutora em Educação (UFPI), com doutoramento “sanduíche” no Centro de Estudos Sociais (CES) na Universidade de Coimbra (UC), em Portugal. Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI), do Curso de Pedagogia e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP - UFPI). Especialização em Docência do Ensino Superior, graduação em Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Administração. Atualmente, na UFPI, desenvolve Pesquisa com bolsa na área da Política de Estruturação e a Desinstitucionalização do Pronera – FASE II; na Extensão, coordena o Projeto de Extensão Universidade Popular; e, no Ensino, Coordena a primeira *Lato Sensu* com a Especialização em Educação do Campo da UFPI. Investiga as áreas da Educação, Educação Popular, Educação do Campo, Formação de Professores, Prática Pedagógica, Prática Educativa, Ciência Descolonial, Universidade, Metodologias Participativas, Investigação-Ação Participante, Política de Educação, Globalização Colonial, Estado e Políticas Públicas. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES). Autora dos livros “Educação popular, pedagogia participante e incidência política da escola de formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) no nordeste brasileiro”; e “O perfil socioeducacional dos discentes da licenciatura em educação do campo: impasses e desafios na luta dos camponeses pela democratização da universidade”.

### **PATRÍCIA DA SILVA**

Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2001), com especialização em Economia, pela Universidade Federal de Lavras (2005). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Fundiário e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: regularização fundiária de unidades de conservação e terras indígenas.

### **CACIQUE SALVADOR ALVES DE SOUSA GAMELA**

Indígena Gamela - Cacique do Povo Gamela do Território de Laranjeiras, integra a Associação do Povo Gamela de Laranjeiras, em Currais-Piauí.

### **TAYNARA FERNANDES DA SILVA**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus Formação de Professores (UFRB-CFP); Graduada em Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas (UFPI/CPCE); cursando Especialização em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho na UFPI. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação do Campo, Educação Popular, História da Educação. Vinculada ao Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade (NEPEECDES/UFPI), Núcleo Arte e Agroecologia Vale do Gurgueia – (NAGU/UFPI). Pesquisadora voluntária PIBIC/UFPI/IC (2022) no projeto de Iniciação Científica Intitulado “Política de Educação do Campo UFPI: Entre a Estruturação e a Desinstitucionalização do PRONERA”.

## **THAYNAN ALVES DOS SANTOS**

Mestre em Ciências e Sustentabilidade, pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Professor Substituto da UFPI (CPCE). Graduado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Especialista em Ciências Humanas, Sociais e o Mundo do Trabalho pela UFPI, professor colaborador no projeto intitulado - Aprendendo a elaborar o projeto de pesquisa, da UFPI. Integra os Núcleos: Educação Ciência Descolonial Epistemologia Sociedade Estado Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPEECDES/UFPI); Arte e Agroecologia Vale do Gurgueia (NAGU/UFPI).

## **SERGIO SAUER**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (2002), professor da UnB (na Faculdade UnB de Planaltina - FUP e nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural - PPG-Mader, Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT e no Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS). Pesquisador visitante na Universidade de Helsinki (bolsa de pos doc da FAPDF - 2022) e professor visitante (2014-2015) no *International Institute for Social Studies (ISS)*, da *Erasmus University Rotterdam* (Holanda), com bolsa pesquisador sênior da CAPES. É mestre em Filosofia da religião pela *School of Mission and Theology - Faculty of Arts/University of Bergen*, Noruega (1996), graduado em Teologia pela Escola Superior de Teologia (1986) e em Filosofia pela Universidade Católica de Goiás (UFG). Foi professor das Universidades Católica de Goiás (PUC-Goiás) e Católica de Brasília (UCB) e assessor parlamentar no Senado Federal. Realiza pesquisas em desenvolvimento, políticas públicas e governamentais fundiárias e ambientais, luta pela terra, reforma agrária, terra e território, agricultura familiar, movimentos sociais agrários.



Os impactos ambientais e sociais, antes ocultos na narrativa de desenvolvimento, revelam-se quando a água da chuva cai na serra desmatada, seca e árida na região do cerrado piauiense, cuja vegetação nativa e toda sua biodiversidade foi destruída para plantação da monocultura da soja. Os rejeitos do agronegócio atingem as terras dos baixões, simultaneamente atravessam a alma do território indígena Gamela. Os rejeitos do agronegócio destroem suas roças, soterram suas nascentes de água doce, poluem seus riachos com os resíduos de agrotóxicos. [...]

As temáticas discutidas na obra apresentam o povo Gamela e o território indígena de Laranjeiras (Currais-Piauí), no entanto, sua realidade de opressão, silenciamento e exclusão do direito à vida repercute nos demais territórios Gamela na região sudoeste e, em outras etnias indígenas no Piauí. A questão agrária, a expansão da fronteira agrícola e a grilagem de terras exige medidas urgentes pelo Estado brasileiro e pelo governo do Piauí na garantia do direito dos povos indígenas com relação a demarcação de suas terras. O silenciamento das autoridades pode resultar em grave violações, conflitos e perdas de vidas indígenas na região sudoeste do Piauí.



Financiamento:



**NEPEECDES**  
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação,  
Ciência Descolonial, Epistemologia e Sociedade

**PROJETO DE EXTENSÃO  
UNIVERSIDADE POPULAR**

**APTICL**  
Associação dos Povos Tradicionais e  
Indígenas da Comunidade Laranjeiras